

UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

**Memória urbana: uma abordagem para a
Geografia Histórica a partir de antigos
loteamentos do bairro de Campo Grande (RJ)**

Adriana Ferreira da Silva

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**MEMÓRIA URBANA: UMA ABORDAGEM PARA A
GEOGRAFIA HISTÓRICA A PARTIR DE ANTIGOS
LOTEAMENTOS DO BAIRRO DE CAMPO GRANDE (RJ)**

ADRIANA FERREIRA DA SILVA

Sob a Orientação do Professor Dr.
Marcio Rufino Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ, Área de Concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia

Seropédica, RJ
Outubro de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586m Silva, Adriana Ferreira da, 1986-
Memória urbana: uma abordagem para a geografia
histórica a partir de antigos loteamentos do bairro de
Campo Grande (RJ) / Adriana Ferreira da Silva. - Rio
de Janeiro, 2020.
95 f. : il.

Orientador: Marcio Rufino Silva.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, 2020.

1. Memória urbana. 2. Geografia histórica. 3.
Loteamentos. 4. Campo Grande. 5. História oral. I.
Silva, Marcio Rufino, 1982-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Geografia III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Nº 59 / 2020 - DeGEOIA (11.39.39)

Nº do Protocolo: 23083.053519/2020-75

Seropédica-RJ, 14 de outubro de 2020.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ADRIANA FERREIRA DA SILVA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 14/10/2020.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG-UFRRJ, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e, neste caso, a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Membros da banca

PROF. DR. MARCIO RUFINO SILVA (UFRRJ)

(Orientador, presidente da banca)

PROF. DR. RAFAEL DE SOUZA DIAS (Prefeitura Municipal de Teresópolis)

(Membro da banca)

PROF. DR. LUCIANO XIMENES ARAGÃO (UERJ)

(Membro da banca)

PROF. DR. MAURILIO LIMA BOTELHO (UFRRJ)

(Membro da banca)

(Assinado digitalmente em 14/10/2020 19:54)
MARCIO RUFINO SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matricula: 2141297

(Assinado digitalmente em 15/10/2020 20:48)
MAURILIO LIMA BOTELHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matricula: 2685497

(Assinado digitalmente em 16/10/2020 15:01)
LUCIANO XIMENES ARAGAO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 011.036.157-18

(Assinado digitalmente em 15/10/2020 14:06)
RAFAEL DE SOUZA DIAS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 104.605.027-35

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **59**, ano:
2020, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado**, data de emissão:
14/10/2020 e o código de verificação: **e9f6b9de9b**

DEDICATÓRIA

À minha saudosa avó Brasilina pelo exemplo de solidariedade até hoje armazenado na memória de familiares e vizinhos.

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata a Deus pela saúde que me permitiu concluir mais um ciclo de minha formação acadêmica. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. “This study whas financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

E, a realização de uma pesquisa é resultado de uma construção que só foi possível a partir da colaboração de diversas pessoas: meus familiares, amigos, Professores do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFRRJ, colegas de Curso, Servidores da Biblioteca Central da UFRRJ e da Biblioteca do Instituto de Geografia da UERJ (minha casa de pesquisa desde a graduação), Professores da Banca examinadora, aos pesquisadores da zona oeste (Historiadores, Professores, Jornalistas, Guia de Turismo) que disponibilizaram seus acervos. E, ao revisor gramatical desta dissertação (o primeiro leitor do resultado desta pesquisa).

Um agradecimento especial aos meus depoentes que cederam parte de seu tempo para as entrevistas, alguns me receberam em suas residências. E, sem dúvida foram a base desta pesquisa. Optei por não citar nomes para não correr o risco de esquecer o nome de alguém, mas sou grata a todos que de alguma forma contribuíram para a concretização desta pesquisa.

E, tenho que mencionar duas ações que viabilizaram diretamente a realização desta pesquisa: a solidariedade e a confiança de um amigo (que a graduação me deu presente) ao emprestar seu gravador de áudio e diversos livros pelos quais eu não poderia pagar. Minha eterna gratidão pelo gesto solidário, pelo carinho e pela linda amizade que temos.

O apoio financeiro (durante alguns meses) e as orações que recebi de um amigo. Que se interessou pela minha pesquisa e comoveu com a minha luta profissional, após uma longa conversa que tivemos na porta da igreja. Desejo que você receba muito mais do que fez por mim.

“O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa”. (Ecléa Bosi – O tempo vivo da memória)

RESUMO

SILVA, Adriana Ferreira da. **Memória urbana: uma abordagem para a Geografia Histórica a partir de antigos loteamentos do bairro de Campo grande (RJ)**. 2020, 95 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

O bairro de Campo Grande, localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, era, até a metade do século XX, uma área rural, composta majoritariamente por sítios e chácaras produtores de laranja, hortaliças e outros. Com a queda da citricultura na década de 1950, as propriedades rurais foram transformadas em loteamentos que transformaram a antiga área rural, e trouxeram consequências socioambientais. O presente trabalho tem como objetivo compreender de que forma os antigos loteamentos impulsionaram a expansão urbana do bairro através de depoimentos dos moradores que vivenciaram esta transformação, identificando os impactos desta urbanização a partir da vivência dos sujeitos. Para isso, adotou-se como método a história oral, que consiste na realização de entrevista com pessoas preferencialmente idosas ou que testemunharam fatos de ordens diversas, que podem contribuir para uma pesquisa científica. Percebeu-se que, com o surgimento dos antigos loteamentos, a expansão urbana do bairro foi acelerada ao longo do tempo, reconfigurando o espaço local e trazendo impactos nas esferas econômica, social e ambiental. Sendo assim, conclui-se que a Geografia Histórica, associada aos depoimentos de antigos moradores do bairro contribuiu muito para esta pesquisa. Concluímos, assim, que a memória ampliou a visão histórica da expansão urbana da cidade.

Palavras-chave: Campo Grande, Geografia Histórica, loteamentos.

ABSTRACT

SILVA, Adriana Ferreira da. Urban memory: an approach to Historical Geography from old subdivisions in the neighborhood of Campo Grande (RJ). 2020, 95 p. Dissertation (Master in Geography). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

The Campo Grande neighborhood, located on the west side of the city of Rio de Janeiro, was, until the middle of the twentieth century, a rural area, mostly composed of farms and farms producing orange, vegetables and others. With the fall of citrus in the 1950s, rural properties were transformed into subdivisions that transformed the old rural area and brought socio-environmental consequences. The present work aims to understand how the old subdivisions boosted the urban expansion of the neighborhood through the testimonies of the residents who experienced this transformation, identifying the impacts of this urbanization from the everyday. To this end, oral history was adopted as a method, which consists of conducting interviews with preferably elderly people or those who witnessed facts of different orders, which can contribute to scientific research. It was noticed that, with the appearance of the old subdivisions, the urban expansion of the neighborhood was accelerated over time, reconfiguring the local space and bringing socio-environmental impacts. Thus, it is concluded that Historical Geography, associated with the testimonies of former residents of the neighborhood, contributed a lot to this research. We conclude, therefore, that the memory expanded the historical vision of the urban expansion of the city.

Keywords: Campo Grande, historical geography, subdivisions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A localização do bairro de Campo Grande na Região administrativa XVIII da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Figura 2. Loteamento Tingui detalhado com as ruas e a localização da Estrada Santa Maria à altura do Conjunto habitacional Santa Maria.

Figura 3. Imagem de escultura que faz alusão a uma laranja

Figura 4. Localização do bairro de Campo Grande na Zona Oeste e os bairros que representam as regiões administrativas desta parte cidade.

Figura 5. Registro da Estrada Santa Maria com o traçado das ruas do Conjunto Santa Maria, Condomínio Morada Nobre (Rua Projetada) e Condomínio Nossa Senhora de Lourdes (Rua Principal).

Figura 6. Registro do loteamento Vila Nova com detalhamento de suas ruas

Figura 7. Reservatório de água Victor Konder, inaugurado no bairro em maio de 1928

Figura 8. Registro da Paróquia Nossa Senhora do Desterro.

Figura 9. A localização de Campo Grande nas Freguesias localizadas a oeste da cidade.

Figura 10. Igreja Nossa Sr.^a. do Desterro em Campo Grande, possivelmente em 1823.

Figura 11. Venda localizada na fazenda de Santana do Tingui. S/d

Figura 12. A estação de trem de Campo Grande em novembro de 1933

Figura 13. Linha de bonde que ligava Campo Grande à Ilha de Guaratiba em 1918.

Figura 14. Registro de antiga residência na Rua Augusto Vasconcelos na década de 1950.

Figura 15. Localização de Campo Grande no Sertão Carioca

Figura 16. Registro de Campo Grande com muitas terras para lotear e plantações que traziam aspecto rural à paisagem do local

Figura 17. Registro de residências ao fundo da plantação.

Figura 18. Registro da lotação na cidade do Rio de Janeiro

Figura 19. Registro de localização do trecho específico da BR465

Figura 20. Registro de residência construída pelos Institutos de Previdência na década de 1950.

Figura 21. Registro da localização do Canal do Mello, afluente do Rio Campinho que divide as áreas loteadas citadas durante o relato da entrevistada.

Figura 22. Registro da parte traseira da Escola Municipal Venezuela (ainda em construção)

Figura 23. Registro da construção do Hospital Rocha Faria.

Figura 24. Registro da vista aérea de Campo Grande com a presença de construções.

Figura 25. Rua Coronel Agostinho, atual calçadão do bairro na década de 1960.

Figura 26. Registro do viaduto Alim Pedro, 1965

Figura 27. Registro do mercado São Braz localizado no centro de Campo Grande até os dias de hoje. O mercado foi criado na década de 1960, para comercialização de gêneros agrícolas. Registro possivelmente do ano de 1994. Foto: O Globo. Fonte: Acervo Guaraci Rosa.

Figura 28. Registro do Centro comercial de Campo Grande em junho de 1971.

Figura 29. Registro da Estrada do Moinho apenas com os sítios e o rio da Estrada da Cachamorra.

Figura 30. Registro de localização do Canal do Melo com as ruas no seu entorno e o acesso à Rua Santa Angélica próxima ao rio conforme relata a entrevistada.

Figura 31. Registro do Rio Morto

Figura 32. Registro de Flamboyants em frente ao prédio localizado na Rua Campo Grande

Figura 33. Registro do Cine Palácio Campo Grande S/d.

Figura 34. Registro dos loteamentos no ano de 2016

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - MEMÓRIA URBANA: UMA ABORDAGEM PARA GEOGRAFIA HISTÓRICA.....	23
1.1. Memória e Geografia: a importância do tempo para Geografia histórica.....	23
1.2. Memória e cidades.....	26
1.3. A memória do bairro no contexto da cidade.....	30
1.4. História Oral: Memória, Cotidiano e Geografia.....	34
CAPÍTULO II – O BAIRRO DE CAMPO GRANDE AO LONGO DO TEMPO.....	40
2.1. O início de uma ocupação: a cana de açúcar.....	40
2.2. Aspectos urbanos do bairro no ciclo do café.....	43
2.3. A expansão urbana no período dos laranjais: Fase mais lembrada do bairro.....	45
2.4. A crise no laranjal e a expansão urbana: surgimento dos loteamentos.....	47
CAPÍTULO III – A MEMÓRIA URBANA PELOS MORADORES DE CAMPO GRANDE.....	52
3.1. Os narradores em cena.....	52
3.1.1. Leocadia.....	53
3.1.2. Will Tom.....	53
3.1.3. Neli dos Santos.....	54
3.1.4. Maria Luiza.....	54
3.1.5. Nely Rodrigues.....	54
3.1.6. O cenário histórico dos entrevistados e os eixos de análise.....	54
3.2. A vida na zona rural e as primeiras residências dos loteamentos.....	55
3.3. Os loteamentos invadem a zona rural.....	65
3.4. Além dos laranjais: o espaço urbano chega à zona rural.....	75
CONCLUSÕES.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88

A realização desta pesquisa foi motivada em virtude da investigação que foi desenvolvida durante a graduação² em Geografia, na qual se pesquisou a História Ambiental do bairro e sua expansão urbana ficou muito acentuada, e despertou, assim, o interesse pelo tema. E a trajetória pessoal da autora também se relaciona com esta pesquisa, pois durante a sua infância na década de 1990, o bairro ainda preservava algumas atividades e costumes de sua fase rural.

E, de vez em quando, circulavam bois e carroças oriundos de alguns sítios ainda existentes no bairro e carregavam mato, hortaliças e leite pela Estrada de Santa Maria, em frente à sua residência (Figura 2). Nesta estrada, existiam casas com quintais grandes arborizados com árvores frutíferas (algumas destas residências possuíam criação de porcos e galinhas) e terrenos vazios arborizados (alguns com plantações de abóboras, eucaliptos e bucha vegetal) que, com o passar dos anos, tornaram-se loteamentos e conjuntos residenciais.



Figura 2. Loteamento Tingui detalhado com as ruas e a localização da Estrada Santa Maria à altura do Conjunto habitacional Santa Maria. Fonte: Data Rio, 2020. Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/>Acesso em: 14/04/2020.

Nesta época, a pesquisadora já ouvia os mais velhos afirmarem que os loteamentos citados nesta pesquisa eram no passado sítios ou hortas e foram transformadas em propriedades residenciais. E escutava com atenção. Esta lembrança ajudou a elucidar que o fato visto na referida década tinha suas origens no passado do bairro, sugerindo assim uma pesquisa de Geografia Histórica e com depoimentos de moradores que testemunharam a expansão urbana do Rio de Janeiro. Quando se caminha pelo bairro de Campo Grande com os

² SILVA, A. F. **A História Oral como método para a Geografia: um estudo sobre Campo Grande (RJ)**. Monografia de conclusão de curso. Instituto de Geografia. Universidade do Estado Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

olhos atentos, percebe-se que o atual espaço urbano preserva muitas casas com estilo arquitetônico da década de 1950.

Algumas destas casas situam-se na área central do bairro, em meio ao comércio e aos serviços, e outras que se destacam em loteamentos como Tingui, Vila Nova e outros. Estas casas que foram construídas pelos Institutos de Previdência surgem aleatoriamente em meio às construções de décadas mais recentes. Algumas esculturas de cor laranja (Figura 3) espalhadas pelo calçadão do bairro relembram o passado latifundiário, com produção de toneladas de laranja (HASENCLEVER, 2010). Esse fator despertou ainda mais a curiosidade para realização desta pesquisa.



Figura 3. Imagem de escultura que faz alusão a uma laranja. Localização: Centro de Campo Grande – Foto da autora.

Historicamente, o bairro era uma área predominantemente rural composta em sua maioria por sítios³, chácaras e fazendas que tiveram três principais ciclos de produção agrícola: cana de açúcar, café e laranja. A partir de 1950, Campo Grande começou a vivenciar, com a queda da citricultura, a transformação das propriedades rurais em loteamentos. Com isso, a expansão urbana no bairro se acelerou ao longo do tempo, trazendo diversas consequências ao local.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender a influência dos antigos loteamentos⁴ (afirma-se que estes loteamentos são antigos⁵, pois surgiram nas décadas de 1940 e 1950, com o desmembramento das propriedades rurais e preservam a mesma nomenclatura destas) no processo de expansão urbana do bairro. E, como objetivos

³Fridman (1999), Silva (1958), Santos (2011).

⁴ A expressão loteamentos foi utilizada na Geografia por autores como: Soares (1965); Bernardes e Soares (1990); Abreu (1997) e Abreu (2014), com o sentido divisão de porção de terras para construção residencial.

⁵ Afirma-se isto com base em: Pedroza (2011); Santos (2011) e Silva (1958).

específicos, identificar os impactos da expansão urbana a partir da vivência dos sujeitos e demonstrar a importância da memória urbana para a Geografia Histórica.

O bairro de Campo Grande localiza-se na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro (Figura 4), entre os maciços Gericinó/Mendanha e integra a Área de Planejamento nº5 do município do Rio de Janeiro (AP5), composta pelas seguintes regiões administrativas (RA): Bangu, Realengo, Campo Grande (RA XVIII), Guaratiba e Santa Cruz. E a Região Administrativa XVIII é composta pelos seguintes bairros: Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo, Senador Augusto Vasconcelos (DATARIO, 2019).



Figura 4. Localização do bairro de Campo Grande na Zona Oeste e os bairros que representam as regiões administrativas desta parte cidade. Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro. (Adaptado pela autora). Disponível em: <http://mapas.rio.rj.gov.br/> Acesso em: 15/10/2019.

É importante ressaltar que a Zona Oeste era área rural do município do Rio de Janeiro e os bairros de Realengo, Jacarepaguá, Campo Grande e Santa Cruz se destacavam até o ano de 1939, entre os maiores produtores de laranja (HASENCLEVER, 2010). A partir de então, a produção agrícola da região prosseguiu com outras culturas e com a expansão urbana da cidade a região adquiriu aspectos urbanos e hoje compõe as áreas de planejamento 4 e 5 do município do Rio de Janeiro. A área da AP 4 “se estende entre o mar e as encostas dos maciços da Tijuca e da Pedra Branca”. (GEIGER, ARUEIRA e ALEM, 2001, p. 5) e engloba as regiões administrativas de Jacarepaguá e Barra da Tijuca.

A partir da queda da citricultura, que será mais explicitada adiante, a região⁶ e principalmente o bairro de Campo Grande começou a ganhar contornos urbanos, com a repartição das propriedades rurais na década de 1950, e cedeu lugar a loteamentos. Nesta época, o bairro possuía um importante centro comercial próximo à estação e sua semelhança com uma pequena cidade naquela época, com linhas de bonde que interligavam esse centro à zona rural também favorecia a instalação de loteamentos (SOARES, 1965). Atualmente, segundo Hasenclever (2010), o bairro é conhecido pelo comércio autossuficiente, que exerce atração sobre outras regiões e possui um setor industrial em alta, com a instalação de muitas indústrias.

A relevância deste estudo dá-se pelo fato de que sua realização representará uma contribuição aos estudos de Geografia Histórica da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que o bairro apareceu de forma tímida nos estudos dos principais geógrafos que ofertaram contribuições à Geografia da cidade do Rio de Janeiro, sendo essa uma informação que se

⁶ Para detalhes sobre loteamentos de outros bairros da zona Oeste sugere-se verificar Santos (2011).

consolida a partir dos seguintes trabalhos: Geiger (2002); Soares (1965) e (2011); Bernardes e Soares (1990); Abreu (1997), entre outros.

Sendo assim, foram formulados para esta pesquisa os seguintes questionamentos: de que forma os antigos loteamentos impulsionaram a expansão urbana do bairro? Como isso se processou no cotidiano dos moradores ao longo do tempo? Para responder a estes questionamentos, definiu-se como recorte temporal o seguinte período: 1950-1990. Neste sentido, é importante deixar bem claro: por que investigar o bairro de Campo Grande? E por que definir esta temporalidade para a referida pesquisa?

O bairro de Campo Grande se destaca na cidade do Rio de Janeiro desde a época que pertencia à zona rural do município, pois segundo Soares (1965) nas décadas de 1950 e 1960, o bairro possuía um papel de destaque⁷ entre as zonas agrícolas do Estado da Guanabara, com registro de 1.335 estabelecimentos agrícolas na década de 1950.

O bairro já evoluía da condição de centro de serviços que atendia a zona rural à condição de populoso e progressista núcleo urbano (centro do bairro que expandia suas atividades com comércios, hospitais e serviços). Este recorte temporal se faz necessário, uma vez que a queda da citricultura, em função da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) contribuiu para que o bairro começasse a transformação das propriedades rurais em loteamentos e já apresentasse um aumento populacional por conta disto. E, com isso, segundo Soares (1965) já era notória a redução do número de estabelecimentos rurais.

Esses fatores levaram Campo Grande à modificação de sua estrutura e na década de 1990, de acordo com Silva e Gamarski (2010), o bairro já não possuía a mesma relevância da segunda metade do século XX no que concerne à produção agrícola do município do Rio de Janeiro. E a perda desta relevância pode ser em função da queda do número de estabelecimentos agrícolas, pois, segundo Soares (1965), o censo de 1960 demonstra que o bairro possuía 1.092 estabelecimentos agrícolas, fator que demonstra uma sensível redução se comparado aos índices da década de 1950.

Porém, o bairro carece de uma investigação científica, pois segundo Geiger (1961) Campo Grande apresenta uma centralidade desde a época da zona rural. E, com o passar do tempo, esta centralidade se amplia no bairro com o crescimento de comércios e serviços que supre a necessidade de seus moradores e também dos moradores de bairros adjacentes que possuem menor oferta de serviços.

No sentido de viabilizar esta pesquisa, percebeu-se uma área territorial de 10.444,51ha. (DATA RIO, 2020). Em função disto, optou-se por um recorte⁸ espacial que engloba os loteamentos Tingui, Vila Nova (estes loteamentos situam-se às margens da Estrada Santa Maria, que faz a principal ligação entre a antiga Estrada Rio-São Paulo e a Estrada do Campinho) e a área central do bairro de Campo Grande.

Por que estas áreas foram escolhidas? Foi observada no Tingui⁹ uma ramificação. O que era apenas o antigo e pequeno loteamento do Tingui com suas terras vazias (que eram sítios até a década de 1980) cedeu lugar aos condomínios e loteamentos que hoje ocupam as referidas terras: Condomínio Morada Nobre do Tingui, Condomínio Nossa Senhora de Lourdes, Conjunto Habitacional Santa Maria.

É importante ressaltar que o condomínio Nossa Senhora de Lourdes, e o Conjunto Habitacional Santa Maria foram construídos pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no ano de 1990. E, o condomínio Morada Nobre foi loteado nesse mesmo período por uma empresa imobiliária. Com isso, a produção social do espaço foi ampliada. E, posteriormente,

⁷ Soares (1965) afirma isto com base no censo de 1950.

⁸O recorte é necessário, não apenas em função do tamanho do bairro, mas porque os loteamentos possuem origens distintas (regular/irregular e clandestinos). Fator que promoveu uma heterogeneidade dentro do bairro em aspectos: social, cultural e outros. Essa origem dos loteamentos será detalhada no capítulo nº2.

⁹Pedroza (2011) cita Tingui como um antigo local na Freguesia de Campo Grande com engenhos de açúcar.

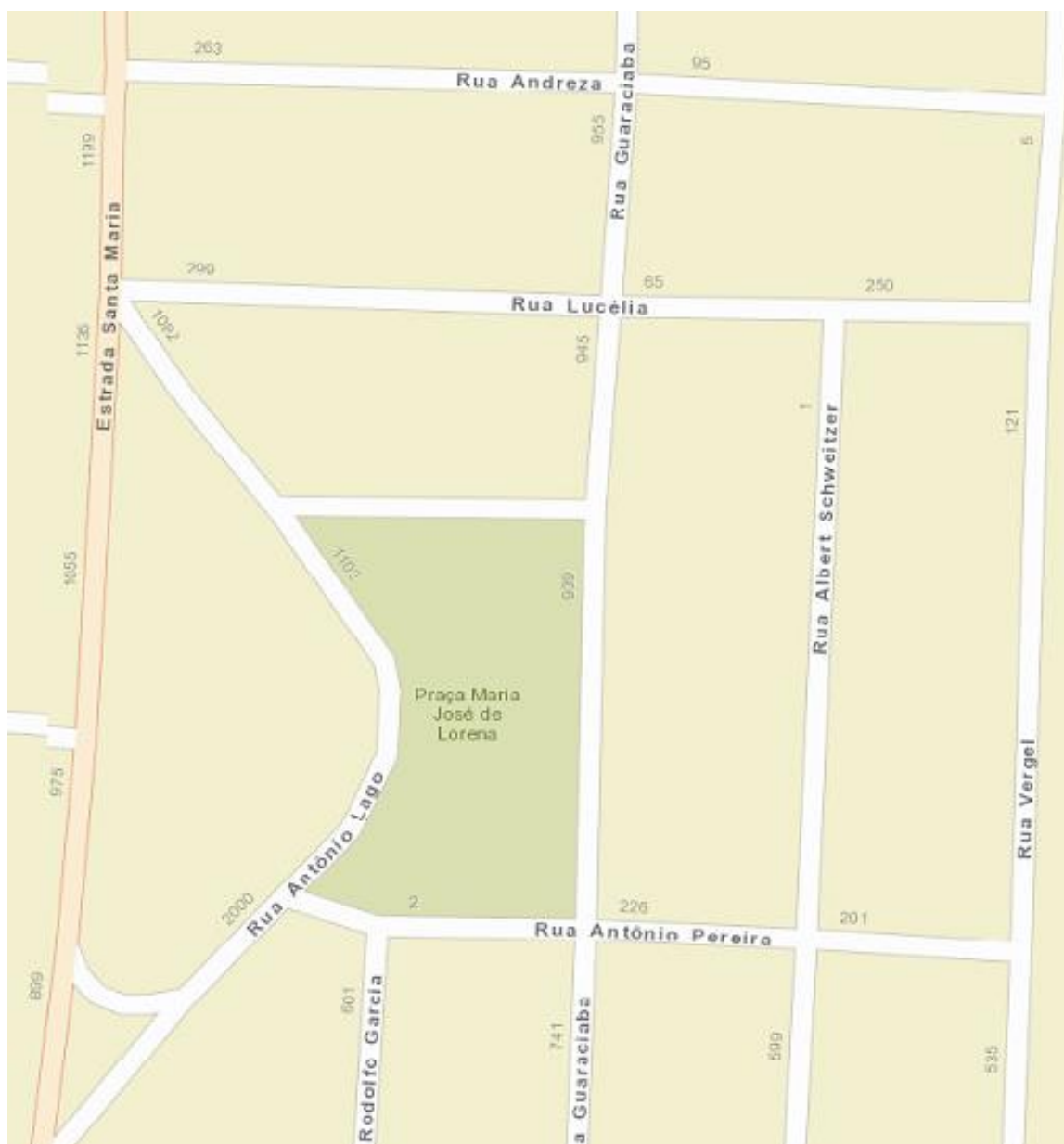


Figura 6. Registro do loteamento Vila Nova com detalhamento de suas ruas. Fonte: Data Rio, 2020. Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/> Acesso em: 13/04/2020.

A área central do bairro também é alvo desta investigação pelos seguintes motivos: o subcentro do bairro de Campo Grande apontado por Maria Therezinha Soares é uma área que se destaca na zona oeste com o setor de comércio, que possui 25.177 postos de trabalho, e o setor de serviços, que possui 28.655 postos de trabalho (DATA RIO/2018).

O bairro registrou, ainda, 3.298 lojas, que atendem às necessidades da população que reside na área residencial do bairro que possui 90.926 imóveis de uso residencial (DATA RIO /2019). Esta infraestrutura é utilizada pelo setor imobiliário como atrativos ao bairro, com um registro de licença para construção de 4.373 unidades residenciais (DATA RIO/2019).

Marcelo Lopes de Souza, em seu livro “Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial”, afirma que o tema dos bairros pode ser abordado nas pesquisas a partir dos critérios interacional e simbólico. Sendo assim, segundo Souza (2013) o primeiro critério envolve as relações entre os indivíduos e os grupos que ajudam a definir se há algum tipo de “centralidade” e de “força centrípeta” que contribuem para estabelecer um determinado espaço durante um período de tempo e que leva a certa “individualidade”, que se justifica

segundo o autor “na medida em que a vida de bairro é fortemente determinada pela existência de subcentros de comércio e serviços que sirvam de polos de atração, garantindo algum nível de introversão por menor que seja” (SOUZA, 2013, p. 153).

Para o autor citado, o segundo critério é simbólico porque demonstra um subespaço intraurbano como um espaço percebido e vivido como um bairro. Estes critérios de pesquisa se adequam ao bairro de Campo Grande, pois segundo Soares (1965) o bairro é definido como um subcentro, que apoiou a expansão urbana dentro de uma área rural. Porém, ao mesmo tempo, o bairro tem seu caráter simbólico, pois dentro deste existem esculturas que fazem alusão ao período de cultivo da citricultura (1920-1950) e da avicultura¹¹ (1940-1960). No centro comercial do bairro foi mantido o prédio do Cine Campo Grande (antigo cinema localizado à Rua Campo Grande, atual restaurante popular da Prefeitura do Rio de Janeiro), que representa a arquitetura de linguagem *art déco*, reconhecidamente erudita (RIO DE JANEIRO, 2014), entre outras construções antigas (Figura 7).

Sendo assim, é importante explicar que a metodologia da História Oral foi escolhida porque no artigo que inspirou a abordagem desta pesquisa, intitulado “Sobre a memória das cidades”, Abreu (1998) enfatiza a existência de uma memória urbana relacionada às pessoas que vivem ou viveram na cidade conforme será explicitado mais adiante. E demonstra uma relação proposta por Halbwachs (2006) na qual um grupo molda o espaço e, ao mesmo tempo, adapta-se às suas resistências materiais. Esta relação entre espaço e tempo presentes na memória é inerente aos estudos de Geografia Histórica.

¹¹ Durante esse período citado por Menezes (2000) o bairro se dedicou à criação de aves produtoras de ovos e destacava-se pelas granjas, que eram visitadas por moradores de outras regiões da cidade.



Figura 7. Reservatório de água Victor Konder, inaugurado no bairro em maio de 1928. Ele tinha, como finalidade, o suprimento de água em Campo Grande. Hoje desativado, a estrutura do reservatório é patrimônio cultural do bairro. Foto: Agência Rio Tour de Coração, 2019.

Portanto, pesquisar o bairro de Campo Grande a partir do conceito de “memória urbana” (ABREU, 1998) é oferecer uma contribuição aos estudos de Geografia Histórica do município do Rio de Janeiro e a “Memória Oral¹²”, através dos depoimentos de antigos moradores do bairro, é uma forma de trazer para a pesquisa o espaço produzido no cotidiano. Por esse motivo, procurou-se uma metodologia que, mais do que uma simples técnica de entrevista, estruturasse a pesquisa para esta finalidade após sua conclusão e a História Oral se mostra adequada para isso pelos seguintes motivos.

Segundo Delgado (2003, p. 23), “[...] a história oral é uma narrativa primorosa voltada à produção de narrativas como fonte de conhecimento, mas principalmente do saber”. Sendo assim, foram realizadas entrevistas com moradores antigos do bairro de Campo Grande e, através destes depoimentos, foi possível compreender de que forma os loteamentos contribuíram para a produção do espaço urbano na antiga área rural e demonstrar como as consequências trazidas pela urbanização estão intimamente ligadas ao cotidiano destes moradores.

¹² (BOSI, 1994) e (BOSI, 2003).



Figura 8. Registro da Paróquia Nossa Senhora do Desterro. Sua criação deu origem ao bairro, porém a igreja ganhou novas formas após sofrer um incêndio no ano de 1882. Fonte: Jornal O Dia, 18/11/2019. Informação disponível em: <https://odia.ig.com.br/colunas/coisas-do-rio/2019/11/5828015-campo-grande-completa-416-anos.html> Acesso em: 18/11/2019. Foto: Agência Rio Tour de Coração.

Segundo Fernandes (2005), o método permite conhecer os fatos do passado a partir de ações do cotidiano, uma vez que, na História Oral, existe a possibilidade de extrair elementos de um cotidiano já vivido e registrado na memória e que, por fazer parte de uma história e memória recentes, não são ainda muito conhecidos e explorados detalhadamente. Porém, é um método no qual o depoimento precisa se somar à outras fontes.

O levantamento histórico sobre o objeto pesquisado é parte da metodologia. Sendo assim, a entrevista não pode ser a única referência da pesquisa que, além das referências bibliográficas e das entrevistas, também pode ser enriquecida com fotos e documentos que podem ser cedidos até mesmo pelo próprio depoente se assim desejar.

Depoimentos e pesquisa histórica e documental se complementam. Esse fator torna o método útil e interessante às pesquisas de Geografia Histórica, à medida que traz uma riqueza de detalhes que, muito mais do que direcionar o pesquisador durante as entrevistas, enriquece o trabalho com informações que poderão servir como base a outras pesquisas para outras pesquisas no futuro.

É importante ressaltar que foram entrevistadas, durante esta pesquisa, pessoas preferencialmente idosas, que são antigos moradores, pois residem no bairro desde a década de 1950, com no mínimo 60 anos de idade, e isso se justifica pelo fato de que estes moradores testemunharam a urbanização do bairro. O perfil mais detalhado dos entrevistados foi traçado à medida que as entrevistas foram realizadas e será apresentado no início do capítulo 3.

No capítulo 1, abordaremos a importância da Geografia Histórica associada à memória (que existe não apenas nas formas do bairro, mas também na memória daqueles que vivenciaram suas transformações) para assim compreender a urbanização que se acelerou no bairro de Campo Grande a partir da transformação dos antigos sítios em loteamentos. Em seguida, serão apresentadas as razões para esta abordagem a partir de conceitos da Geografia, e a metodologia utilizada nesta pesquisa.

No capítulo 2, apresentaremos a expansão urbana do bairro de Campo Grande durante seus ciclos agrícolas até queda da citricultura e o surgimento dos loteamentos.

No capítulo 3, serão apresentados os depoimentos dos idosos que vivenciaram a produção do espaço e podem apresentar o cotidiano do bairro. Pois os loteamentos surgidos nas décadas de 1950 e 1960 produziram o espaço urbano dentro da antiga área rural (que engloba os loteamentos: Tingui, Vila Nova e outros) e modificou o modo de vida destes moradores que perderam seus hábitos rurais ao longo do tempo. A partir das lembranças destes moradores será abordada a Geografia Histórica do bairro que permitiu compreender a urbanização e identificar os impactos socioambientais que surgiram a partir deste período.

CAPÍTULO I - MEMÓRIA URBANA: UMA ABORDAGEM PARA GEOGRAFIA HISTÓRICA

Neste capítulo, apresentaremos a importância da Geografia Histórica associada aos conceitos de “memória urbana” (ABREU, 1998) e “memória oral” (BOSI, 1994) para compreender a expansão urbana que se acelerou no bairro de Campo Grande a partir da transformação dos antigos sítios em loteamentos. E em seguida será apresentada a metodologia utilizada nesta pesquisa.

1.1 Memória e Geografia: a importância do tempo para Geografia histórica

A Geografia Histórica é valiosa para pesquisas que envolvem a memória. É necessário defini-la de forma simplificada, uma vez que existem diversas definições. Segundo Philo (1996) a Geografia Histórica não pode reivindicar um objeto de estudo perfeitamente definido. Por isso, adotam-se aqui as palavras de Hindenburgo Pires: “em síntese, pode-se afirmar que a Geografia Histórica estuda as características e evolução dos espaços históricos, sua morfologia, paisagem e organização territorial, assim como sua formação social” (PIRES, 2008, p.10). Ao tratar o passado, na Geografia há que se estabelecer uma relação entre espaço e tempo, que é importante para a compreensão da atualidade de uma cidade ou bairro.

O tempo tem suma importância neste ramo da Geografia, pois permite a observação do espaço em diferentes períodos históricos e, para assim, compreender o modo como as sociedades do passado interagem com o espaço e de que forma isso se reflete no presente do bairro e da cidade.

É coerente retornarmos à importância do ser humano no tempo e no espaço, uma vez que, ao longo do tempo, o ser humano modifica este espaço conforme as suas necessidades. Ao estudar a evolução deste espaço, é importante compreender as diversas relações que nele existem. Por esse motivo, cabe afirmar a importância do passado, pois, segundo Abreu (2000), a Geografia não pode se definir apenas como o estudo do presente: cabe aqui o exemplo do bairro e da cidade que, muitas vezes, possuem as formas e também o espaço cotidiano muito influenciado pelo passado, à medida que permite pensar este passado a partir das questões que surgem no presente. E, com isso, o passado reconstruído através da memória complementa a Geografia Histórica com detalhes que passaram despercebidos ao longo do tempo.

Isso também pode solucionar imprecisões não sanadas em anos de pesquisa que tiveram por base apenas acervos de biblioteca e documentos oficiais. Com isso, a memória promove um elo no qual é possível juntar as informações dos livros e os detalhes percebidos pelos atores sociais que interagem com o espaço.

Sendo assim, a memória tem suas contribuições a oferecer quando se pensa na relação espaço-tempo, pois esta vai se somar aos documentos existentes e às formas materiais herdadas do passado. Além disso, traz para a pesquisa o espaço do cotidiano dos moradores, que pode demonstrar informações sobre o processo de formação da rua, do bairro e tantos outros espaços que são muito relevantes para a Geografia.

Isto é de suma importância à ciência Geográfica, pois, segundo Pires (2008), estudar o espaço sugere obrigatoriamente a reconstrução de seus elementos históricos, da história de sua produção. Esse fato requer, inevitavelmente, que o geógrafo reconheça a noção de tempo como um elemento essencial para os estudos geográficos, uma vez, que as intervenções humanas podem ocorrer de forma lenta ou rápida e deixam suas marcas no espaço. E estas marcas podem expressar fatos do presente e do passado e produzir realidades diferentes dentro de um bairro. Segundo Braudel (1969), uma determinada realidade só aparece

acompanhada de outra, e o modelo criado para isso permitirá observar outros meios sociais que são observados através do tempo e do espaço.

Dáí surge a importância da escala para a pesquisa em Geografia, principalmente quando surge a abordagem de tempo e demarcação de loteamentos dentro de um bairro, pois surge a microvisão e a macrovisão daquele espaço, que podem apresentar diferenças de realidades, pois surgem as peculiaridades específicas da produção do espaço.

Segundo Revel (2010), variar o foco de um objeto não é exclusivamente aumentar ou diminuir o seu tamanho no visor, mas também modificar sua forma e sua trama. E, na concepção do autor para utilização de outro sistema de referência, a solução é a cartografia, pois a escolha de uma escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos, mas transformar o conteúdo da representação com a escolha daquilo que é representável.

Quando uma pesquisa traz a ênfase para a noção de tempo é importante a observação do “Jogo de Escalas” de Jacques Revel, pois, ao utilizar a Geografia Histórica com ênfase na memória individual e coletiva, surge uma relação com a História Social e com a Micro-História. A primeira é definida, segundo Revel (2014), como a história das entidades sociais, que é diretamente relacionada à comunidade de residência: a aldeia, o bairro, cidade e outros. E a segunda relação está ligada ao recorte do espaço para a análise da pesquisa, pois:

A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. (REVEL, 1998, p. 20).

A Micro-História torna-se importante em pesquisas que envolvem o tempo, à medida que acontecimentos dentro de um bairro ou cidade possuem escalas de ocorrência e de observação. E, por isso, auxilia na particularidade de observação da pesquisa, pois o recorte de espaço é acompanhado de uma análise histórica mais detalhada.

Isso é importante, pois a rua, bairro, a comunidade é uma parte singular dentro do conjunto de bairros que integram a cidade. Assim, a escala específica de observação se torna necessária, pois visa investigar particularidades que podem ocorrer em trechos específicos como a estrada ou o loteamento, uma vez que um bairro pode apresentar distintas realidades históricas decorrentes de seu processo de ocupação ao longo do tempo.

Um exemplo disto é o bairro de Campo Grande, que possui os loteamentos que surgiram na década de 1950, a partir da autoconstrução realizada em loteamentos promovidos por ex-proprietários das terras agrícolas ou por terceiros após a venda do sítio. E, neste mesmo espaço, existem os loteamentos surgidos a partir da década de 1980, sob a administração de empresas imobiliárias. Essa ocupação varia conforme a localização desses loteamentos, que se localizam às margens de diferentes estradas ou avenidas.

Esse exemplo demonstra a realidade diversa do espaço produzido no bairro e a utilidade da microvisão, que possui uma escala particular de ocorrência e de observação, e a macrovisão, que demonstra o bairro como um todo, predominantemente residencial, porém com um processo de ocupação que ocorreu de formas distintas. E isso ocorreu em períodos distintos da Geografia Histórica da cidade do Rio de Janeiro. Por esse motivo, micro-história e a escala de observação e representação tornam-se relevantes para a Geografia Histórica.

Os fenômenos no espaço ocorrem ao longo do tempo e, por isso, a Geografia Histórica se utiliza desta abordagem para assim compreendê-los. Estes estudos do espaço ao longo do tempo envolve a memória que ali permanece, não apenas nas formas arquitetônicas, mas também no modo de vida de outros tempos, que ainda podem permanecer atualmente naquele

local e na memória humana. E, para explicá-la, consideramos necessário trazer a concepção do filósofo Henri Bergson, que se aplica diretamente a esta pesquisa.

De acordo com Bergson (1999), existem dois tipos de memória, e a primeira seria a memória-hábito, que faz parte do nosso adestramento cultural. Esta é a memória que se fixa pela repetição e envolve os aprendizados costumeiros (falar, escrever, dirigir, comer) e as regras de convivência (não é preciso apenas saber falar para ser compreendido, é necessário saber articular as palavras; as normas específicas de escrita, de trânsito, de etiqueta). São hábitos que, depois de exaustivamente praticados, nem nos damos conta que são elementos da nossa memória e que, em algum momento, foram apreendidos. A segunda seria a imagem-lembrança, que é acionada e evocada pela memória e reflete momentos singulares ao sujeito. É a lembrança da infância que surge ao sentir-se um aroma ou um sabor, por exemplo, que leva o sujeito a relembrar não apenas o elemento em questão, como também o momento social que o cercava quando experimentou a mesma sensação há anos.

Estas definições de memória demonstram sua relação com o tempo e sua importância para Geografia Histórica, pois segundo Dembicz (2001), surge assim, à consciência, certas qualidades específicas da ocupação dos espaços, de suas semelhanças e diferenças de diversas classes e suas interrelações, e de efeitos processuais temporais.

Esses detalhes sobre a ocupação do espaço permanecem na memória dos atores sociais através das lembranças sobre a rua, a ponte, a abertura de estradas e outros. Esses grupos modificam o espaço e deixam suas marcas no tempo e “assim chegamos a uma decomposição da história em planos escalonados. Ou, se quisermos, à distinção no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual”. (BRAUDEL, 1969, p. 15)

Isso é relevante para a pesquisa em Geografia, à medida que a memória envolve também o espaço vivido daqueles que vivenciaram outros períodos importantes para a compreensão desta relação espaço e tempo. Através do vivido, surge a narrativa que complementa a pesquisa histórica, uma vez que o espaço é construído de forma contínua, a partir das relações humanas ao longo do tempo e que se tornam expressas a partir da paisagem.

A ação do homem ao longo do tempo se apresenta no espaço de diversas formas. Esses acontecimentos produzem o espaço, deixam ali suas marcas e servem como fontes históricas sobre a cidade, o bairro, a rua, o casarão antigo. Na memória, associa-se o tempo à narrativa dos sujeitos e ao espaço que surge através desta narração.

Esta narrativa é uma ferramenta relevante para Geografia Histórica, à medida que complementa os traços históricos registrados na paisagem urbana com os diversos acontecimentos oriundos da dinâmica da cidade e que, além disso, influenciam o modo de vida presente em seus bairros.

Com isso, a história narrada pelos moradores que vivenciaram as transformações decorrentes da produção do espaço urbano são fontes históricas que se somam aos vestígios do passado e auxiliam na compreensão do espaço, pois “[...] a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, 1985, p. 198).

A Geografia Histórica da cidade está presente em seus diversos locais: a rua, o bairro, a fábrica antiga. Porém, o morador testemunha o processo de produção do espaço e armazena as lembranças ao longo do tempo. A memória é uma forma de produzir fontes históricas a partir das lembranças oriundas de sujeitos que podem ser anônimos ou não, mas que possuem relevância para as pesquisas que investigam o passado. Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo de fato, mas sim apropriar-se de uma lembrança (BENJAMIN, 1985).

Através da memória, é possível resgatar o passado da rua, da avenida, que se tornam importantes para o estudo das cidades, uma vez ali existem diversas funções e realidades que não podem ser dispensadas. E, com isso, a cidade possui uma temporalidade expressa através de suas formas e elementos que ali resistem em meio ao constante processo de produção do espaço. Tal processo se torna importante, uma vez que o passado da cidade é investigado visando compreender seus efeitos no presente, pois as morfologias dos diversos bairros que integram a cidade são geradas a partir de muitos processos que deixam suas marcas no tempo e espaço.

1.2 Memória e cidades

As cidades são constantemente afetadas pelas transformações que o espaço geográfico sofre como um todo. Apesar dessa dinâmica de produção social do espaço, é possível encontrar as marcas do passado que ali permanecem, não somente através de monumentos e construções antigas, mas também está presente na memória dos atores sociais que ali atuam. Nesta perspectiva, a preservação do passado das cidades e da memória que ali existem torna-se de suma importância para a compreensão das cidades e da sua atual dinâmica.

Porém, primeiramente, há que se falar um pouco sobre a memória e suas dimensões, para assim compreender sua importância para as cidades e para Geografia. Em termos gerais, “a memória poderá ser conservação ou elaboração do passado, mesmo porque o seu lugar na vida do homem acha-se a meio caminho entre o instinto, que se repete sempre, e a inteligência que é capaz de inovar” (BOSI, 1994, p.68).

Esta colocação torna-se importante quando se pensa na memória individual dos atores sociais que atuam no espaço geográfico e, segundo Seemann (2003), embora a memória seja uma construção mental bastante abstrata, quase inacessível e volátil, uma vez que não é possível “entrar” na cabeça de uma pessoa, a memória representa um recurso muito relevante para as pesquisas, por ser uma fonte preciosa de impressões, registros, pontos de vistas ou perspectivas.

Neste âmbito, entra o papel da memória, que, segundo Delgado (2006), é a principal fonte de depoimentos orais. Mas quando se pensa em Geografia, a memória precisa englobar diversos aspectos sociais, culturais e outros. Dessa forma, quando se pensa no bairro, na cidade e na construção de sua identidade enquanto lugar de memória há que se pensar em uma memória coletiva e suas relações. Nesta linha de raciocínio, Maurice Halbwachs, em seu livro “A memória coletiva”, define esta como a memória de um grupo.

O caráter coletivo da memória é fundamental quando se busca a identidade do lugar, se torna mais completa do que a História oficial, pois permite o resgate das lembranças de criança, porém estas surgem a partir da visão de adulto. E auxilia na compreensão do passado da cidade pautado em uma reconstrução do espaço, que visa o seu entendimento no presente.

Esse resgate da memória grupal tem suma importância para a Geografia, pois o homem interage com o espaço durante o percurso de sua história. Desse modo, a memória coletiva permite estabelecer relações de temporalidade para o entendimento do espaço.

A memória coletiva também possui uma grande relação com a Geografia Histórica, à medida que esta busca compreender a construção do espaço geográfico ao longo do tempo. Por isso, a História torna-se fundamental aliada da Geografia na busca pelo espaço do passado, que possui o objetivo de ampliar a visão do presente. E, conforme Halbwachs:

Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que

seja possível retomar o passado se ele não tivesse conservado no ambiente material que nos circunda (HALBWACHS, 2006, p. 170).

Nesta perspectiva da memória enquanto construção coletiva retorna-se à questão da busca pela memória das cidades, pois existe a necessidade de recuperar o espaço do passado de bairros periféricos, para assim compreender a expansão urbana sobre os bairros mais distantes do centro da cidade.

Sendo assim, pode-se dizer que há uma nítida relação entre a memória e a sociedade que ali está, uma vez que esta presencia as mudanças que ocorrem na cidade ao longo do tempo, e isso permanece vivo em suas memórias. E, a partir daí, surgem as lembranças que a cidade guarda através de seus atores sociais.

Isso vai compor a “memória urbana”, que, segundo Abreu (1998) seria o estoque de lembranças do modo de vida urbano. Por isso, estas lembranças e faz necessária quando se pensa que ali existiu um modo de vida que não existe mais, porém se torna importante para o entendimento do atual formato da cidade.

O resgate da memória das cidades se faz importante, uma vez que bairros distantes dos conhecidos centros urbanos também possui um valor simbólico. Segundo Erthal (2003), a Geografia Histórica tem a preocupação de recuperar as espacialidades pretéritas que marcam as espacialidades atuais. Sendo assim, a cidade como um todo pode ser vista como um lugar de memória, apesar de suas diferentes formas de uso em cada localidade que a compõe.

E, no caso da cidade, a memória individual precisa estar atrelada ao grupo social que ali está presente, pois, quando se pensa na memória que a cidade carrega, é importante frisar que “quem lembra são as pessoas que nela vivem ou viveram”. (ABREU, 1998, p. 89). Nesse sentido, há que se considerar a dimensão humana do espaço produzido na cidade.

Essa questão torna-se relevante, uma vez que a cidade é continuamente transformada, em um processo que deixa suas marcas nesta ao longo do tempo. Neste sentido, a memória que a cidade guarda através do cotidiano de seus antigos moradores torna-se importante na compreensão dessas mudanças em função da riqueza de detalhes sobre os elementos que ali existiam.

Através de relatos dos moradores, é possível perceber os contornos que o espaço urbano produz através da abertura de estradas, pontes, canalização de rios e outros. E, tudo isso pode servir para o entendimento do atual formato da cidade e de seu processo de urbanização que permanece nas lembranças dos moradores.

É relevante ressaltar que os estudos do passado são de extrema importância para a Geografia, pois:

A conclusão a ser tirada desses trabalhos não é que os acontecimentos da história podem ser reduzidos às complexidades da geografia, mas que é possível enriquecer e lançar uma nova luz sobre esses acontecimentos históricos ao injetar-lhes um pouco de sensibilidade geográfica (PHILO, 1996, p. 278).

Ainda nesta lógica, a Geografia traz pra estes estudos o enfoque na paisagem, uma vez que há registros de memória marcados na paisagem urbana que se transforma ao longo do tempo e, por isso, Besse (2014, p. 12) afirma que “uma primeira abordagem da paisagem consiste em defini-la como um ponto de vista, um modo de pensar e de perceber, principalmente como uma dimensão da vida mental do ser humano”.

Neste aspecto, é possível perceber uma relação da paisagem com a memória, pois é na paisagem que as mudanças na cidade irão se refletir ao longo do tempo. Uma paisagem marcada por traços de outras épocas pode trazer novas perspectivas para o entendimento da

cidade. E, por isso, não pode ser ignorada, uma vez que antigas paisagens ficam registradas na memória de seus habitantes.

Sendo assim, a paisagem como forma de leitura das mudanças que ocorrem no espaço ao longo do tempo torna-se interessante. Isso se faz importante para o entendimento do modo como as mudanças do espaço geográfico se refletem na cidade. E parte desta memória está presente não só na arquitetura antiga, nos museus e centros de memória, como também na mente das pessoas idosas que vivenciaram esta transformação.

Neste sentido, Ecléa Bosi afirma: “o que me contaram os velhos sobre sua cidade? Cada geração tem de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história” (BOSI, 2003, p. 199). Sendo assim, as relações da cidade com sua memória tornam-se explícitas, pois é a visão desta sob o ponto de vista daqueles que vivenciaram suas transformações e foram afetados por estas.

É importante pensar a contribuição da Geografia Histórica em estudos que priorizam a memória e o passado das cidades, pois é notório que existe uma relação entre a Geografia e a História, pois a reafirmação das relações entre a Geografia e a História é, certamente, mais simples e positiva e corrobora com Élisée Reclus, quando escreveu, há mais de um século, que a geografia é a história no espaço e a história é a geografia no tempo (SANTOS, 2006).

Por isso, os processos históricos que ocorrem nas cidades possuem grande relevância para o entendimento do espaço geográfico, pois a cidade e seus bairros podem registrar nas suas paisagens vestígios de épocas distintas. Sendo assim, é importante conhecer a sua organização enquanto espaço construído ao longo do tempo. Isso é nítido na cidade, ao se observar a presença de casarões antigos ou igrejas que se transformaram em ruínas, mas que permanecem e se destacam em suas áreas centrais.

Acredita-se que a Geografia Histórica tem muito a contribuir na investigação destes processos que deixam suas marcas na cidade. E, por trás destas marcas, é possível ampliar o conhecimento sobre a cidade através de seu passado, pois este influencia também o seu presente.

Ainda nesta lógica, a cidade se transforma em função dos processos que ali ocorrem, porém os vestígios do passado permanecem no tempo. Isso vai além das formas arquitetônicas e se reflete no modo de vida. Um exemplo disso são os produtores agrícolas dos sítios, que se situam nas localidades do Rio da Prata e Mendanha em Campo Grande, RJ, que resistem com suas práticas do passado, apesar da urbanização do bairro. As práticas desses agricultores constituem hoje uma importante forma de agricultura urbana¹³, que dá origem à feira¹⁴ de produtos orgânicos que ocorre aos finais de semana.

A memória coletiva existente na cidade coopera nas investigações que envolvem espaço e tempo na perspectiva da Geografia Histórica. E pode-se considerar a seguinte afirmação: “no longo e infundável processo de organização do espaço, o homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais” (CORRÊA, 1995, p. 35). E tudo isso deixa suas marcas que permanecem na cidade ao longo do tempo e se transformam em heranças de um determinado período que se tornam importantes na busca pela identidade do local.

A cidade, através de seus bairros, possui significados históricos advindos do modo de uso do local e que foram fundamentais para a construção de sua atual estrutura. Por isso, Souza (2013) afirma que a região e o bairro possuem nítidos componentes ao longo de sua evolução conceitual, que evocam ideias como espaço vivido e identidade socioespacial. A

¹³ O artigo 29 da lei complementar nº 111/2011, atual plano diretor da cidade do Rio de Janeiro afirma a existência de áreas de uso agrícola compatíveis com sua destinação e vocação histórica.

¹⁴ A feira ocorre às margens da Avenida Marechal Dantas Barreto aos sábados (próximo ao West Shopping). E, não possui relação com a tradicional feira de Campo Grande que ocorre aos Domingos às margens da Rua Campo Grande.

compreensão deste processo envolve as unidades menores da cidade como o bairro, uma vez que ali residem as permanências antigas desta: a igreja, a escola, a praça, o antigo quarteirão que vai assim compor a “memória urbana”.

Dessa forma, é preciso identificar, a partir das vivências dos antigos moradores, as mudanças trazidas pelo modo vida, uma vez que este é afetado pelas mudanças que ocorrem na cidade ao longo do tempo. E isso, contribui para o resgate da memória da cidade, pois

A memória é muito mais do que apenas trazer à mente informações vividas em algum momento anterior. Sempre que a experiência de um evento passado influencia alguém em um momento futuro, a influência dessa experiência anterior é uma elaboração da memória sobre o acontecimento passado. (FOSTER, 2011, p. 8).

Neste sentido, é possível discutir a importância e a influência de um evento passado para o formato atual da cidade, do bairro, da rua. É importante ainda ressaltar que a memória, no que tange à Geografia, está em consonância com a Geografia Histórica, que, segundo Santos (2006), retrata o passado, porém assentado no presente, pois é a partir deste que surgem as indagações sobre o passado das cidades.

Esta herança de outros tempos está materializada nas cidades brasileiras juntamente com o presente. Um exemplo disso são as Vilas residenciais construídas em Campo Grande, no ano¹⁵ de 1928, atualmente localizadas em meio ao centro comercial do bairro. É importante considerar a relação da cidade com o tempo e com os grupos que ali atuam constantemente. Dessa forma, a memória da cidade envolve não apenas o passado, mas as ações do cotidiano ali embutido.

Neste caso, é necessário ainda considerar a singularidade que cada lugar vai possuir a partir da atuação humana. E é a partir do vivido que a cidade produz seus contornos: o surgimento da rua, do bairro, da igreja e que dará sentido ao lugar. Neste contexto, é possível conceituar e identificar o bairro, pois Souza (2013) afirma que isso envolve características que vão da paisagem à identidade.

E, essa memória que a cidade guarda envolve a relação espaço-tempo que é analisada pela Geografia Histórica. Neste sentido, pode-se afirmar que “a memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”. (BOSI, 2003, p. 53)

No caso da cidade, esta memória parte do indivíduo e torna-se coletiva, não somente porque uma lembrança irá completar a outra, através do surgimento das imagens que surgem através da memória, dos fatos vividos e dos sentimentos em comum, pois a memória coletiva surge da perspectiva do contexto histórico, no qual o grupo de indivíduos de um mesmo bairro ou cidade estavam inseridos.

Nesta perspectiva, o resgate da memória existente na cidade, além de considerar estas questões, deve considerar a paisagem urbana e documentos de instituições oficiais, pois estas possuem muitas informações sobre o passado da cidade através de livros, imagens, mapas e objetos antigos. Essas são, aliás, informações importantes, uma vez que a memória, nos estudos geográficos, precisa englobar também aspectos sociais e culturais com o objetivo de resgatar também a identidade do lugar. Neste quesito, é necessário pensar que os registros contidos nas instituições de memória são fundamentais, uma vez que:

¹⁵ Esta informação consta no telhado de algumas residências localizadas à Rua Vítor Alves, com a seguinte descrição: Villa São José, 1928. Rua predominantemente residencial, no centro do bairro que possui como atrativo o Teatro Arthur Azevedo.

Nem todas as memórias coletivas urbanas conseguiram ser registradas. Muitas perderam-se no tempo, o que faz com que os vestígios do passado que subsistiram na paisagem ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos das memórias coletivas que a cidade produziu. (ABREU, 1998, p. 86).

Neste sentido, a memória da cidade está relacionada a estes itens e envolve o coletivo, já que uma lembrança pode somar-se à outra. Mas, nesta busca, é importante considerar que o caráter individual da memória possui suas riquezas, uma vez que este envolve os hábitos, o cotidiano, a recuperação de antigas formas do espaço.

Ainda neste viés, se a cidade for pensada enquanto lugar de memória é necessário considerar as experiências dos seus atores sociais, pois estes vivenciaram o passado desta. Segundo Seabra (2003), o morador é sujeito desta espacialidade e seu conhecimento poderá fornecer uma riqueza de detalhes sobre o passado local. Nesse quesito, a memória da cidade vai englobar também as lembranças daqueles que presenciaram o surgimento da rua, do bairro e suas possíveis transformações ao longo do tempo.

1.3 A memória do bairro no contexto da cidade

No lugar, surgem os hábitos cotidianos do passado, que muito contribuíram para o atual formato da cidade e para a composição da memória urbana, que se torna única se for considerada as especificidades da rua e do bairro a partir da perspectiva dos antigos moradores, pois, “os urbanistas devem escutar os moradores, estarem abertos à sua memória, que é a memória de cada rua e de cada bairro. Recuperar a dimensão humana do espaço é um problema político dos mais urgentes”. (BOSI, 2003, p. 76)

Neste sentido, se o conceito de lugar for pensado junto com o espaço e a paisagem, que são inerentes à memória quando se enfatiza o contexto da cidade e do bairro, torna-se possível perceber a cidade enquanto lugar de memória. Isso se aplica também ao bairro, uma vez que seu ritmo de vida emana das diversas relações que ocorrem na cidade.

Ao tratar sobre ações do cotidiano, é preciso compreendê-las além das ações insignificantes que são realizadas diariamente. Segundo Carlos (2007), o cotidiano é o lugar dos gestos repetitivos, da uniformidade e homogeneidade de hábitos, formas de uso, comportamento e valores e outros, e tudo isso é programado pelo capitalismo que organiza o cotidiano (modo de morar, vestir, hábitos de lazer), o que influencia o trabalho e o modo de produção social do espaço. De acordo com Certeau (1998), os comportamentos são distribuídos a partir dos locais de trabalho ou lazer e estes são qualificados pela sua colocação nesta ou naquela casa do tabuleiro social.

Por isso, no que se refere ao bairro para esta pesquisa, é essencial considerar o modo no qual este espaço surge a partir do cotidiano dos moradores, para assim conhecer os detalhes específicos de sua realidade histórica, que surge a partir dos fatos que são armazenados em suas memórias ao longo tempo.

Sendo assim, através de hábitos do passado, é possível compreender de qual forma a cidade se modificou até chegar à atual forma urbana. Nessa perspectiva, surge o bairro, que é resultado de um processo histórico de ocupação, e que reflete distintas temporalidades pretéritas, além do presente.

Dessa forma, há que se pensar na relação da memória com o espaço, porque as intervenções feitas pelo homem retratam o passado da cidade e envolvem questões sociais. Um exemplo disso são os casarões abandonados dos grandes centros urbanos. De acordo com Souza (2013), o bairro faz parte da categoria de “pedaços da realidade social” que possuem

uma identidade inconfundível para um coletivo. Este homem, ator social, é quem concede identidade à cidade nos mais diversos cantos. Daí surge a importância de analisar o bairro para a compreensão mais detalhada da cidade, uma vez que cada bairro reflete uma realidade diferente.

Sendo assim, a memória é importante para o entendimento do espaço geográfico, que sofre constantes mudanças a partir dos modos de vida que a sociedade capitalista constrói e que deixa marcas em diversos elementos. E até mesmo o solo é carregado de memórias, porque ele é constituído não somente pelas alterações geomorfológicas naturais, como também pelas sociedades que passam por ali e interferem na sua dinâmica. Isso ocorre, especialmente, nos solos das cidades que passaram por diversas fases e momentos sociais e econômicos distintos, pois “o solo não é uma simples superfície plana que se oferece à ação, mas confronta a ação a um conjunto mais ou menos denso de marcas, de pegadas, de dobras e de resistências que a ação deve levar em conta. Os locais têm memória, por assim dizer”. (BESSE, 2014, p.58)

Neste quesito, as práticas cotidianas do passado presentes na memória dos idosos podem nos remeter aos processos de formação da rua, do bairro, do patrimônio e da identidade local, que também fazem parte da cidade. E, com isso, a memória torna-se um referencial na busca por esses vestígios do passado, que permanecem na cidade ao longo do tempo e que conferem identidade ao lugar, pois, segundo Seabra (2003), a cidade e o bairro expressam os termos concretos da urbanização, porém guardam seus pertencimentos profundos. Com isso, cada cidade possui a sua poesia e, paralelamente, produz seus pertencimentos a partir de práticas simples e cotidianas.

Neste sentido, a originalidade do bairro e suas características peculiares guardam as marcas da produção do espaço geográfico, que podem variar a partir do modo de vida local, criando assim uma identidade não somente para o local, mas também para os atores sociais que ali vivem e atuam. Estas marcas possuem uma relação com a memória, uma vez que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. (NORA, 1993, p.9).

Daí surge sua ligação com o cotidiano que emerge da dinâmica capitalista da cidade para os bairros, e lentamente os moradores se adaptam aos novos hábitos e aos vestígios do passado que ali permanecem. Isso possui significados que podem ser atrelados ao passado do local quando este relata o bairro do passado. Sendo assim, segundo Souza (1989), o bairro é simultaneamente uma realidade objetiva, subjetiva e intersubjetiva, e estas duas dimensões se interligam e condicionam-se uma à outra ao longo do processo histórico. E através dessas histórias é possível perceber as mudanças que o sistema capitalista impõe à cidade.

Nesta perspectiva, o cotidiano e memória que a cidade guarda surgem através do bairro, pois, “o bairro tem sua infância, velhice e juventude” (BOSI, 2003, p. 204). E isso pode ser perceptível de diversas formas: casas que se destacam pela sua arquitetura antiga, os sítios que mantêm a estrutura do tempo de produção agrícola, mas que hoje estão direcionados à atividade turística, as propriedades rurais que se transformaram em loteamentos, uma igreja que durante muito tempo foi referência do bairro.

Neste sentido, com tantas mudanças que ocorrem rapidamente na sociedade atual, a Geografia passou a dar maior relevância para a preservação das memórias e, pois, segundo Claval (1999), não há compreensão possível da organização do espaço contemporâneo e das suas tensões sem considerar os dinamismos culturais. Isso explica a nova atenção à preservação das lembranças e a conservação das paisagens.

Nesta linha de raciocínio, o cotidiano é um pouco mais do que as representações da identidade e do patrimônio, pois segundo Seabra (2003) trata-se de examinar os significados e os sentidos que as continuidades históricas como aquelas que vem da propriedade territorial emprestam ao modo de vida urbano e que são importantes na compreensão da dinâmica da

cidade, pois a atual forma da cidade e do bairro é gerada por muitos processos históricos e sociais que ali atuaram. Em particular, a memória do idoso traz à tona os detalhes das transformações ocorridas na cidade através do cotidiano que se altera ao longo do tempo juntamente com o modo de vida urbano.

Dessa forma, diante de tantas ações, o cotidiano está muito relacionado aos lugares à medida que estes são constituídos no desenrolar do dia-a-dia, que é muito importante para compreender a dinâmica da cidade que se prolifera a partir do centro para os bairros através de suas práticas. Neste aspecto, o bairro se transforma em um espaço vivido a partir das relações sociais e das experiências que ali ocorrem.

Neste sentido, o cotidiano presente na memória de antigos moradores do bairro traz a possibilidade de alcançar momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que desapareceram e deste modo é possível compreender sua estrutura (ABREU, 1998). Para Soares,

Assim, o bairro se define por sua paisagem urbana, isto é, tipos de casas, idade e estilo das construções, disposição das ruas etc.; seu conteúdo social, isto é, nível e modo de vida de seus habitantes; sua função, isto é, seu papel dentro do organismo urbano (residência, produção, comércio, administração etc.). (SOARES, 1990, p. 106).

Esses sujeitos se adaptam às formas e ao ritmo do bairro que têm as suas funções e sua memória no contexto da cidade. A experiência desses atores sociais produz uma visão histórica mais detalhada sobre o bairro e seu conteúdo social, pois não se pode desconsiderar que o modo de vida urbano sofre uma influência capitalista. Porém, o contorno humano do espaço é perceptível através do vivido e considera-se que cada bairro possui a sua originalidade e seu estilo próprio, que vão variar a partir de suas atividades habituais do presente e do passado.

Estas atividades geraram marcas que permanecem no bairro que tem o seu cotidiano afetado pela dinâmica da cidade, que implicou em um modo de vida urbano e que surge a partir do comércio e do uso do solo como mercadoria. Nesta perspectiva, a memória da cidade envolve hábitos e a preservação de formas, pois as heranças do passado são visíveis dentro da atual estrutura da cidade. E, se manifestam através do conteúdo e da arquitetura que ali se mantêm através das casas e igrejas, que se conservam nas áreas centrais e nos seus diversos bairros.

Essas continuidades históricas estão presentes na vida do bairro e, por muitas vezes, materializadas na paisagem urbana, uma vez que o bairro é afetado e moldado pelas mudanças de uso do espaço que a cidade sofre em função da dinâmica capitalista e até mesmo “a paisagem do bairro tem uma história conquistada numa longa adaptação” (BOSI, 2003, p. 206).

Entender esses processos que deixam suas marcas é parte do resgate da “memória urbana” em uma perspectiva mais próxima de seus atores sociais com suas lembranças e hábitos. Um exemplo disso é o que ocorreu no município do Rio de Janeiro, pois, segundo Soares (1990), a cidade desenvolveu novas funções ou ampliou as antigas e isto foi aos poucos modificando toda sua estrutura. E estas novas funções surgem a partir do momento que, segundo Soares (1965), Campo Grande a partir da urbanização transformou suas propriedades rurais em loteamentos, com a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro sobre as áreas rurais. E o exemplo de sua ampliação, segundo a autora, seria o centro de Campo Grande, que evoluía de um pequeno centro de serviços que atendia a população da zona rural à condição de centro urbano dentro de uma área rural.

Isso culminou com a transformação da cidade ao longo tempo e torna-se importante, pois “o lugar guarda em si, e não fora dele, o seu significado e as suas dimensões do momento

da vida possível de ser apreendido pela memória” (CARLOS, 2007, p. 14). Nesta perspectiva, reporta-se às contribuições da Geografia Histórica no resgate do passado das cidades.

Sendo assim, o bairro possui uma riqueza de detalhes que vai contribuir para o resgate da cidade enquanto lugar de memória, pois é no bairro que surgem as ações cotidianas. Nesta perspectiva, é importante pensar que existem memória e identidade em bairros distantes do centro da cidade e onde o metro quadrado é menos valorizado se for considerado o contexto da cidade capitalista. Um exemplo disso são os bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Sepetiba, que integravam a zona rural e hoje integram a zona oeste do município do Rio de Janeiro.

Essas, aliás, são áreas importantes quando se considera o estoque de lembranças do modo de vida urbano¹⁶, uma vez que a expansão urbana da cidade sobre estas áreas implicou na produção do espaço, no modo de vida de seus moradores e os vestígios deste passado se transformaram em heranças que relembram o auge de sua fase rural, mas também trouxe impacto sócio ambiental para o bairro de Campo Grande, como será visto adiante.

Sendo assim, segundo Besse (2006) o espaço não é inocente, mas portador de dúvidas, de indagações e lembranças. Neste contexto, a memória que a cidade carrega e que está presente no bairro e no cotidiano de seus atores sociais, envolve a observação de aspectos materiais e do modo de vida dos moradores.

Neste sentido, a paisagem torna-se a materialização das mudanças que a cidade sofre ao longo do tempo, uma vez que sua forma e aparência são moldadas pelo modo de vida urbano que gera realidades e contornos diferentes em cada uma de suas partes. Daí, segundo Besse (2006), surge a seguinte questão: o que produz a paisagem? E, habitualmente, a resposta seria: a paisagem é o produto das interações, das combinações entre um conjunto de condições e de construções naturais e um conjunto de realidades humanas, econômicas, sociais e culturais. E são essas interações que, no tempo e no espaço, respondem pelas mutações percebidas nas paisagens visíveis, pois a paisagem é o efeito e a expressão evolutiva de um sistema de causas também evolutivas.

Neste quesito, a paisagem, no que concerne ao cotidiano e à memória presentes na cidade, torna-se fundamental, pois a paisagem marcada por vestígios do passado, como antigos prédios, ferrovias ou estradas, pode servir como estímulo à reconstituição da memória coletiva. Segundo Abreu (1998), é através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas presentes no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade que poderemos resgatar muito do passado e garantir às gerações futuras um lastro de memória para sua identidade.

E, além disso, a partir da memória dos indivíduos que ali atuam, é possível compreender de que forma a urbanização modifica o cotidiano dos sujeitos ao longo do tempo. Dessa forma, o bairro adquire nova forma, a partir da expansão urbana da cidade até os bairros mais distantes do centro. Neste processo, além do novo formato, se destacam no local as permanências que são importantes para o resgate da “memória urbana”. E isso, segundo Bosi (1994), permite repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado que são importantes para o resgate das memórias presentes na cidade.

É importante, ainda, ressaltar que a memória que prevalece junto com as permanências e paisagens históricas mostra “para além de suas formas, os códigos e os sentidos que estruturam as relações entre as pessoas que ali viveram e as que ainda vivem em seu cotidiano” (PAES, 2015, p. 46).

É no nível do cotidiano presente na memória individual e coletiva que é possível compreender de que modo o presente e o passado da cidade estão conectados a partir do modo

¹⁶ Termo já citado anteriormente, e assim definido por Maurício Abreu (1998) como significado da expressão “memória urbana”.

de vida e das formas que a urbanização gera na cidade. Neste sentido, a memória e o cotidiano, além de resgatarem os sentidos e significados que são importantes para a valorização do passado das cidades, permitem compreender de que forma ocorreram as transformações históricas daquele espaço.

Ainda neste viés, através do cotidiano, é possível compreender as contradições existentes na urbanização da cidade, uma vez que, segundo Bosi (2003), através das histórias¹⁷ de vida existe a possibilidade de acompanhar as transformações do espaço urbano, que envolve os terrenos baldios, as ruas sem saídas que terminam em praças inacabadas por dezenas de anos. Sendo assim, a memória tem grande importância, pois auxilia na reconstrução de espaços do passado e direciona questões do tempo presente.

Nesta lógica, através da memória, é possível compreender de que forma o modo de vida urbano se impõe e deixa suas marcas visíveis na cidade. Isso pode ser exemplificado a partir dos loteamentos que foram construídos na antiga zona rural da cidade do Rio de Janeiro apenas com a demarcação das ruas e dos terrenos.

Desse modo, a memória oferece possibilidades de compreender como ocorreu na prática cotidiana a urbanização destes locais e de que modo este fato deixou suas marcas na cidade, uma vez que “a memória coletiva pode trazer à tona o quanto o desenvolvimento urbano acelerado impactou a paisagem” (ALMEIDA, 2001, p. 44).

Neste aspecto, uma grande contribuição ao resgate da “memória urbana” é trazida pela memória dos atores sociais que ali residem, pois os moradores mais antigos conhecem a realidade do bairro atualmente, mas possuem vivências para retratar o espaço produzido no passado. E, com isso, a memória soma-se aos registros de paisagem, uma vez que, segundo Halbwachs (2006), os bairros antigos são circundados por novas construções que se misturam às formas de antigamente.

Muito mais do que compreender de que forma o capitalismo modifica a cidade, existe a necessidade de preservar sua memória, que tem um importante papel nos estudos dedicados à Geografia Histórica da cidade à medida que amplia a visão do espaço produzido no presente. Neste sentido, é importante destacar que a Geografia tem um interesse em resgatar a memória presente na cidade, não somente através dos registros presentes nas instituições de memória e paisagem urbana, pois o antigo morador, com seus depoimentos sobre o trabalho, a rua ou o bairro, tem muito a contribuir para o resgate da memória no que tange à Geografia.

Isto é relevante quando se pensa no estudo do espaço, que é transformado ao longo do tempo. E “sem a recuperação da produção material das sociedades do passado, não é possível resgatar as âncoras espaciais que deram suporte à constituição das memórias coletivas, das memórias das cidades” (ABREU, 1998, p. 93). Sendo assim, torna-se fundamental dar ouvidos aos idosos que presenciaram muitas transformações relevantes para o bairro e a cidade.

1.4 História Oral: Memória, Cotidiano e Geografia

Segundo Freitas (2002, p. 5), a História Oral define-se como “um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si no registro das narrativas da experiência humana”. O método pode ser utilizado na recuperação da história local, através da realização de entrevistas com pessoas, preferencialmente idosas, que presenciaram fatos históricos relacionados a uma investigação científica. É uma fonte de produção do conhecimento histórico, com ênfase na memória dos sujeitos que vivenciaram os acontecimentos em uma rua, bairro ou cidade.

¹⁷ Delgado (2006) define história de vida como um depoimento aprofundado que visa reconstruir a trajetória do indivíduo desde sua infância até os dias atuais.

É possível perceber que este método pode ser utilizado na elucidação de questões que interessam à Geografia, e principalmente à Geografia Histórica da cidade, uma vez que a memória é utilizada com objetivo de produzir novas fontes históricas. Sendo assim, o método “é algo mais que um gravador que registra os indivíduos ‘sem voz’, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a consequente análise histórica” (LOZANO, 2006, p.17).

Dessa forma, o depoimento surge como complemento à pesquisa histórica e pode acrescentar novos detalhes, por vezes ausentes em outras fontes de pesquisa. Por isso, a pesquisa histórica prévia à entrevista é fundamental para que o pesquisador conheça bem o seu objeto de pesquisa. A partir daí, surge a fase de elaboração do roteiro das entrevistas.

As entrevistas são realizadas com roteiro aberto, pois, no decurso da entrevista, podem surgir fatos inesperados, porém relevantes à pesquisa. Não há como determinar de forma precisa os temas a serem abordados pelos entrevistados, pois, apesar do contexto histórico coletivo do grupo de pessoas a serem entrevistadas, os sujeitos trazem consigo visões e vivências diferenciadas. E, com isso, o passado surge como uma caixa de surpresas a ser desvendada.

Isso pode ocorrer em uma única entrevista, mas também pode demandar uma pequena sequência de entrevistas com o mesmo depoente. Ao final da entrevista, o depoente poderá indicar alguém que pode complementar a sua fala sobre o assunto. A História Oral pode apresentar possibilidades a serem desvendadas no momento da entrevista a partir da fala do entrevistado, e das suas possibilidades de cooperar com a pesquisa, sempre de forma voluntária.

Sendo assim, a pesquisa poderá ter mais depoentes do que projetado inicialmente ou, em alguns casos, este número poderá ser menor do que anteriormente previsto e sua definição final vai depender da qualidade do conteúdo da entrevista. Além disso, não se deve estabelecer um tempo determinado para realização das entrevistas, pois isso pode variar a partir do conteúdo e disponibilidade de cada entrevistado. É necessário, ainda, enfatizar que o pesquisador deve conduzir a entrevista de forma que o depoente esteja à vontade durante o seu relato, priorizando, assim, uma conduta ética para a pesquisa científica.

O pesquisador precisa estar atento aos objetivos da pesquisa para que isso não se perca durante a realização da entrevista. Pois, apesar de ter ciência prévia dos objetivos da pesquisa, o depoente pode desviar o trajeto da entrevista com abordagem de muitos assuntos não relacionados à temática da pesquisa.

É de suma importância que haja por parte do entrevistador um cuidado com o depoente durante a entrevista e até mesmo depois de sua realização, pois, ao lembrar os fatos do passado, o depoente pode ter reações emocionais, uma vez que “muitas vezes, as pessoas, ao buscar sua própria memória, acabam refletindo sobre o próprio passado, emocionando-se. Devemos saber respeitar as lágrimas e os momentos de emoção que se apresentam durante a entrevista”. (FREITAS, 2002, p. 63)

Deve-se ainda respeitar o silêncio do depoente, concedendo ao mesmo total liberdade, caso não queira responder alguma pergunta; mas é importante que o pesquisador observe esta questão, para que a entrevista seja satisfatória e ao mesmo tempo haja respeito ao depoente e a sua liberdade de expressão.

É preciso conduzir a entrevista com perguntas que incentivem o depoente a falar o máximo possível sobre cada assunto, e mantendo bastante atenção à fala do entrevistado, pois a partir dessa fala mais prolongada, podem surgir novas perguntas referentes ao objetivo de pesquisa.

Segundo Freitas (2002) um caderno para essas e outras observações torna-se muito útil durante a análise do conteúdo da entrevista. Após a realização das entrevistas, a pesquisa prossegue com suas etapas e, primeiramente, é feita a transcrição na íntegra das entrevistas

gravadas e, em seguida, a leitura e a conferência do material para correção de expressões repetidas ou vícios da linguagem oral. E, após, a digitação o texto deve ser enviado ao depoente para correção de nomes próprios, expressões da linguagem regional, complementação de frases. É feito ainda um alerta aos depoentes sobre a necessidade de se garantir o máximo possível a originalidade e a espontaneidade das entrevistas, uma vez que um discurso planejado retira a função da entrevista oral.

Cumprida esta etapa, é necessário ainda que o depoente autorize a utilização e a divulgação do material coletado durante a entrevista. E, depois disso, o material poderá ser utilizado na pesquisa científica. É necessário enfatizar que a História Oral possui uma relação com o tempo e com a memória, pois “recorre à memória como fonte principal que subsidia e alimenta as narrativas que constituirão o documento final, a fonte histórica produzida”. (DELGADO, 2006, p.16)

Daí decorre a importância deste método para os estudos com ênfase na relação espaço e tempo, pois, segundo Delgado (2006), a História Oral privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de processos históricos e, assim, tem como um de seus objetivos a construção de fontes históricas ou documentos que subsidiam as pesquisas.

Neste raciocínio, é importante considerar que a cidade se modifica constantemente. Isto vai implicar em vestígios ao longo do tempo que representam o passado e, para compreendê-los, é necessário recorrer às lembranças que são assim definidas a partir da reconstrução do passado que surge a partir de uma memória que armazena o pensamento do presente.

Por isso, “a memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado”. (BOSI, 2003, p. 15). Esse é, aliás, um fator que favorece a produção de pesquisas que buscam o passado como ferramenta para o entendimento do tempo presente. Neste quesito, a memória evocada a partir da entrevista tem grande relevância, pois a História Oral, no resgate da memória e das lembranças dos sujeitos, se utiliza da linguagem oral, que, além de facilitar a interação entre depoente e pesquisador, auxilia na recuperação das lembranças, pois à medida que o depoente se expressa surgem as ideias e os hábitos do passado de forma detalhada. Em alguns casos, durante o relato o depoente poderá demonstrar objetos antigos, caso possua.

Sendo assim, é importante considerar que a memória é estimulada pelos vestígios do passado que persistem no presente, que podem servir como auxílio ao trabalho do pesquisador que utiliza a História Oral. Segundo Freitas (2002), o pesquisador deve incentivar as pessoas no resgate de suas memórias.

É essencial ressaltar que, apesar de coletar depoimentos individuais, as diversas potencialidades da História Oral podem ser associadas à memória coletiva, pois esta possibilita a recuperação da memória dos mais diversos grupos: comunidades ribeirinhas, quilombolas, bairros periféricos e outros. Há que se considerar, ainda, que a memória fornece a possibilidade de compreender formas e atitudes do presente. Isso envolve o cotidiano, que traz detalhes importantes para o entendimento do passado. Neste sentido,

Levando até o fim essa distinção fundamental, poderíamos representar-nos duas memórias teoricamente independentes. A primeira registraria, sob forma de imagens-lembranças, todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam; ela não negligenciaria nenhum detalhe; atribuiria a cada fato, a cada gesto, seu lugar e sua data. (BERGSON, 1999, p. 88).

Este resgate do cotidiano é muito relevante para a História Oral, pois a partir daí podem surgir detalhes relevantes para a pesquisa. Isso ocorre porque o método possibilita um registro histórico que traz os fatos passados a partir do relato de pessoas que presenciaram

esses fatos, e constitui-se em uma narrativa diferente dos livros que trazem os acontecimentos de outras épocas com base em acervos documentais e bibliográficos disponíveis em bibliotecas e instituições de memória.

O tempo resgatado através do depoimento é de suma importância, pois, ao reconstruir o passado, o entrevistado narra os fatos em sequências temporais que permitem ao pesquisador identificar o seu objeto de pesquisa dentro da entrevista e formular novas perguntas para incentivar o depoente no resgate de suas lembranças.

Neste viés, a História Oral se torna uma ferramenta que auxilia em estudos que envolvem o tempo, uma vez que envolve diversos pontos de vistas que auxiliam na reconstrução do mesmo. Nesta lógica, é relevante uma breve abordagem sobre o tempo; em alguns casos, o depoente pode não se lembrar de datas exatas, mas o método traz à tona o passado.

A metodologia possui uma grande importância para a Geografia, uma vez que o homem produz intervenções que deixam suas marcas no espaço, apesar de suas constantes modificações ao longo do tempo. Dessa forma, o método soma-se à Geografia. Pois, além das marcas do passado ali presentes, a memória do idoso relembra o passado e testemunha o presente. Daí, a importância do cotidiano, que é trazido a partir dos hábitos de antigamente. Sendo assim, a memória possui sua importância para a História Oral e para a Geografia, pois apresenta fatos e aspectos sobre o espaço que podem não ter sido registrado em livros ou outros tipos de manuscritos.

A História Oral possibilita compreender de que forma estas transformações impactaram o modo de vida dos atores sociais que ali atuam. Isso enriquece a pesquisa com novas informações que podem ser úteis em pesquisas que envolvem aspectos do passado do bairro, da cidade e demais transformações que envolvem o espaço geográfico. Esse é um fator que se torna importante, pois, segundo Corrêa (1995), o espaço pode ser associado ao modo particular como o homem ali imprimiu suas marcas.

Por isso, pode ser associada a diversos estudos que envolvem a Geografia, pois “a memória, tal como exercida pelos diversos atores sociais, intervém, efetivamente, retendo certos elementos do passado e recompondo-os em representações julgadas pertinentes”. (BERDOULAY, 2016, p. 122). Esses elementos tornam-se importantes quando se busca o passado como uma das formas de compreender o presente.

A História Oral serve como um instrumento de reconstrução das práticas que deixaram suas marcas no bairro, na cidade. Estas estão relacionadas à produção do espaço, que é constantemente modelado pelas intervenções humanas que ocorrem ao longo do tempo, pois o ato de lembrar traz à tona este cotidiano, que deixa suas marcas no espaço, mas também está presente na memória do idoso.

Esta reconstrução é feita com o auxílio de deste método, pois segundo Alberti (2004) a História Oral é bastante adequada para estudos que problematizam as representações do passado. Neste caso, o espaço vivido torna-se importante não apenas pelo simbolismo de elementos que representam o passado e que muitas vezes estão presentes nos bairros, nas áreas centrais das cidades, mas também porque, através do vivido, existe a possibilidade de compreender de que forma as mudanças no modelo de produção capitalista produzem o modo de vida urbano.

Este método auxilia em investigações sobre a urbanização de antigas áreas rurais, possibilitando compreender de que forma ocorreu este processo que produz o espaço e modifica os hábitos de vidosos atores sociais que ali atuam. As diversas transformações que ocorrem com o crescimento urbano sobre áreas rurais deixam seus vestígios materializados na rua ou no bairro e se incorporam ao cotidiano e às lembranças, que “é antes de tudo, uma memória diferentemente da outra arquivística. Ela se apoia inteiramente sobre o que há de

mais preciso no traço, mas material no vestígio, mas concreto no registro, mas visível na imagem”. (NORA, 1993, p.14).

É importante ressaltar que, segundo Delgado (2006), os manuais que se referem aos procedimentos de História Oral identificam as histórias de vida como um dos procedimentos de entrevistas mais utilizados pelas pesquisas ou projetos que produzem fontes orais. Isso é importante para a Geografia, quando se considera o espaço local e na sua relação com o tempo.

Dentro deste raciocínio, cabe o exemplo dos bairros que, apesar de sua dinâmica própria, sofrem as mudanças provocadas pela expansão urbana da cidade sobre áreas de produção agrícola, a exemplo do que ocorreu no município do Rio de Janeiro, que, com o passar do tempo, gradativamente produziu o espaço urbano em suas áreas rurais. Porém, este espaço é marcado pelos vestígios do passado em meio aos centros comerciais e áreas residenciais da atual zona oeste da cidade.

Tais mudanças podem ser compreendidas através dos depoimentos, pois segundo Seabra (2003) o bairro se integra aos processos gerais da cidade que modelam o modo de vida urbano. Nesse viés, o vivido traz importantes contribuições às pesquisas de Geografia Histórica, uma vez que resgata o passado sob a ótica daquele que vivenciou as transformações na cidade e no bairro, e viu seu cotidiano sendo afetado por tais mudanças.

Nesta lógica, o método da História Oral torna-se muito relevante em função da possibilidade de apresentar fatos novos, e que podem aprimorar o conhecimento sobre o passado. Esse fator possibilita compreender de que forma a atividade humana modificou o espaço e deixou suas marcas ao longo do tempo. Isto serve como estímulo à memória e pode auxiliar na compreensão de trajetórias de desenvolvimento urbano, pois,

Embora a memória seja basicamente um processo interno, sua projeção não se realiza em um vazio: a memória precisa de espaço para ser ativada e estimulada. Neste sentido, lugares concretos, onde se realizam eventos, acontecimentos históricos ou práticas cotidianas, e representações visuais (mapas ou fotos) e não visuais (literatura, música) podem servir como possíveis referenciais espaciais para a memória. (SEEMAN, 2003, p. 44).

Esses elementos são importantes no estímulo da memória do antigo morador que presencia o bairro ganhar formas contínuas a partir de práticas cotidianas, como a construção de novas residências que vão compor novos bairros ou loteamentos. Isto é presente na memória dos idosos, e surge a partir do espaço construído com suas marcas do passado. Uma casa ou igreja antiga localizada próxima de sua residência pode auxiliar as pessoas no resgate de suas memórias, pois são espaços habituais para o morador que frequentemente circula em suas proximidades.

Neste sentido, há uma relação deste espaço com o lugar, muito explícita, pois segundo Souza (2013) nem todo espaço social é um “lugar”, pois o espaço social é aquele espaço produzido socialmente, fruto das transformações e apropriação da natureza, à mesma medida que um lugar é dotado de significado, um espaço vivido.

O método da história oral possibilita compreender de que forma as atividades do cotidiano modificam a cidade e seus bairros. Dessa forma, hábitos que ocorrem ao longo do tempo e que, aparentemente, são sem importância, como a construção de moradias ou o surgimento de loteamentos que resistem ao tempo com seus estilos arquitetônicos, ilustram a produção do espaço urbano decorrente das mudanças no modo de produção capitalista.

Essas informações fornecem detalhes sobre o passado, porém não é uma reconstrução perfeita, pois a memória pode apresentar falhas de lembranças em função da idade do depoente e das suas condições de saúde. Por isso, o pesquisador precisa estar preparado para ouvir do depoente as seguintes expressões: não sei, não lembro. E, agir com todo cuidado para

que o depoente não se sinta triste pela ausência de memória sobre o fato ou até mesmo desista de seu relato.

Essas imprecisões não invalidam o depoimento, pois é a base para a condução da pesquisa em história oral que faz uso da memória como principal fonte. E estas pistas são importantes para a Geografia, pois conforme afirmou Chris Philo, “[...] eu poderia desenvolver esta alegação em diversas direções, mas meu argumento principal aqui é que a importância da geografia histórica é fazer com que uma sensibilidade geográfica seja introduzida no estudo de todos esses fenômenos do passado”. (PHILO, 1996, p. 270).

Discutir a memória urbana é necessário porque a intenção desta pesquisa é retratar o bairro de Campo Grande a partir do seu contexto na Geografia Histórica da cidade do Rio de Janeiro, que será complementada através da memória de moradores idosos que presenciaram a produção social do espaço provocada pela expansão urbana da cidade sobre suas áreas rurais a partir da segunda metade do século XX.

Dessa forma, a memória urbana é a chave dentro desta pesquisa para a compressão da urbanização do bairro, pois o estoque de lembranças do modo de vida urbano é oriundo dos moradores que vivem no bairro desde a década de 1950. Este modo de vida urbano surgiu no bairro a partir da expansão urbana da cidade capitalista que substituiu as chácaras e os agricultores existentes no bairro até as décadas 1950 e 1960 pelos loteamentos e o comércio. E, conseqüentemente modificou o modo de vida dos moradores.

Essa memória urbana apresentada através da História Oral tem um caráter coletivo com a soma da memória dos moradores, que podem apresentar durante suas entrevistas fatos em comum, no tocante à Geografia do bairro, mas sem perder a singularidade de cada memória. Assim, um depoimento completa outro, enriquecendo a pesquisa como um todo.

Essa relevância se dá pelo fato de que esta expansão urbana da cidade é registrada na paisagem urbana do bairro, com vestígios do passado e demonstra a junção do passado e do presente no espaço. Esses vestígios vão além das formas arquitetônicas, dos símbolos da laranja e da avicultura que remetem à fase próspera de grupos que dominavam esse setor produtivo, pois o bairro ainda hoje possui sítios que preservam sua estrutura, porém são majoritariamente destinados às funções de lazer.

É importante frisar que a urbanização abordada nesta pesquisa não surgiu do nada na década de 1950, pois ao longo do processo de formação da cidade do Rio de Janeiro, o bairro de Campo Grande apresentou nítidos aspectos urbanos até a metade do século XX.

Por isso, a Geografia Histórica associa-se à memória urbana dentro desta pesquisa com a abordagem da noção de tempo, que surge juntamente com as noções de escala e de micro-história, que são relevantes para esta pesquisa em função do tamanho do bairro de Campo Grande e do processo de ocupação que ocorreu de forma distinta. Este processo perdurou durante décadas que representam contextos históricos diferentes, no que tange ao processo de ocupação da cidade. E produziu um espaço heterogêneo e que ressalta a importância da escolha de uma escala de ocorrência e de observação dos fenômenos.

CAPÍTULO II – O BAIRRO DE CAMPO GRANDE AO LONGO DO TEMPO

Neste capítulo, será apresentado um breve levantamento sobre o bairro de Campo Grande. Sua finalidade é desvendar um pouco da Geografia Histórica da cidade do Rio de Janeiro, para assim complementar os depoimentos dos moradores e auxiliar na compreensão da expansão urbana da cidade, que se acelerou no bairro a partir do surgimento dos loteamentos.

2.1 O início de uma ocupação: a cana de açúcar

Carvalho (1990) afirma que as terras cariocas foram abandonadas pelo donatário Martim Afonso em 1532, e, em 1555, foi ocupada pelos franceses. Essa ocupação seguiu firme até 1560, quando os portugueses, sob o governo de Mem de Sá, expulsaram os franceses que ocupavam estas terras. Foi necessário um novo esforço dos portugueses para chegar à Guanabara e oficializar sua conquista.

Conforme Pedroza (2011), com a criação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a produção de açúcar foi estabelecida no entorno da baía de Guanabara (área então denominada recôncavo da Guanabara). E com isso, o governo estimulou a doação de sesmarias. De acordo com Hasenclever (2010), isso tinha como objetivo instalar a lavoura de cana-de-açúcar e a criação de gado bovino.

Carvalho (1990) enfatiza que para o alcance deste fim, a freguesia de Campo Grande (que possuía 26.247ha) foi desmembrada da freguesia de Irajá no ano de 1673 (Figura 9). E, segundo Oliveira (2016) as terras ficaram parte deste período sob o controle da companhia de Jesus, dando assim início ao processo de produção agrícola que destacou os aspectos econômicos, sociais e produtivos do local.

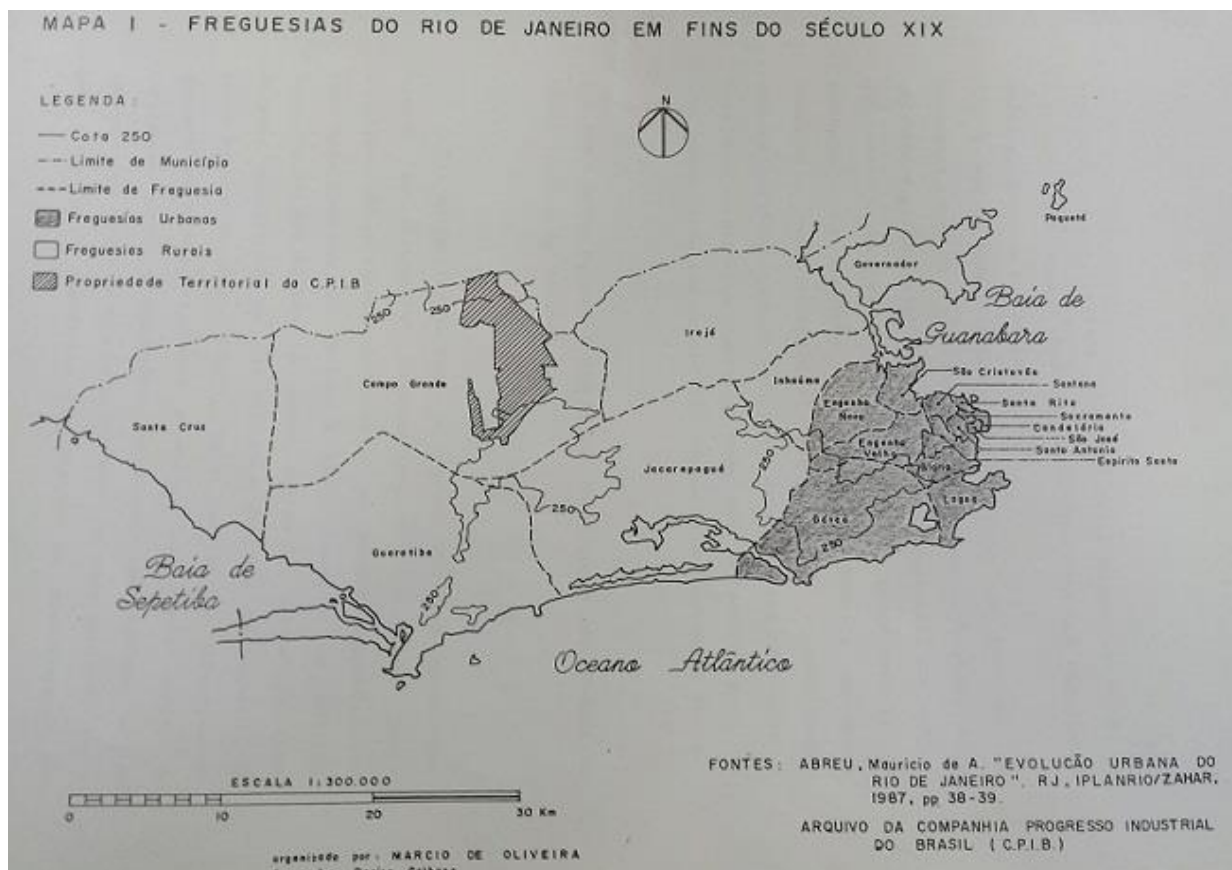


Figura 9. A localização de Campo Grande nas Freguesias localizadas a oeste da cidade.
Fonte: Oliveira, 1990 – Reprodução do acervo da Rede Sirius (UERJ) com a devida autorização da Biblioteca.

Campo Grande situava-se mais a oeste da cidade. E fazia parte das terras realengas¹⁸, que, em 1660, foram definidas como bens do conselho para uso público (FRIDMAN, 1999). Segundo Pedroza (2011) a região que compunha a antiga freguesia¹⁹ que se assemelhava a um vale em forma de funil, localizado entre as serras do Gericinó ao Norte e de Bangu ao Sul. Esse vale possui uma formação vulcânica e solo muito fértil e propício à ocupação agrícola. E a área situava-se em uma baixada a poucos centímetros acima do nível do mar.

Assim, segundo Pedroza (2011), fundou-se a paróquia de Campo Grande no ano de 1673, e anos²⁰ mais tarde fundou-se a freguesia Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande²¹, que se inseria na região do recôncavo da Guanabara, que englobava a área de produção agrícola do entorno da baía de Guanabara (Figura 10).

¹⁸Fridman (1999) utiliza esta expressão para denominar a porção de terras localizadas entre Campo Grande e Irajá na qual se situava a freguesia de Campo Grande.

¹⁹ Segundo Oliveira (2016) Freguesia é o nome que se atribui à área de influência de uma determinada paróquia e, por extensão ao conjunto paroquiano.

²⁰ Oliveira (2016) e Pedroza (2011) trazem as datas específicas de fundação da Freguesia. Em função da divergência de datas trazida por ambas, optou-se por não entrar nesta discussão.

²¹ Buscou-se em Lamego (1948) este nome para freguesia, pois Pedroza (2011) menciona a mesma sem citá-lo.



Figura 10. Igreja Nossa Sr.ª. do Desterro em Campo Grande, possivelmente em 1823.

Autoria: GRAHAM, Maria (Fonte: Biblioatlas - Biblioteca de referência do Atlas digital da América Lusa, disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande](http://lhs.unb.br/atlas/Freguesia_de_Nossa_Senhora_do_Desterro_de_Campo_Grande)) Acesso em: 11/06/2019.

Segundo Oliveira (2016) ao lado da igreja, havia um poço que abastecia a população de água, nesta área nitidamente rural, na qual os aglomerados humanos durante quase três séculos foram restritos às proximidades das fazendas e engenhos e às pequenas vilas de pescadores existentes ao longo da costa. Segundo Lamego (1948) esta área se beneficiou das várias obras de engenharia que foram realizadas pelos jesuítas na freguesia de Santa Cruz.

Fragoso, Guedes e Sampaio (2014) apontam que no início do século XVIII a fronteira²² do açúcar avançava na costa oeste da cidade que englobava freguesias como Campo Grande e Jacarepaguá. Segundo Oliveira (2016), nesta área passava a estrada real de Santa Cruz, que se destacou como a principal estrada da região e na qual circulou a riqueza colonial no Rio de Janeiro, oriunda de São Paulo, Minas Gerais e da Fazenda dos Jesuítas. Com isso, a cultura canavieira contribuiu para o grande aumento populacional local e a freguesia prosperava.

Isso ocorria porque, de acordo com Sampaio, Fragoso e Guedes (2014), a posição estratégica, geopolítica e comercial das freguesias situada a oeste da cidade poderia ser um dos motivos para o deslocamento de famílias da nobreza para esta área. Na freguesia de Campo Grande, a produção de açúcar era viabilizada por partidos de cana que pertenciam aos senhores de engenho e seus familiares. Sendo assim, segundo Pedroza (2011), o acesso à terra era mediado através de casamentos e relações de consanguinidade. Esse período de prosperidade na freguesia perdurou até metade do século XVIII, pois, a partir daí, começa a crise da produção canavieira, pois o esgotamento do ciclo do ouro ocasionou a lenta decadência da produção de açúcar no recôncavo da Guanabara, e com isso surgiram os problemas e as falências dos engenhos de açúcar.

Segundo Pedroza (2008), houve transferências de posse das propriedades e venda de engenhos antigos como Viegas, Pedregoso e Inhoaíba, que foram fragmentados, e os demais engenhos que se mantiveram, prosseguiram como empreendimentos menores. Houve, também, a alienação de fábricas decadentes (engenhos com produção de aguardente e rapadura) ou áreas abandonadas por seus herdeiros que foram para outras freguesias e, com isso, as terras circulavam entre herdeiros e vizinhos.

²² Através da leitura dos autores é possível compreender essa fronteira como um limite de terras para a produção de açúcar que aos poucos era ultrapassado.

E, depois de 1794, não houve mais instalação de engenhos de açúcar, sendo este um sinal de que a fase de colonização da freguesia que possuía o intuito de produzir açúcar já havia se esgotado, sendo sua produção substituída por aguardente ou rapadura.



Figura 11. Venda localizada na fazenda de Santana do Tingui. S/d.
Localização: Largo das Capoeiras em Campo Grande, (RJ). Foto: Fróes e Gelabert (2004)
Fonte: Acervo Escritor Carlos Eduardo de Souza.

2.2 Aspectos urbanos do bairro no ciclo do café

Segundo Pernambuco et.al. (1979), o café perdurou nas encostas dos maciços do Mendanha e da Pedra Branca até o século XIX. Silva (1958) aponta que o cultivo na região foi iniciado em 1780 na fazenda do Mendanha²³, que era de propriedade do padre Antônio Couto da Fonseca, o primeiro grande produtor das mudas de café no Brasil (FRIDMAN, 1999). Este produto, apesar de ser desbancado pelo auge da lavoura da cana-de-açúcar, ressurgiu mais tarde nas serras, como uma pequena esperança diante da crise canavieira²⁴ que se abatia havia muito tempo sobre os produtores de cana; a produção, porém, foi irrisória e apenas para autoconsumo. Além disso, a sua produção era muito inferior à de mandioca (que era plantada em áreas mais expressivas da freguesia), embora o café fosse mais rentável (PEDROZA, 2008).

Ainda de acordo com Pedroza (2008) a freguesia viveu, durante o século XIX, um período de isolamento e estagnação econômica, em função da baixa lucratividade de seus estabelecimentos agrícolas, afetados pela decadência dos cultivos para exportação que predominavam no local (cana-de-açúcar, cujo polo exportador passou para o município de Campos dos Goytacazes, e o café, com destaque para o Vale do Paraíba).

²³ Taunay (1943) afirma que a promoção da cultura da cafeeira no Mendanha, foi feita pelos padres Fonseca Couto e Lopes. Existe a possibilidade de este último ser o padre Antônio Lopes da Fonseca apontado por Lamego (1948), pois este citaria seu nome completo, como o cultivador das primeiras mudas de café no local, mas, não cabe aqui esta discussão é apenas em nível de informação, uma vez que os autores citam informações diferentes.

²⁴ Pedroza (2008) afirma isto com base em Lamego (1942); (1948) e Santos (1975).

Segundo Fridman (1999) este fato ocorreu em função da seca que destruiu lavouras e pastos e o solo estava desgastado pelas técnicas do café. De acordo com Pedroza (2011), esse fator se agravou com a crise da mão de obra, que foi provocada pelo fim do tráfico negreiro na década de 1850, a consequente abolição da escravidão, a insalubridade e a baixa qualidade da produção agrícola. Fridman (1999) indica que neste período a freguesia registrou decréscimo da população escrava e aumento da população livre, causada pela existência de quilombos na zona oeste e pela intensa ocupação a partir da realização da feira, da oferta de serviços de transporte e canalização de água.

Devido a esses fatores, a partir de meados do século XIX, a área não era valorizada em aspectos econômicos e sociais, pois a classe econômica dominante perdeu o interesse nas grandes fazendas, e partiram em direção às áreas centrais da corte. A região foi beneficiada no início do século XIX com as obras de pavimentação promovida por Dom Pedro I na estrada real de Santa Cruz, que passava pela freguesia e se manteve durante muito tempo dependente dos caminhos terrestres e dos rios locais, e, com isso, manteve em grande parte do século XIX estruturas tradicionais de comércio, transporte e comunicação (PEDROZA, 2008).

Porém, segundo Oliveira (2016), em 1858, foi aberta a estrada de ferro Dom Pedro II e, a partir do início do período republicano no Brasil, passou a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil. De acordo com Abreu (1997), a partir daí, os trens promoveram a rápida transformação das freguesias que até a época eram exclusivamente rurais²⁵. E, segundo Pedroza (2008), desde 1870, Campo Grande passou a ser progressivamente integrada ao planejamento urbano, aos projetos políticos e às transformações pelas quais passava a corte do Rio de Janeiro.

Geiger (2002) diz que no ano de 1878 o trem chegou a Campo Grande, estabelecendo-se, assim, aglomerados urbanos no entorno destas estações, sendo uma ocupação descontínua dentro de uma enorme área rural. Esta estação de trem (Figura 12) de acordo com Oliveira (2016) foi construída em uma parte do lugar denominado Inhoaíba, cujas terras deram origem a vários serviços públicos a partir de sua venda para a construção da ferrovia.



Figura 12. A estação de trem de Campo Grande em novembro de 1933. Foto: Revista suburbana
Fonte: Acervo Historiador Guaraci Rosa.

Ainda segundo Oliveira (2016), a instalação da linha férrea contribuiu para estruturar uma frente agrícola com base na pequena e média propriedade, pois a freguesia de Campo Grande possuía propriedades menores se comparada à freguesia de Santa Cruz. Nesta época, vigorava o desenho espacial que perdurou até o século XIX, controlado pelas grandes

²⁵ A zona rural começou a apresentar aspectos urbanos que se expandiram lentamente até a década de 1950, período em que a urbanização avança com mais intensidade.

fazendas e foi gradativamente alterado pelos interesses do mercado interno de alimentos e de terra.

Segundo Abreu (1997), a cidade do Rio de Janeiro vivenciava um processo de expansão urbana que teve seu auge a partir do século XIX, pois até a época continha um núcleo central apertado e delimitado pelos morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e da Conceição; ocupava, também, um chão conquistado através do processo de dessecamento de mangues e brejos que durava mais de três séculos. E, além dos morros, havia as áreas de sertão localizadas a oeste e norte da cidade.

Ainda de acordo com o autor em meados do século XIX a cidade transformou a sua forma urbana de modo radical e passou a apresentar uma estrutura social estratificada em termos de classes sociais, pois houve mudanças na aparência e no conteúdo da cidade em função da chegada da família real portuguesa, que implantou na cidade uma classe social até então inexistente. Esse fato impôs a necessidade de materiais que suprissem as necessidades desta classe e às atividades econômicas e políticas.

Segundo Pedroza (2008), a cidade do Rio de Janeiro crescia e requeria terrenos como moradia urbana e, por isso, as antigas fazendas mais próximas ao centro foram transformadas em loteamentos, fato que expulsou lavradores para áreas localizadas mais a oeste da cidade, como Campo Grande. E com isso, no final do século XIX, a freguesia viveu uma fase de valorização dos terrenos e pressão demográfica com a chegada de novos moradores.

Além disto, segundo Oliveira (1990), a freguesia rural de Campo Grande foi escolhida como sede de localização da Companhia Progresso Industrial do Brasil em fevereiro de 1889. Segundo Fridman (1999), a instalação desta fábrica (conhecida como fábrica Bangu) foi em função da existência de água e da estrada de ferro D. Pedro II, que foi construída por causa dos interesses da Companhia, que também foi um dos responsáveis pelo início da urbanização local.

Nesta perspectiva, segundo Santos (1996), no ano de 1894, as companhias Centro Industrial Nacional e Carris Urbanos obtiveram permissão para atuar em Campo Grande com linhas de bonde. Segundo Fridman (1999), no ano de 1900, a freguesia de Campo Grande se dividia em três povoados: Realengo, Bangu e Campo Grande. Na mudança para o século XX, não houve novas alternativas de mão de obra e nem plantação de novos gêneros agrícolas. E, de acordo com Pedroza (2008), as fábricas tradicionais de aguardente e rapadura se mantiveram pelo menos até 1920.

2.3 A expansão urbana no período dos laranjais: Fase mais lembrada do bairro

No início do século XX²⁶, a transferência dos cafezais para a região do Vale do Paraíba possibilitou a implantação e o cultivo dos laranjais na freguesia (Pernambuco et.al., 1979). Porém, segundo Mendes (1949), a cultura da laranja na região da Guanabara é bastante antiga, desde o tempo da colonização europeia, mas até então era uma cultura subsidiária produzida nas chácaras para atender ao consumo local da população rural e urbana do entorno e, além disso, o mercado mais importante deste cultivo era a cidade do Rio de Janeiro. No final do século XIX, tentativas de exportação da laranja do Rio de Janeiro não obtiveram êxito. Entretanto, a partir de 1910, houve certo êxito, mas o grande surto exportador da fruta foi a partir de 1926, quando o mercado de exportação passou a consumir a laranja brasileira.

²⁶ Optou-se por esta expressão em função das diferentes informações às quais tivemos acesso, pois Pernambuco et.al. (1979) afirma que a produção de laranja se iniciou em 1930; enquanto Pedroza (2008) afirma que o surto dos laranjais teve início em 1920. Registra-se aqui em nível de informação, pois esta discussão não é objetivo deste trabalho.

Ainda de acordo com o autor citado, capitalistas da cidade do Rio de Janeiro adquiriram velhas propriedades rurais²⁷ dos descendentes dos antigos senhores de engenho, que eram vendidos a preços muito baixos, mas já com a expectativa de uma futura valorização. A cultura da laranja ofereceu a esses proprietários oportunidades para um rápido enriquecimento, pois o slogan “laranja no pé, dinheiro na mão” foi muito difundido na publicidade que circulava pelo Rio de Janeiro. Com isso, a paisagem na região da Guanabara foi rapidamente modificada, pois antigas áreas abandonadas e cobertas de mato foram ocupadas por milhares de pés de laranja. E o escoamento desta produção era feito através da estrada de ferro D. Pedro II (OLIVEIRA, 2016).

É necessário ressaltar que, conforme Lago (1990), o período de auge e decadência da citricultura (1920-1950) é marcado pela divisão das grandes propriedades em pequenas chácaras e pelo aumento do número de arrendatários e posseiros. Esse fator, inclusive, levou à proliferação da atividade agrícola de abastecimento. Na década de 1920, segundo Corrêa (1936), nas estradas do Cabuçu, da Cachamorra e da Chacrinha, que integravam a região de laranjais, avistava-se uma grande massa de árvores de grande porte, formando uma mata que se estendia até o rio Chacrinha. Porém, segundo Pernambuco et.al. (1979), as reservas florestais mais extensas situavam-se nos morros do Cabuçu e dos Caboclos, e havia manchas florestais em outras serras isoladas da região como Cantagalo, Lameirão e outras.

Menezes (2000) cita a existência de barracões de laranja, galpões amplos, com maquinismo, nos quais as laranjas eram armazenadas para lavagem e lubrificação. As frutas eram envoltas em papel próprio e armazenadas em caixas para exportação através da estrutura de transporte, que envolvia os caminhões que se dirigiam ao porto do Rio de Janeiro e os caminhões que se dirigiam para as estações ferroviárias da Estrada de Ferro Central do Brasil, pois os trens faziam o transporte da fruta até o porto, com destinação para os navios frigoríficos. E, dali, seria exportada para o mercado internacional que atendia especialmente a Inglaterra e a Argentina, importadores exigentes quanto a qualidade do produto e rejeitavam a entrega de frutas de caráter inferior ao padrão por eles estabelecido.

Segundo Mendes (1949), havia uma uniformidade na paisagem dos laranjais, que resultava de uma ocupação contínua do solo pelos sítios e propriedades rurais, sem a presença de aglomerações rurais. Isso ocorria em função da cultura de pequena propriedade, que possuía apenas a moradia do lavrador, diferentemente das fazendas de café, que possuíam colônias de moradores.

Porém, segundo Abreu (1997), durante o início do século XX, a instalação de várias unidades militares nas áreas de Deodoro, Vila Militar e Marechal Hermes contribuíram para o crescimento demográfico da Freguesia de Campo Grande e de outras áreas da cidade. Nesta época, segundo Santos (2011), as freguesias rurais apresentam crescimento demográfico em toda área do Distrito Federal, e isso impulsionava o aumento de demandas como habitação, que consequentemente pressionava a instalação de serviços como: água, luz, esgoto e outros (Figura 13).

Mais à frente, segundo Santos (1996), entre os anos de 1917 e 1918, foi inaugurada a tração elétrica e linhas que ligavam Campo Grande à Ilha de Guaratiba, Pedra e Rio da Prata do Cabuçu. E, com isso, aumentava a expansão das linhas de bonde (Figura 14) com o objetivo de trazer a malha urbana para as freguesias rurais, que se tornaram atraentes para que as empresas de bondes se expandissem na área (Santos, 2011).

²⁷ Mendes (1949) não informa a parte exata da cidade do Rio de Janeiro na qual se situavam essas propriedades, porém com base em Corrêa (1936) e Pernambuco et.al. (1979) afirma-se que a produção de laranja na cidade foi implantada nas propriedades rurais de Campo Grande e demais bairros do sertão carioca.

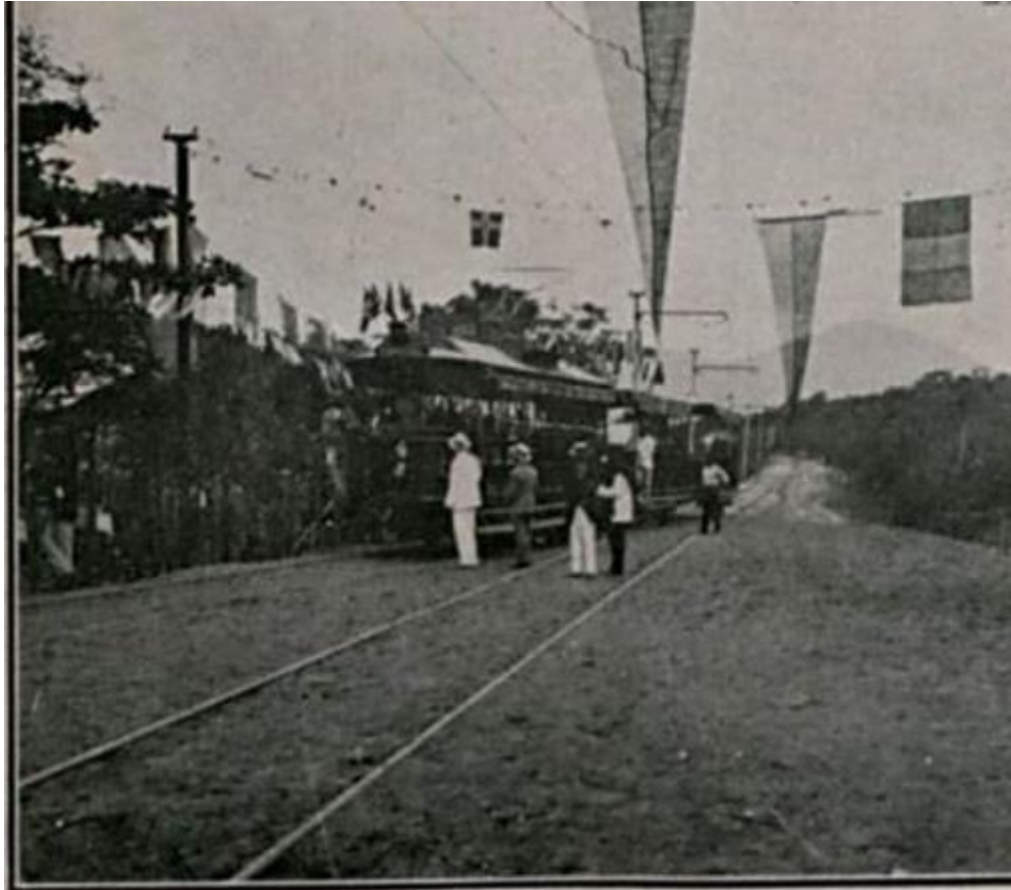


Figura 13. Linha de bonde que ligava Campo Grande à Ilha de Guaratiba em 1918.
Foto: Revista Careta. Fonte: Acervo Historiador Guaraci Rosa.

Segundo Menezes (2000), em função do prestígio político dos representantes de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, que foram eleitos para o Senado e para a Câmara (federal e municipal), a zona rural recebeu obras públicas, como o reservatório de água Victor Konder, que foi inaugurado em Campo Grande no ano de 1928, e aprimorou o abastecimento de água nos núcleos urbanos desta área rural. Nessa época, foi implantada a Estrada Rio-São Paulo (atual BR 465), que passa pela Baixada Fluminense e se encerra no município do Rio de Janeiro, especificamente no bairro de Campo Grande, onde a zona rural estava sendo modificada com a abertura e o aprimoramento de estradas de terra batida.

Ainda de acordo com o autor citado no ano de 1935, a laranja foi o principal produto de exportação do Rio de Janeiro. Isso era fruto de sua estrutura de produção em larga escala que era bem organizada na região, que se iniciava a partir do trabalho dos pequenos agricultores com suas famílias e poucos empregados, mas envolvia também os sítios e chácaras mais prósperos, fazendeiros, exportadores e investidores estrangeiros. Porém, com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, esta estrutura entra em decadência, pelas razões que veremos a seguir.

2.4 A crise no laranjal e a expansão urbana: surgimento dos loteamentos

Segundo Abreu (1997), na década de 1940, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as exportações da produção citrícola local entram em queda, pois a laranja era transportada em navios frigoríficos estrangeiros, que não aportavam mais no Rio de Janeiro. E alguns fatores, como a falta de armazéns frigoríficos e o transporte rodoviário da chácara para

a ferrovia, que se encontrava deficiente por causa da crise do combustível, levaram ao apodrecimento da fruta nos pés. Esse fato deu origem a uma praga citrícola que atingiu grande parte das plantações. Finalmente, com a produção não mais atendendo ao mercado interno, o governo²⁸ proibiu a exportação de laranja.

Segundo Menezes (2000), a “mosca do mediterrâneo” colocava ovos na fruta, que perdia sua qualidade e apodrecia no pé; além disso, a constante aplicação de pesticidas eliminou também insetos úteis para o equilíbrio ecológico. Esse fator provocou um desequilíbrio na qualidade das plantações e levou as laranjeiras a serem tomadas por fungos, ocasionando laranjas escuras e inaproveitáveis. Era visível, além de tudo isso, o mato que crescia ao redor desses laranjais, pois faltavam recursos entre os sítiantes para a limpeza e retirada desses arbustos das propriedades.

De acordo com o autor, esse fato levou os lavradores às dívidas que ocorreram pela falta de renda e logo surgiram compradores que os convenceram a vender suas terras. Neste cenário, alguns agricultores relutavam, mas a realidade das dívidas fez com que eles mudassem de ideia e vendessem suas propriedades. E havia também os sítiantes que faziam o próprio loteamento²⁹ de suas terras.

Segundo Soares (1965), este fator contribuiu de forma decisiva para que o bairro de Campo Grande iniciasse transformação das propriedades rurais³⁰ em loteamentos. Porém, havia no bairro uma população dedicada à produção de outros gêneros agrícolas, como aipim, chuchu, goiaba, caqui e diversos outros. E, em função disso, o bairro possuía uma posição de destaque entre as zonas agrícolas do Estado da Guanabara e evoluía da condição de pequeno centro de serviços que atendia a zona rural à condição de núcleo urbano populoso.

Segundo Menezes (2000), neste período a estrada de Ferro da central do Brasil promovia transformações na então zona rural, com a eletrificação dos trens; porém, em função das dificuldades da segunda guerra, a composição de trens elétricos só chegou a Campo Grande no ano de 1945.

Segundo Abreu (1997), durante o período em que a citricultura na freguesia estava em alta, a abertura da Avenida Brasil, em 1946, ampliou o acesso a áreas periféricas e foi um dos fatores da febre imobiliária que afetava o Grande Rio com a divisão de terrenos para criação de loteamentos. Com isso, segundo Mendes (1949), a classe média e os operários começaram a adquirir pequenos lotes rurais 10 x 50m, para a construção da casa própria.

²⁸ Entende-se aqui que seja o governo federal, em função da exportação ser uma espécie de relação internacional, porém esta informação não está explícita no texto de Abreu (1997). Não se sabe ao certo se a legislação vigente à época delegava esta competência aos governos Estaduais e Municipais para o tratamento de questões relacionadas à exportação. Pois, o país era regido por legislações anteriores à atual Constituição Federal de 1988.

²⁹ Segundo Lago (1990) estes loteadores eram agentes descapitalizados, ou seja, pequenos loteadores que não tinham capital acumulado em terras ou dinheiro.

³⁰ É necessário esclarecer que a produção de laranja ainda perdurou em diversos sítios, pois Silva (1958) cita novos pomares dedicados ao mercado interno (laranja Lima; Seleta e Baía). A laranja Pêra (que atendia à exportação) era mais cultivada e entrou em decadência no período.



Figura 14. Registro de antiga residência na Rua Augusto Vasconcelos na década de 1950.
Foto: Mário Mauro Filho – Reprodução do acervo da Biblioteca Regional
De Campo Grande. S/d.

Segundo Menezes (2000), apesar da crise da citricultura, no ano de 1946, a zona rural perseverava a produção agrícola, pois não houve prejuízos às plantações de banana e prosperavam outras culturas como quiabo, chuchu, mamão e manga; do mesmo modo, a pecuária e o matadouro³¹ continuavam eficientes. E a avicultura foi expandida com grande relevância para a economia local.

E, segundo Soares (1965), o fato de Campo Grande já possuir uma rede de serviços (escolas, hospitais, comércios) favorecia a instalação de loteamentos. Nesta época, o núcleo urbano de Campo Grande era semelhante ao de uma pequena cidade, possuía centro comercial próximo à estação, ruas bem calçadas, bairros residenciais bem diferenciados socialmente, linhas de bonde e lotação ligando o núcleo à zona rural ou anos novos loteamentos.

Ainda de acordo com a autora, uma classe média numerosa se radicava no bairro desde o auge da citricultura. Esta se constituía de comerciantes e ex-proprietários de chácaras de laranjas, que enriqueceram com o loteamento ou desmembramento de tais chácaras, uma elite que refletia na fisionomia do bairro através do grande número de residências confortáveis. No final da década de 1950 já havia, no local, numerosos conjuntos residenciais³² dos Institutos de Previdência.

É importante ressaltar que, além desses loteamentos da previdência nas áreas de produção de laranja do Estado do Rio de Janeiro,³³ havia os seguintes tipos de loteamentos:

³¹ Localizado no bairro de Santa Cruz, o antigo matadouro que abastecia a cidade do Rio de Janeiro surge nesta pesquisa porque Menezes (2000) faz um panorama geral da Região Sertão Carioca em meio à crise que atingiu a citricultura.

³² Lago (1990) define assim o loteamento regular: loteamento que teve o projeto aprovado pela autoridade municipal. E, obteve dentro do prazo legal o aceite das obras de pavimentação. Silva (1958) cita loteamentos promovidos por Companhias de Terras na localidade Mendanha.

³³ Para maior detalhamento dessa área que também engloba a Baixada Fluminense sugere-se a leitura de Britto e Quintlsr (2020); Soares (1962).

“os loteamentos irregulares (nos quais o loteador registra o loteamento, mas não realiza as obras necessárias) e clandestinos³⁴ (sem registro na prefeitura)” (BRITTO e QUINTILSR, 2020, p. 441).

Nesse período, Lago (1990) afirma que a zona o este se transformou em um dos vetores de expansão da cidade. Tal processo ocorreu principalmente, segundo a autora, com os lotes urbanos, pois os produtores agrícolas que não tinham nenhum direito sobre terra (parceiros assalariados ou arrendatários) foram desalojados³⁵. Dentro desse contexto da cidade do Rio de Janeiro, até a metade da década de 1970, a favela era o objeto central na questão da habitação popular dentro da esfera política.

De acordo com a autora citada, essa questão da favela e do loteamento clandestino surgiu a partir da existência de conflitos que ocorriam no entorno das propriedades e das condições de moradia, e surgiam a partir das tensões entre proprietários de terra e loteadores. Porém, a propriedade em Campo Grande se dividiu primeiramente pelo desmembramento e venda³⁶ de terras (sítios e glebas) e, posteriormente pelo loteamento. No bairro, 45% dos loteamentos oriundos da crise da citricultura eram do tipo irregular, em uma proporção equilibrada com os loteamentos regulares.

A Geografia Histórica da cidade do Rio de Janeiro demonstra que a Freguesia de Campo Grande adquiriu aspectos urbanos decorrentes do processo de urbanização, no qual o bairro estava inserido desde sua formação, uma vez que o entorno da capela da igreja sugere a existência de aglomerados humanos. E, posteriormente, surge a freguesia e os povoados. Esse crescimento urbano foi ampliado ao longo do tempo em meio aos ciclos de produção agrícola, pois, no final do século XIX, surgiu a ferrovia e a construção da estação de trem do bairro, que passou a concentrar aglomerados humanos com o movimento de saída e chegada de pessoas que circulavam no local.

Neste período, a instalação da Companhia Progresso Industrial do Brasil (Fábrica Bangu) e as linhas de Bonde acentuam a produção do espaço na zona rural. No início do século XX, a produção de laranja, que era transportada em caminhões até os barracões de laranja provocou abertura de estradas que facilitaram os acessos de ligação à Campo Grande.

O crescimento dessa produção estabeleceu no bairro setores de classe média. A segregação sócio espacial se acelerou no bairro, a partir da decadência da citricultura que culminou com a repartição das chácaras em loteamentos destinados às classes de trabalhadores.

Dessa forma, a zona rural de Campo Grande foi urbanizada gradativamente ao longo do tempo. Com isso, os loteamentos construídos no período de 1950 a 1990 aceleraram a produção social do espaço à medida que as propriedades rurais foram substituídas por residências. E, no início da década de 1990, quando entrou em vigor o primeiro³⁷ Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, estes loteamentos foram inseridos à malha urbana da cidade (RIO DE JANEIRO, 1992).

Com isso, a Geografia Histórica contextualiza a produção do espaço na década de 1950. E auxilia na compreensão do contexto vivido pelos participantes desta pesquisa e do

³⁴ Este tipo de loteamento não será esmiuçado nesta pesquisa.

³⁵ Esse fato gerou conflitos e disputas de terra na região do Sertão Carioca para maiores detalhes sugere-se consultar: SANTOS, L. S. dos. A História dos conflitos no Sertão Carioca (1940-1964): Aspectos de uma memória camponesa da região. XXVI, 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/>.

³⁶ Fator que explica a ausência dos loteamentos clandestinos e dos conflitos de terra nesta pesquisa. De acordo com Silva (1958) as disputas ocorreram no interior de localidades específicas dentro do bairro como o Mendanha (Fazendas Guandu do Sena e Sete Riachos localizadas na porção Leste do Vale do Mendanha). Santos (2011) também não informa indícios de conflitos em outras localidades no bairro além do Mendanha.

³⁷ No ano de 2011, o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro foi atualizado pela lei complementar nº111 de 1º fevereiro de 2011 (RIO DE JANEIRO, 2011).

modo de vida que existia no bairro nessa época. A memória dos idosos amplia essa percepção histórica, a partir da vivência em espaços como a casa, a rua, o loteamento, a primeira igreja. E demonstra o diferencial da narrativa que produz uma fonte histórica oriunda daqueles que vivenciaram os fatos históricos.

CAPÍTULO III – A MEMÓRIA URBANA PELOS MORADORES DE CAMPO GRANDE

Neste capítulo, será abordada a Geografia Histórica do bairro de Campo Grande, utilizando como uma das fontes os depoimentos dos moradores idosos que vivenciaram a urbanização do bairro, pois, segundo Bosi (2003), a memória oral é instrumento precioso para a construção do cotidiano concedendo a palavra aos velhos, trabalhadores manuais e camadas excluídas da história.

3.1 Os narradores em cena

A proposta desta pesquisa é contemplar entrevistados preferencialmente idosos, portanto, buscou-se a definição de idoso da Gerontologia (especialidade médica relacionada ao envelhecimento humano). Segundo Neri (2008), os idosos são indivíduos que podem ser categorizados pela duração do seu ciclo vital. E, de acordo com convenções sociodemográficas atuais, os idosos são pessoas com mais de 60 anos.

Sendo assim, definiram-se dois critérios para a participação dos entrevistados desta pesquisa: possuir no mínimo 60 anos de idade e ter sido morador do bairro durante algum período do recorte temporal desta pesquisa (1950 a 1990). Estes critérios se justificam em virtude da abordagem da Geografia Histórica utilizada nesta pesquisa, que utiliza o passado para entender a urbanização do bairro. Os moradores idosos, residentes no bairro desde a década de 1950, representam memórias vivas e a percepção histórica retratada por quem de fato vivenciou o período histórico aqui retratado.

Inicialmente, não foi definido um quantitativo fechado de participantes para esta pesquisa. Dessa forma, a fase de entrevistas foi realizada com cinco amostras iniciais para que o quantitativo final de entrevistados fosse definido a partir da análise do material gravado e a partir de temas inesperados que pudessem surgir no decurso da entrevista e que possuam relevância para o objetivo do estudo.

Isso é necessário, pois “a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p.31). E, ao final, percebeu-se que estes cinco depoentes relataram fatos que viabilizaram a construção desta pesquisa em função da qualidade das informações que se somam à Geografia Histórica do bairro e da cidade do Rio de Janeiro.

Porém, é importante para a pesquisa a escolha de entrevistados com perfis diferenciados, cujas residências se localizem em ruas ou localidades diferentes dentro do bairro, idade e nível de formação. Isso é necessário para agregar à pesquisa não apenas a temporalidade distinta, já que abordagem utilizada é a Geografia Histórica, mas também com a finalidade de traçar visões distintas sobre o bairro, que, em função de seu tamanho e formação social, apresenta um espaço heterogêneo. Este possui área central que engloba o comércio e os serviços e loteamentos residenciais mais próximos e distantes do centro do bairro.

Acredita-se que as memórias com perfis diferenciados possam se complementar e suprir ou amenizar algumas falhas da memória, como o esquecimento de detalhes do passado, decorrentes não apenas da idade do participante, mas da própria memória, uma vez que, segundo Foster (2011), esta pode falhar se houver dificuldades no processo de recuperação de informações de forma efetiva. Durante a realização das entrevistas, foi traçado um pequeno

perfil dos entrevistados que, voluntariamente, participaram desta pesquisa e concederam autorização para esta divulgação, que tem como objetivo apresentar ao leitor os sujeitos desta pesquisa.

3.1.1 Leocadia

A primeira entrevistada desta pesquisa foi a senhora Leocadia Couto Cacimiro, 86 anos, Vendedora autônoma, formação no 4º ano do Ensino Fundamental, residente do bairro desde o ano de 1956. É conhecida da pesquisadora há muitos anos e demonstrou-se muito solícita com a pesquisa desde o primeiro contato para solicitação da entrevista. Foi entrevistada no dia 07/11/2019, em sua residência, situada na localidade Tingui, em Campo Grande, que foi umas das primeiras residências construídas no local, conforme relatado pela entrevistada.

Durante a entrevista a senhora Leocadia relembrou a vida no bairro desde a década de 1950, época na qual se mudou para o bairro com a família (o marido e duas filhas, que eram crianças na época) e seu relato trouxe à pesquisa lembranças do tempo da zona rural como as primeiras casas em meio ao mato, as hortas, os verdureiros e as mudanças que ocorreram a partir da produção do espaço urbano ao longo do tempo com o surgimento dos loteamentos: o abastecimento de água com as bicas públicas e posteriormente a água encanada nas residências, asfaltamento de ruas, as mudanças de transporte ao longo do tempo.

3.1.2 Will Tom

O segundo entrevistado foi o senhor Will Tom, professor, formação em nível superior completo. Frequentava regularmente o bairro na época da zona rural, para passar os finais de semana no sítio da família, que morava no bairro de Copacabana, localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. E, depois de alguns anos, este se tornou morador do bairro, onde construiu sua vida profissional, lecionando em diversas escolas, durante quase quarenta anos.

O primeiro contato com este entrevistado foi através das redes sociais, pois suas histórias sobre o bairro despertaram a atenção da pesquisadora e desde o primeiro momento o entrevistado se mostrou muito solícito à pesquisa. Sua entrevista foi concedida no dia 08/11/2019, na Biblioteca Manuel Ignácio da Silva Alvarenga (Biblioteca popular de Campo Grande), localizada na Administração Regional da Área de Planejamento nº5.

Esta data simbolizou um dia importante para a biblioteca, que depois de muitos anos funcionando na Praça Telmo Gonçalves Maia, em Campo Grande, encerrou suas atividades no local e foi transferida para área central do bairro.

Durante a entrevista, o Sr. Will Tom relembrou a época dos sítios de Campo Grande e relatou uma zona rural muito produtiva com a produção de laranja, ovos e outros insumos agrícolas, e que também era um polo de atração para personalidades e políticos, pois o bairro não se destacava apenas no setor agrícola. Segundo o entrevistado, a área rural da década de 1960 era atrativa, com seu clima ameno, as salas de cinema em algumas ruas e os chafarizes que existiam na área central do bairro.

Seu cenário rural começa a se perder a partir da instalação da fábrica da Michelin³⁸, que colaborou para o avanço dos loteamentos das incorporadoras e produziu um espaço urbano marcado pela poluição do ar, do solo, desmatamento, ausência de infraestrutura sanitária e outros.

³⁸ Localizada às margens da Estrada da Cachamorra, a fábrica foi inaugurada em Campo Grande no ano de 1981, e, recentemente, no ano de 2012, expandiu suas instalações no bairro. Fonte: <https://corporativo.michelin.com.br/michelin-90-anos/> Acesso em: 21/04/2020.

3.1.3 Neli dos Santos

A terceira entrevistada foi a senhora Neli dos Santos, 69 anos, dona de Casa, formada até o 7º ano do ensino fundamental, a entrevistada é conhecida da pesquisadora, moradora do bairro desde o ano de 1957, quando se mudou com a família do bairro de Vila Isabel, na zona Norte do município do Rio de Janeiro, para o bairro de Campo Grande. A entrevista foi realizada no dia 12/11/2019, na residência da entrevistada.

Durante a entrevista, a senhora Neli relembrou a expansão do comércio na área central do bairro, pois segundo a entrevistada, nas décadas de 1960 e 1970, ainda havia muitos moradores nesta parte do bairro na qual predominavam residências com estilo arquitetônico utilizado em décadas passadas, cuja porta de entrada da residência localizava-se na própria calçada; porém, o comércio já se expandia e, com o passar do tempo, estas foram substituídas por estabelecimentos comerciais. A entrevistada relatou ainda um pouco da vida na zona rural do bairro, com o uso das bicas públicas, das pontes improvisadas com troncos de eucalipto e o loteamento de terras na localidade Santa Rosa, que no passado era um sítio que possuía esta nomenclatura.

3.1.4 Maria Luiza

A quarta entrevistada foi a senhora Maria Luiza Rosa Neves, dona de Casa, 82 anos. A entrevistada é residente do bairro desde 1958, ano em se casou, mas frequentava o bairro desde os nove anos de idade, quando visitava a residência de sua madrinha, durante o período de férias, pois a entrevistada durante sua infância residia no bairro de Paciência, localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

A entrevista foi realizada em sua residência, no dia 02/12/2019. A entrevistada relembrou, durante seu depoimento, as dificuldades com os meios de transporte, na época da zona rural, a construção de algumas escolas públicas na década de 1960, próximo à estrada Santa Maria e a criatividade da família para suprir a falta de água no interior de sua residência.

3.1.5 Nely Rodrigues

A quinta entrevistada foi a senhora Nely Rodrigues, professora primária, 90 anos. O contato com a entrevistada para o pedido de entrevista foi realizado através de familiares da senhora Nely, que são conhecidos da pesquisadora. A entrevista foi realizada no dia 05/12/2019, na residência da família, o único sítio ainda existente na Estrada do Tingui, no bairro de Campo Grande.

Segundo a entrevistada, o sítio, que era de propriedade de seu pai e hoje pertence aos herdeiros, era produtor de laranja lima para exportação e outras culturas como aipim. No período de alta produção da citricultura (1920-1950), o bairro era conhecido como cidade pomar por causas dos barracões de laranjas e, além dos sítios de produção agrícola, existia os sítios de recreação, onde o proprietário passava os finais de semana com a família, mas não residia no bairro.

Durante a entrevista, a depoente relembrou como era o bairro no tempo da zona rural, com ênfase na dificuldade do transporte para as lavadeiras que existiam no bairro, os armazéns existentes e a transformação dos sítios em residências a partir da urbanização.

3.1.6 O cenário histórico dos entrevistados e os eixos de análise

As entrevistas foram realizadas com total liberdade para que os entrevistados pudessem relatar suas vivências no bairro de Campo Grande e, apesar do roteiro previamente elaborado, conforme o método da História Oral, muitas perguntas surgiram durante o percurso da entrevista, pois os entrevistados apresentaram algumas lembranças referentes à história da cidade do Rio de Janeiro, à história do país, e à cultura local que possuem relevância para a Geografia Histórica do bairro e da cidade do Rio de Janeiro, pois “a história precisa iluminar as memórias, ajudando-as a retificar suas omissões e erros” (ABREU, 1998, p. 88).

Apesar dos assuntos variados, foi possível perceber assuntos comuns durante a realização das entrevistas: as bicas públicas, os transportes: bondes, lotação, os armazéns, os novos moradores. O eixo principal para análise das entrevistas foi a casa, o bairro e o trabalho. Esse eixo foi escolhido não apenas com o objetivo de nortear as entrevistas, mas porque este eixo de análise está diretamente relacionado à vivência dos entrevistados, conforme um dos objetivos propostos na introdução deste trabalho, pois, “o lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço”. (CARLOS, 2007, p. 14)

Foi possível perceber a partir das entrevistas que, além do bairro, a casa e trabalho estão diretamente ligados ao tema desta pesquisa, uma vez que a urbanização do bairro de Campo Grande ocorreu a partir da chegada dos loteamentos que, aos poucos, produziu o espaço e o modo de vida local, uma vez que os sítios e as hortas cederam lugar às residências que foram construídas pelos próprios moradores e ao comércio de bairro.

Após a fase de entrevistas, foi feita a transcrição do material gravado com pequenos ajustes para adequar o depoimento oral à linguagem escrita, pois a linguagem oral não possui regras de pontuação e traz expressões habituais da conversa informal como, por exemplo: “aí”, “né”. Este procedimento é indicado por Sônia Maria de Freitas em seu livro “História Oral: procedimentos e possibilidades”. E, mas que uma simples adequação à norma escrita da língua portuguesa, isso facilita a compreensão dos depoimentos para o leitor do trabalho realizado em História Oral. Sempre com o devido cuidado para que o significado das palavras do depoente seja mantido.

3.2 A vida na zona rural e as primeiras residências dos loteamentos

Na parte oeste da cidade, situava-se “o sertão carioca”, atual zona oeste do município do Rio de Janeiro. Esta expressão foi utilizada pelo naturalista Magalhães Corrêa no ano de 1936, em seu livro que possui este título, para denominar a faixa de terras que se localizava entre os maciços da Tijuca e da Pedra Branca (área na qual se localizava a freguesia de Jacarepaguá) e se estendia até a outra parte do maciço da Pedra Branca na qual se situava as freguesias de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz.



Figura 15. Localização de Campo Grande no Sertão Carioca. Esta imagem retrata a década de 1930, em que a atual Zona Oeste do Rio de Janeiro foi batizada pelo autor com esta nomenclatura em função de suas terras agrícolas. Fonte: CORRÊA, Magalhães, 1936. O Sertão Carioca.

Segundo Menezes (2000) a zona rural do Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro era capital da República) detinha muito prestígio político na década de 1940, com a eleição dos Senadores Augusto Vasconcelos, Júlio César de Melo e vários Deputados Federais. Segundo Santos (2012) a região já vivenciava os efeitos da expansão urbana da cidade desde meados do século XX, pois, na década de 1940, a urbanização nesta área era feita através de loteamentos e alguns destes eram verdadeiros bairros, que se consolidavam em meio ao estoque de terras para fins especulativos. E, com a proibição da exportação de laranja, este cenário se espalha pelos bairros do sertão Carioca.

O bairro de Campo Grande estava inserido neste processo, ainda presente na memória de moradores que nasceram ou se mudaram para o bairro na década de 1950. Pois, estes ainda se recordam da paisagem marcada pelas plantações e o mato que invadia os terrenos vazios.



Figura 16. Registro de Campo Grande com muitas terras para lotear e plantações que traziam aspecto rural à paisagem do local. Foto: Pedro Geiger, 1958. Fonte: Biblioteca IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> Acesso em: 06/06/2020.

A Zona Rural era muito produtiva e, mesmo com a proibição de exportar, o bairro de Campo Grande ainda produzia muita laranja. É preciso recordar um pouco desta fase para trazer à tona as primeiras residências e os aspectos urbanos que o bairro adquiriu desde então, a partir das lembranças de vida dos entrevistados. A senhora Nely Rodrigues relembra o sítio e a vizinhança do seu entorno durante a fase de produção da laranja:

Adriana: Esse sítio aqui produzia o que?

Nely: Laranja era laranja lima. Por que era laranja lima? Quando meu pai foi plantar: mamãe só gostava de laranja lima. Então ele fez a vontade dela e o sítio era todo de laranja lima. O último pé de laranja tem até hoje. Ali em Marli deu muita laranja lima, tangerina e uma laranja grande, doce. Tinha uma laranja da terra na nossa porta que deu tanto é bem antiga. Quem tinha laranja da terra e conseguiu foi Aline Célia.

Adriana: Lá também era um sítio?

Nely: Não.

Adriana: Era só um quintal? E plantava laranja?

Nely: A parte de lá toda era de pequenas propriedades e esse aqui é que era grande. E o da Abigail era grande, mas não como esse. Sali vendeu lá. Agora de lá pra cá seu Teixeira não vendeu, ficou o filho, mas morreu. Manoel e a cunhada dele ficaram aí.

Segundo Santos (2011), nas décadas de 1950 e 1960, boa parte das terras do sertão carioca era ocupada por pequenos lavradores. A Senhora Nely Rodrigues relembra com mais detalhes o entorno do Sítio:

Adriana: Qual era a distância de uma casa para outra?

Nely: Deste lado só éramos nós.

Adriana: E não tinha mais ninguém aqui? Era tudo terreno vazio?

Nely: Tudo era plantação e depois tinha o Joaquim naquele pedaço ali e depois passou pra Mariazinha. Ele ficou com um pedaço e passou pra Maria Brandão.

É nítido nas palavras da entrevistada o uso agrícola da terra, com a lembrança das propriedades que pertenciam aos antigos vizinhos. Posteriormente, foi transferida a posse para os herdeiros e atuais donos, que dividiram as terras em unidades menores.

Adriana: Depois da guerra o governo proibiu a exportação, mas continuou produzindo muita laranja?

Nely: Eu acho que sim, porque era aonde havia mais laranjais. Campo Grande todo era laranjais. No Mendanha tinha muito laranjal.

Essa paisagem rural permanece mesmo após a proibição de exportação da laranja, pois a entrevistada afirma:

Nely: “Nós aqui colhíamos ainda bastante coisa, batata não, mas aipim sim, nós colhíamos bastante aipim e mais o que? Era o aipim e vendia muito, mas não são fatos que a gente documentou por escrito”.

Segundo Santos (2012) os produtores de laranja se voltaram para outras culturas e havia também os sítios de recreação, conforme relata a entrevistada:

Adriana: O sítio do Salim produzia o que?

Nely: Eu acho que eles usavam o sítio, mas pro final de semana. É eles não moravam aí não. Eu me lembro do Salim.

Adriana: Tinha os sítios que as pessoas moravam e produziam e tinha aqueles sítios que o morador só vinha nos finais de semana.

Nely: É eles só vinham no final de semana. Era um sítio mais pra recreação.

Mas, segundo Silva (1958), em Campo Grande, além das chácaras de recreios e pequenos sítios, havia os terrenos abandonados, uma vez que seus proprietários desistiram das lavouras e aguardavam o momento de vendê-las ou dividi-las. Essas terras aparentemente sem uso e que aguardavam pela valorização capitalista foram lembradas em entrevista por outra entrevistada: a senhora Leocadia, que, ao relatar sobre seu trabalho, recorda o vazio formado por terras hoje loteadas no bairro:

Leocadia: Quando a Rita tinha quatorze anos, a situação apertou e eu resolvi vender Christian Gray (cosméticos).

Adriana: Essa marca já existia?

Leocadia: Existia. Era mais famosa que Avon. Eu nem sei se ainda existe Christian Gray, a Avon eu sei que existe. Aqui pra dentro eu desbravei tudo. Santa Rosa, Campo Belo era tudo mato, tinha umas trilhas, Bela Vista, a irmã da Lourdes morava lá, a Elza. Lá era matagal puro.

Segundo Bernardes (1990) em meio à zona rural havia um vazio formado por terrenos que aguardavam valorização. Porém, começava a surgir residências nos terrenos loteados em meio ao mato e à plantação.



Figura 17. Registro de residências ao fundo da plantação. Foto: IBGE, 1968.
Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/> Acesso em: 21/01/2020.

A senhora Leocadia relembra as primeiras residências no loteamento Tingui:

Leocadia: Eu moro aqui há 63 anos, vim pra cá em 1956.

Adriana: E como era a moradia naquela época? A senhora comprou essa casa da mão de outra pessoa? A Senhora fez no terreno?

Leocadia: Naquele tempo passava aqui o valão, diziam que aqui se plantava arroz. Era muito úmido, como é até hoje. Fiz a casa no terreno, aqui não tinha nada, tinha sapo, grilo, perereca, não tinha luz, água muito menos.

Nesse período relatado pela entrevistada, a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro progredia rapidamente, mas em Campo Grande se mantinha uma vida rural predominante, pois o loteamento das terras foi um processo lento, conforme relembra a entrevistada:

Adriana: E aqui também eram poucas pessoas?

Leocadia: Quando eu vim pra cá, só encontrei de vizinho a mãe da falecida Lourdes e da Rení, aqui no Rubens era o seu Lima, que era o antigo dono.

Adriana: Antes do pai dele?

Leocadia: Sim, na rua de lá, não sei se você conhece a Dona Alvina, mãe do Joaíl, ela já estava lá na outra rua. Aonde era a Lucila, espanhola, falecida, ali era o sítio da Dona Isis e lá atrás, a dona Célia, mais ninguém.

Os loteamentos modificaram a paisagem rural do sertão carioca e produziram o espaço socialmente diferenciado do bairro aos poucos, conforme relembra a senhora Leocadia:

Leocadia: Aqui aonde é o mercado, ali era um sítio do seu Renatinho, não sei se a sua mãe falou?

Adriana: Não, não sei se ela se lembra do dono, só me lembro da época que era uma fábrica, mas ela nunca me contou sobre isso.

Leocadia: O sítio do seu Renatinho tinha muita manga. Então ali só tinha mesmo manga, tinha a granja branca, onde trabalhava o colega das meninas, o Silvio, ele morava aqui beirando essa rua ao lado do mercado, subia lá em cima, virava o morrinho. Ele morava no terreno da granja branca. Essa parte desse lado aqui era do seu Renatinho. Então era tudo mata e aqui não tinha rua, era uma trilha, um caminho cheio de mato, de um lado, e do outro.

Dentro deste cenário rural, surgem as residências dos loteamentos que foram construídas de forma aleatória, conforme relembra a senhora Leocadia:

Leocadia: Uma das primeiras a vir pra cá foi a dona Maria mãe da Lourdes, tinha a dona Isis lá atrás, tinha a dona Alvina. Fui uma das primeiras a chegar aqui, à noite era uma benção, escuridão, só.

Segundo Bernardes (1990), os loteamentos eram isolados, com caráter popular, limitavam-se à demarcação dos terrenos, sem calçamento, meio fio e abastecimento regular de água. A zona rural começava a apresentar aspectos urbanos, como a segregação, que, segundo Corrêa (1989), é definida a partir da concentração de tipos de população em uma localidade, sendo este um processo que caracteriza a cidade capitalista. A senhora Leocadia relembra a vida neste espaço:

Leocadia: Meu marido saía de manhã pra ir trabalhar, ia com ele seu Isael, o Zé da Pica e tinha mais outro, que eu me lembro. De bicicleta até Campo Grande pra não esperar a condução. Saia três horas da manhã de bicicleta pra ir trabalhar na volta era o mesmo percurso pegava a bicicleta e vinha embora. Assim, foi a nossa vida durante muito tempo, até a gente conseguir levantar as paredes, mas levantamos as paredes. A gente botou a laje e não tinha porta e nem janela.

Com este cenário, a zona rural começava a apresentar uma população diferenciada dos sitiantes e verdureiros que seguiam firme com a produção agrícola de culturas, como aipim, hortaliças, a produção de ovos nas granjas do bairro e a laranja que, apesar da proibição de exportação, ainda era produzida.

Segundo Bernardes (1990), a partir do surgimento destas casas, a zona rural possuía moradores com emprego nas áreas urbanas próximas ou centro da cidade. Segundo Santos (2011), esses moradores utilizavam a lotação, mas era comum a presença das carroças, que era meio de transporte dos verdureiros, granjeiros, pois havia uma coexistência entre o urbano e o rural na região. A senhora Leocadia relembra o meio de transporte que usava para sair de casa:

Leocadia: Quando você quisesse sair daqui de casa, você escutava o barulho de uma lotação. Antigamente era lotação, não tinha van e ali no gás era barreira, você escutava quando a lotação saía de lá e ia correndo pro ponto pra pegar. Não era certo chegar a Campo Grande, dia de Sábado também.



Figura 18. Registro da lotação na cidade do Rio de Janeiro. Foto: Arquivo Nacional, 1950.
Disponível em: <https://i.pinimg.com/originals> Acesso em: 29/01/2020.

Além do transporte da cidade do Rio de Janeiro, o relato da entrevistada mostra um aspecto relacionado à Geografia do Estado do Rio de Janeiro, pois a entrevistada cita a barreira. E faz uma referência à um depósito de gás localizado às margens da antiga Estrada Rio São Paulo, atualmente BR-465.



Figura 19. Registro de localização do trecho específico da BR465 citado pela entrevistada, com o depósito de gás localizado no nº3150. Fonte: Data Rio, 2020. Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/> Acesso em: 03/02/2020.

A depoente, em outro trecho da entrevista, afirma: “Ali era tudo vazio até lá no gás. E era chamado de barreira porque era a divisa do Rio de Janeiro com o Estado do Rio”.

Segundo Motta (2001) o município do Rio de Janeiro era Capital Federal (antigo Distrito Federal) até sua mudança para Brasília no ano de 1960, com isso surgiu o Estado da Guanabara no lugar da antiga capital. Segundo Freire (2000) Esta divisão perdurou até o ano de 1974, quando houve a fusão do Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio e a criação do novo Estado do Rio de Janeiro. Depois de relembrar esse aspecto externo à casa, a senhora Leocadia se recorda da moradia:

Leocadia: não tinha asfalto, não tinha vizinho, não tinha armazém.

Adriana: Nas casas existia muro ou cerca?

Leocadia: Arame tinha, passava-se um arame, plantava umas plantinhas e o portão também se passava um arame à noite. Era isso! Era Deus com a gente, naquela época era mais tranquilo e as crianças era Deus que protegia.

Adriana: as crianças ficavam aonde?

Leocadia: comigo, Maria ficava mais pro lado do avô, não gostava muito daqui, ela tinha muita adoração pelo avô. Um dia papai veio trazer, quando chegou aqui, papai foi embora e ela voltou. Meu marido chegou pra ver a filha e ela tinha voltado com o avô. Maiorzinha ela foi crescendo nesse ambiente aqui: só mato. Depois veio a Dona Antônia, a Dona Almerinda. Essas casas aqui do conjunto de previdência, nenhuma era habitada.

Apesar do isolamento dos loteamentos para autoconstrução, o relato da entrevistada demonstra neste espaço vazio a existência das residências construídas pelos institutos de previdência que se espalhavam na zona rural. Porém, nestas casas ainda não havia morador.



Figura 20. Registro de residência construída pelos Institutos de Previdência na década de 1950. Existente no bairro até hoje. Foto da Autora, 2016.

Neste cenário, as casas de autoconstrução foram construídas devagar, pois segundo Bernardes (1990) estes loteamentos progrediam lentamente. A senhora Leocadia relembra a chegada dos vizinhos:

Adriana: Mas essas casas dos conjuntos de previdência já existiam ou eram só terrenos?

Leocadia: Já existiam as casas. E não tinha habitação nenhuma, depois de anos foi chegando aos pouquinhos, que foi chegando as pessoas.

Esses loteamentos foram feitos a partir da autoconstrução, conforme relembra a senhora Leocadia:

Adriana: Loteava e o próprio morador fazia a casa, igual a senhora fez aqui?

Leocadia: É comprava o terreno e a pessoa fazia ou fazia um barracão antes da casa. Quem quisesse fazia a casa. Ali atrás a Rua Frederico de Menezes

também não existia. Ali era uma pedreira enorme. Depois que lotearam, fizeram a Rua Frederico sair lá do outro lado.

Adriana: Então ali era só parte da pedreira e não tinha mais nada?

Leocadia: Só pedreira.

Leocadia: não morava ninguém pra lá, depois que lotearam.

Adriana: As pessoas compravam o terreno da mão dos outros ou já era como é hoje com as imobiliárias?

Leocadia: Loteavam, mas não sei se era uma empresa.

Adriana: Dividiam os terrenos?

Leocadia: loteavam e vendiam.

Essas terras que foram acumuladas para valorização e posterior loteamento demonstram a urbanização em uma proporção mais acentuada que na época da produção de laranja, pois o solo se tornou fragmentado para o aumento de sua comercialização. De acordo com Harvey (2001), para a sobrevivência do capitalismo é necessária à criação de espaço novo para acumulação. A crise da citricultura promoveu no bairro um espaço vazio em termos demográficos e com terras acumuladas para fins comerciais.

Isso tudo, ao longo do tempo, promoveu no bairro um novo espaço, mas que já era uma tendência na cidade do Rio de Janeiro desde o final do século XIX. E, de acordo com Abreu (2003), era o espaço da habitação popular, um espaço novo, socialmente estratificado, no qual a casa poderia até nem existir. E, com isso, o trabalhador teria a garantia do controle da base (o lote) onde a casa poderia ser construída no futuro.

Apesar disso, as características da vida rural predominavam no local, com o surgimento aleatório das casas nas terras loteadas. A senhora Maria Luiza relembra um pouco da vida rural:

Adriana: Nessa época, já existia algum comércio em Campo Grande?

Maria Luiza: Muito pouco. Tinha um armarinho ao lado da amendoeira. Sabe aonde era a amendoeira? Não tem ali aonde é a papelaria Tids do lado de cá. Tinha um armarinho, vendia roupa, linha, fazenda. Então era conhecido como amendoeiras porque tinha amendoeiras na rua. Era o armarinho das Amendoeiras, não tinha o supermercado Guanabara, loja Silbene, nada disso. Na estação de trem tinha o varejo. Lá vendia pastel.

A entrevistada faz uma referência ao local aonde atualmente funciona o centro comercial do bairro, que na época possuía apenas um comércio aleatório. Segundo Santos (2011), no sertão carioca, era necessário andar alguns quilômetros para chegar até as “vendas”, pois ali era o local de compra dos gêneros e artigos para a família e também de elementos que não eram produzidos nas roças, como arroz, óleos, tecidos, fósforos e outros utensílios. A senhora Nely Rodrigues relembra esse fato:

Adriana: A alimentação era produzida aqui no sítio, mas havia o costume de ir ao Centro de Campo Grande Comprar alguma coisa? Tinha alguma coisa lá?

Nely: Não era Campo Grande havia, chamavam venda, armazém do Seu Aristides na estrada do Campinho era o armazém que existia. Era do Aristides. Então a gente comprava, mamãe fazia lista e o Seu Aristides vinha numa carroça entregar.

Nas décadas de 1950 e 1960, era comum no bairro o comércio na porta, sem o uso de automóveis. Conforme relembra a senhora Leocadia:

Adriana: Aqui circulava boi, carroça?

Leocadia: Demais. Circulava até puro.

Adriana: As pessoas vendiam verduras na porta?

Leocadia: Vendiam, nós tínhamos um senhor, seu Zezinho, que vinha lá do Toneleiros, na entrada da Marinha, o sítio dele era ali à esquerda. Ele trazia leite, verdura, frutas, a gente comprava na porta, já estava melhor, a situação e comprava pra pagar depois.

Adriana: Essas pessoas que vinham vender as coisas vinham de carroça?

Leocadia: De carroça.

A zona rural não supria necessidades de transporte, água, luz, mas possuía certo prestígio social, conforme relembra o senhor Will Tom:

Will Tom: Eu conheço Campo Grande desde que nasci. Naquela época Campo Grande era zona Rural não era zona oeste ainda e todo mundo chamava Campo Grande de Sertão Carioca. Nós chamávamos de roça das águas porque vínhamos de Copacabana pra cá nos finais de semana, para o sítio da família e falávamos vamos pra roça e nós passávamos o final de semana.

Desde a época do sertão carioca, o bairro de Campo Grande apresentava um espaço socialmente diferenciado, que é produzido pelo capitalismo, pois, na zona rural de Campo Grande, existia uma classe média oriunda da fase da citricultura e, nos nítidos espaços aonde a urbanização avançava, havia o reservatório de água. Nas áreas de roça e nos loteamentos, no entanto, não havia abastecimento de água, conforme relembra a senhora Leocadia:

Leocadia: Pra gente beber uma água tinha que ir ao cruzamento do Tingui, na padaria do Seu Henrique e perto tinha uma bica pública, a gente apanhava água, tinha poço, passava roupa no ferro de carvão.

Segundo Lima (2019) as bicas públicas instaladas no bairro de Campo Grande nas décadas de 1950 e 1960 foram uma iniciativa do Vereador Miécimo da Silva que, em seu primeiro mandato (1951-1955), ficou conhecido no bairro como vereador das bicas públicas. E no interior das casas era utilizada água de poço, conforme relembra a senhora Maria Luiza:

Maria Luiza: Era uma biquinha que todo mundo apanhava água. Aqui não tinha água encanada. A minha madrinha tinha poço, mas ela não bebia porque o poço dela não era limpo, só servia pra lavar roupas e cozinhar. O meu poço existe até hoje, é tampado com tampa de cimento, mas tá do outro lado. Então não dá mais pra ver, mas a água é limpinha.

Adriana: Usava aquela água para tudo?

Maria Luiza: Lavar, cozinhar, tomar banho, molhar planta, era muita água. Tem cinco metros aquele poço.

3.3 Os loteamentos invadem a zona rural

Will Tom: naquela época, na década de sessenta, o que a gente via era o bonde, eram três linhas de bonde: um que ia para o Rio da Prata, outro que ia para o Monteiro até a Ilha de Guaratiba e outro que ia pela estrada do Magarça até a Pedra de Guaratiba. Eram os únicos pontos que tinha, não existia ônibus exatamente, era lotação e poucas pessoas tinham carro.

Então a locomoção era a pé mesmo, viação canela, as pessoas costumavam a andar muito naquela época, crianças iam pra escola percorrendo sete, oito quilômetros a pé pra ir e voltar.

Segundo Santos (2011) apesar da existência de transportes como o bonde e a lotação que serviam a zona rural eram resistentes os problemas no sistema de transporte da região. O relato do entrevistado traz à tona a ineficácia de transporte já sentida pelos moradores do bairro desde o período da zona rural. E, era um problema não apenas do bairro de Campo Grande, mas que afetava os demais bairros do sertão carioca. Em meio a esse processo de urbanização Campo Grande já concentrava outras igrejas além da Paróquia Nossa Senhora do Desterro, cuja criação deu origem ao bairro. Conforme relembra a senhora Leocadia:

Leocadia: Até agora domingo, eu fui receber uma homenagem, um brasão dos cinquenta anos da paróquia, para aqueles que ajudaram a fundar a igreja, o meu marido trabalhou muito lá, então eu recebi no lugar dele. Eu me lembro que tinha uma criatura na igreja, a Zulmira, ela que doou o terreno pra construir a igreja, um terreno dela. E naquela época, ela dava o catecismo nas escolas, dava aula de religião.

O relato da entrevistada demonstra o aglomerado humano nas áreas que foram lentamente urbanizadas pelos loteamentos, pois a fundação de uma igreja sinaliza a presença de frequentadores. E as paróquias são igrejas matrizes das quais originam as capelas que se instalam em localidades próximas. Isso ocorre à medida que cresce o número de frequentadores oriundos de cada local. Segundo Seabra (2003) em localidades pouco povoadas, a presença da igreja católica atribuía ritmos e sentidos ao tempo e ao espaço³⁹. A construção da igreja não só modificava o espaço, mas era também o local das festas, da conversa e conhecimento de novos moradores, pois o bairro já adquiria novas formas, conforme relembra a senhora Neli dos Santos:

Adriana: E como era aquele rio aqui perto?

Neli: já existiam aquelas duas pontes aquela larga e a outra estreita.

Adriana: Já existiam as duas pontes?

Existia, mas não era bem uma ponte, era eucalipto e duas tábuas fininhas.

Adriana: Meu Deus então era igual àquelas que a gente vê nas reportagens de televisão?

Neli: é a gente passava ali naquelas madeiras e aquelas ruas não existia só a estrada que existia.

Adriana: Mas já existia o Campo Belo e outras casas para lá?

Neli: Ali não tinham casas. Era sítio, não era nem sítio, era matagal, que já tinha sido sítio. Por ali por dentro você ia e pegava o Santa Rosa. Era tudo sítio aí no final, em mil novecentos e sessenta e oito, começaram a lotear e depois veio o loteamento no Jardim paulista, lá é pequeno.

³⁹Segundo Lago (1990) na zona oeste a Igreja Católica através Pastoral da Terra influenciou a organização de grupos sindicais. E, no ano de 1978, o grupo Terra e habitação era composto por membros das paróquias e moradores dos loteamentos, conjuntos e favelas.



Figura 21. Registro da localização do Canal do Mello, aflúente do Rio Campinho que divide as áreas loteadas citadas durante o relato da entrevistada. Fonte: Data Rio, 2020. Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/>Acesso em: 10/02/2020.

O relato da entrevistada demonstra a urbanização capitalista com a ausência de infraestrutura da zona rural, uma vez que os loteamentos modificavam o perfil do local que era anteriormente ocupada pelos sítios. Nesse contexto, segundo Silva (1958) diversas áreas foram loteadas no bairro de Campo Grande na década de 1950 como Mendanha, Pedregoso e outros que preservaram a nomenclatura das propriedades rurais, que de antigas fazendas deu origem as chácaras e, por fim, os loteamentos⁴⁰.

Na década de 1960, ainda eram visíveis os aspectos urbanos da zona rural conforme relembra a senhora Maria Luiza:

Maria Luiza: Olha! Essa rua aqui tinha plantação no meio dela, canteiro de aipim, batata, tinha tudo, ninguém mexia.

Adriana: no meio da rua?

Maria Luiza: No meio da rua, só tinha um estreitozinho para as pessoas passarem. Depois como progresso você já viu: teve que acabar se não todo mundo mexe.

Adriana: Mas a plantação tinha algum dono ou era pública?

Maria Luiza: Cada um plantava o seu. Em frente à minha casa, o meu sogro plantava. Aqui do lado também plantavam e ficava ali, mas isso foi há muitos anos.

Adriana: E depois construíram uma casa ou outra?

Maria Luiza: Mas quando eu vim morar aqui já não tinha mais plantação na rua porque já estava mais urbanizado, depois abriu a escola.

A entrevistada mudou-se para o bairro no ano de 1958, e relata a diferença percebida em relação aos anos anteriores quando apenas visitava o bairro e relembra a primeira escola

⁴⁰Fridman (1999) cita nomes de diversas fazendas que atualmente corresponde aos nomes de áreas que foram loteadas no bairro possivelmente neste período.

na localidade Tingui no ano de 1962, que era uma necessidade do bairro. Conforme relembra a senhora Nely Rodrigues:

Adriana: A senhora estudou em Santa Cruz porque aqui não havia escola?

Nely: Só havia lá e na Venezuela. É a escola mais antiga de Campo Grande. Estudei lá também, havia uma pequena escola na Rua Barcelos Domingos, a escola Augusto Vasconcelos. Eu fiquei três anos ali, aí fui pra Venezuela e inauguraram a Escola Amazonas. Nos cinquenta anos da escola eu fui convidada, eu fui.



Figura 22. Registro da parte traseira da Escola Municipal Venezuela (ainda em construção), localizada até hoje à Rua Amaral Costa. É possível identificar uma das principais ruas do bairro, com aspecto rural no ano de 1934. Foto: CPDOC/ FGV. Fonte: Acervo Historiador Guaraci Rosa.

O relato da entrevistada demonstra não apenas uma necessidade do bairro de Campo Grande, mas expressa uma realidade do Estado da Guanabara que, segundo Motta (2001) a partir do ano de 1961, viveu uma fase de ampliação do sistema escolar, que visava a redução do número de crianças sem escola. Campo Grande já possuía uma pequena estrutura de serviços, como hospital e comércios, que servia à população dos loteamentos das propriedades rurais, conforme relembra a senhora Leocadia:

Leocadia: fiz o tratamento da Maria, um tratamento de anemia, lá no Rocha Faria.

Um médico muito famoso, aqui de Campo Grande, não me lembro o nome dele agora, um especialista, um pediatra, muito bom. E eu me tratei também com o médico Dr. João Batista, até evangélico. Me tratei de um verme, que eu tinha bravo e deu certo, terminei meu tratamento e meu plano de saúde era o Rocha Faria.

Adriana: Perto do Hospital Rocha Faria já tinha algum comércio?

Leocadia: Tinha comércio, mas não tanto, não era tão evoluído como agora, tinha alguma coisa, mas não essa evolução.



Figura 23. Registro da construção do Hospital Rocha Faria. Fonte: AGCRJ, 1940. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliansa/> Acesso em: 11/02/2020.

Em meio às escolas, casas e serviços, a paisagem do bairro se modifica conforme relembra a senhora Maria Luiza:

Adriana: A senhora lembra o que tinha no terreno da escola?

Maria Luiza: No terreno da escola tinha o que? Mato e pasto.

Adriana: Tinha pasto, criava boi e vaca?

Maria Luiza: É. Tudo pasto. Quando eu vim morar aqui era pasto, não tinha casa, não tinha isso daí atrás, a Dinda, tinha nada.

Adriana: Era tudo mato?

Maria Luiza: Era.

O regaste da antiga paisagem presente na memória da depoente demonstra que o cotidiano não é inocente, pois está atrelado à dinâmica capitalista da cidade. De acordo com Carlos (2007), as transformações que ocorrem nas formas da cidade impõem transformações no ritmo da vida e no modo de apropriação dos lugares a partir do modo de uso. E, através disso, o espaço adquire novos contornos dentro da zona rural do bairro.



Figura 24. Registro da vista aérea de Campo Grande com a presença de construções.
Foto: O Globo, 1965. Fonte: Acervo Historiador Guaraci Rosa.

Na década de 1960, o Estado da Guanabara apresentava no censo do IBGE um aumento populacional, pois registrava uma população de 3.307.163 habitantes, enquanto na década de 1950, o censo anterior registrava uma população de 2.377.451 (IBGE, 2010). E o bairro de Campo Grande, inserido na região do sertão carioca, acompanhava o crescimento demográfico do antigo Estado da Guanabara, com registro de 78.680 habitantes (um número três vezes maior em comparação ao censo de 1940) (IBGE, 1966). Essa chegada de moradores foi lembrada pela senhora Leocadia:

Adriana: As pessoas que vieram para cá, eram de longe como a senhora? Ou aqui de Campo Grande mesmo?

Leocadia: Não as pessoas que eu conheci eram de longe. Eu mesma vim de uma localidade além de São João de Meriti, entre Éden e Tomaizinho. Depois de São João de Meriti, bem distante. A Dona Maria veio da Universidade Rural, a mãe da Lourdes parece que veio lá de Morro Agudo. Então as pessoas que eu conheci vieram de longe: a Dona Antônia veio do quilômetro 32. A Olga morava aí pra fora. A Marlene eu não sei, conheço e tenho muita intimidade com ela, mas não sei de onde ela veio. Mas eu acho que é mais gente de fora que procura um lugarzinho pra morar.

Nesse período, já com escolas, hospitais, igrejas, loteamentos o bairro vivia uma fase de expansão urbana com aspectos diferenciados na zona rural, conforme lembra o senhor Will Tom:

Will Tom: “É claro que a Coronel Agostinho era atrativa, ela sempre teve muitas lojas, mas era rua de passagem de ônibus”.



Figura 25. Rua Coronel Agostinho, atual calçadão do bairro na década de 1960.
Foto: Nagib Assad - Acervo: André Luís Mansur Batista.

O relato do entrevistado enfatiza a principal rua de comércio do bairro como um subcentro, dentro da zona rural. Segundo Soares (1990) o subcentro é uma característica das grandes metrópoles, pois a expansão urbana amplia as distâncias do centro da cidade e favorece a busca pelo comércio mais próximo, com a utilização das zonas mais povoadas e equipadas em locais próximos. Subcentros como Campo Grande apoiaram a expansão urbana em áreas rurais.

O centro do bairro possuía casas confortáveis e ruas calçadas que contrastavam com as diferenças dos loteamentos que surgiam na zona rural. Desde a época da zona rural, nas décadas de 1950 e 1960, o espaço produzido no bairro possuía contradições relacionadas à forma de propriedade que produz um espaço desigual, que, segundo Carlos (2007), é consequência da hierarquia social que pode ser percebida na paisagem através da segregação espacial, com a redistribuição do uso de áreas já ocupadas, que, conseqüentemente, gera um deslocamento de atividades e de habitantes. Os loteamentos se espalhavam dentro da zona rural, conforme relembra a senhora Leocadia:

Leocadia: Eu me lembro da Marlene quando tinha uma meia água, com dois cômodos só, depois tinha aquela meia água que ela morava. Era na base do sacrifício, a casa da Lena, depois fez a casa da dona Zulmira mãe da Riva, antiga também.

Adriana: é.

Leocadia: Lá na estrada, aquelas casas na beira da estrada não tinham nenhuma.

Adriana: Ali na estrada era aquilo tudo puro. Só terrenos?

Leocadia: é só terreno. Ali casa só tinha a da dona Zulmira. Depois fizeram ali onde mora a Zane, onde morava a dona Hilda, mas a sogra dela eu esqueci o nome. A mãe da Alda morava ali naquela casa. Botaram umas

tábuas depois fizeram a casa. Ali era tudo puro, naquele terreno da escola, era aquele vazio. Depois fez a escola, a casa da Henriqueta.

O princípio da rua do buraco tinha ali um terreno grande que era da dona Amália. Eu me lembro de quando vendeu, o seu Mário morreu. Ela saiu daí logo depois, vendeu e lotearam. Era um terreno enorme, a casa dela era bem mais na rua do buraco, lá em cima e a escola já era na beira da estrada.

Segundo Bernardes (1990) os loteamentos ocupavam porções de terras mais ou menos extensas, distantes umas das outras, há muito tempo desocupadas. E foram divididas em pequenos lotes que se proliferavam em locais vazios ou quase vazios. Naquele contexto, o Sertão Carioca vivia um momento no qual a produção agrícola estava em decadência, pois em função da crise da citricultura, os sítios que sobreviviam do cultivo da laranja foram transformados aos poucos em loteamentos, conforme relembra a senhora Leocadia:

Adriana: Aqui eram mais frutas: laranja e outras?

Leocadia: é, laranja, aqui no bairro tinha bastante.

Adriana: Ainda tinha sítio que produzia laranja por aqui?

Leocadia: Tinha muito laranjal por aqui no bairro, isso aqui era laranja pura, depois foram acabando com tudo, foram loteando e foi acabando tudo.

O relato da entrevista demonstra a expansão dos loteamentos na zona rural de Campo Grande que, na década de 1960, apresentava uma densidade demográfica baixa, com registro de 134 habitantes por Km² dentro de uma superfície muito extensa. É importante ressaltar que o censo de 1960 recenseou a população com estabelecimento de uma contagem que registrava as zonas urbana e rural (com uma população em trânsito) do Estado da Guanabara (IBGE, 1966). E Campo Grande já se dividia desta forma com áreas urbanas próximas ao centro do bairro, a zona rural e os loteamentos.

Esse crescimento demográfico do Estado da Guanabara demonstrava reflexo na área dos loteamentos, conforme relembra a senhora Leocadia:

Leocádia: Vai chegando o povo, cada um vai querendo o seu pedacinho. Quando é deserto ninguém quer, mas fica povoado todo mundo quer.

O povoamento relatado pela entrevistada demonstra uma tendência que ocorria nos loteamentos do período, pois segundo Bernardes (1990) os loteamentos que se situavam próximos de áreas já edificadas por vezes já apresentavam serviços mínimos como iluminação pública e domiciliar. Conforme relembra a senhora Neli dos Santos:

Neli: A luz, eu acho que chegou aqui no ano de mil novecentos e sessenta e sete pra todo mundo, mas aí a gente já apanhava luz e pagava.

Adriana: Meu Deus! Não tinha luz, usava lamparina?

Neli: Usava lamparina e ferro de carvão, aqueles ferros antigos. A minha mãe engomava roupa pra fora naqueles ferros. A falecida Dona Zulmira também e quando a gente chegou, ela já estava aqui.

Além dos loteamentos, o bairro já possuía outros aspectos urbanos, como o viaduto Alim Pedro, lembrado pelo senhor Will Tom:

Will Tom: Mesmo sendo roça tinha uns cenários diferentes em Campo Grande. Como por exemplo, chafariz, descendo o viaduto Alim Pedro havia um chafariz belíssimo, enorme bem no centro. A pista foi alargada e a gente não percebe mais aonde era, mas era no centro mais ou menos da pista.

No ano de 1961, foi inaugurada no bairro de Campo Grande a primeira Região Administrativa da Guanabara, que iniciou no sertão carioca, pois concentrava o maior contingente eleitoral do Estado. As regiões administrativas concentravam diversos órgãos da administração Estadual para que os moradores tivessem acesso ao serviço próximo de sua residência. Nesse contexto de mudanças administrativas, Motta (2001) afirma que uma das metas da administração da Guanabara foi o abastecimento de água. Conforme relembra a senhora Neli dos Santos:

Adriana: A bica pública terminou em que ano?

Neli: Mais ou menos, por volta dos anos setenta e quatro ou setenta e cinco. Era ali na esquina. Eu lembro quando essa bica veio pra cá, quando a Antônia comprou a bica já tinha saído daqui há muito tempo. Aqui tinha um barracão, morava uma família, aí já não tinha mais bica. Isso aí era nos anos sessenta.

O bairro já possuía aspectos urbanos com viadutos (figura 26) e estradas, porém a produção do espaço urbano nos loteamentos era marcada por contrastes se comparado à área central do bairro, conforme relembra a senhora Neli dos Santos:

Neli: E aquilo tudo era matagal, lá no loteamento Santa Rosa até a estrada do Campinho, ali é grandão.

Adriana: A estrada do Campinho era mato?

Neli: era mato, a estrada já existia, mas ali era mato.

Adriana: Era estrada de chão?

Neli: era barro vermelho. Nas pontas da estrada era uma casa lá, outra aqui.

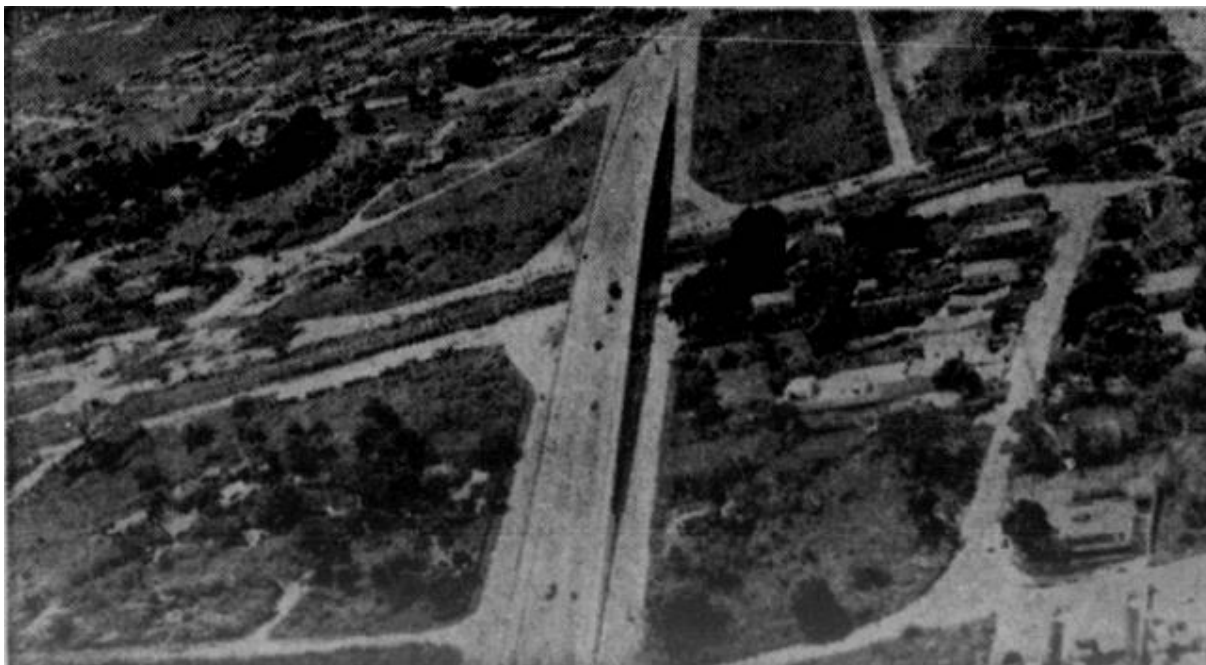


Figura 26. Registro do viaduto Alim Pedro, 1965. Foto: JS. Fonte: Acervo Guaraci Rosa.

Com isso, lentamente ao longo do tempo o bairro se incluía ao tecido urbano da cidade com a perda de seus aspectos rurais. Conforme relembra o senhor Will Tom:

Will Tom: Então eu lembro que Campo Grande foi inovador na década de sessenta, em vários aspectos.

O depoimento do morador demonstra a percepção da produção do espaço com características diferentes para um bairro que integrava o “Sertão Carioca”. Pois segundo Motta (2001) o bairro de Campo Grande se enquadrava dentro do contexto vivenciado pelo Estado da Guanabara com o estabelecimento das zonas industriais na Avenida das Bandeiras (atual Avenida Brasil), que tinha como objetivo a remoção de camadas populares das áreas centrais do Rio de Janeiro.

Com isso, a década representou para o bairro um período de contornos urbanos a partir do aumento dos loteamentos nas áreas dos antigos sítios de laranja que aguardavam valorização e estavam cobertos de mato. Conforme relembra a senhora Nely Rodrigues:

Adriana: Nessa crise a senhora lembra o que foi feito com os sítios?

Nely: A laranja entrou em crise não deu mais pra continuar, foi tudo urbanizado, as pessoas vieram morar, cada um tinha seu emprego e foram construindo, urbanizaram tudo.

O depoimento evidencia a urbanização, pois o espaço dos laranjais cedeu lugar aos loteamentos direcionados ao trabalhador e acelerou a especulação imobiliária da década de 1950. Sendo assim, segundo Corrêa (1989) existe um interesse dos proprietários de terras na conversão da terra rural em urbana. Isso gera a expansão do espaço da cidade, que surge na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a terra rural e o interesse principal está no valor de troca da terra. A senhora Leocadia relembra este fato:

Leocadia: A dona Maria veio pra cá porque ela perdeu o marido, morava na Rural e compraram essa casa. Ela veio bastante depois de mim, então a população foi chegando: o seu Elias veio muito depois, a Olga aqui, a Marlene então. Eu lembro que aonde é a Marlene tinha um caminho, que a gente entrava por aqui por dentro e saía lá na estrada, era só mato.

3.4 Além dos laranjais: o espaço urbano chega à zona rural

Segundo Oliveira (2017), na década de 1970, o intenso processo de ocupação da zona oeste se acelerou e isto se refletia no bairro de Campo Grande a partir da estrutura do seu centro comercial. Conforme recorda a entrevistada:

Adriana: Naquela época havia emprego aqui em Campo Grande ou as pessoas iam lá apenas para pegar o trem?

Leocadia: Quem trabalhava lá embaixo pega o trem. Mas eu me lembro de muitos aqui já trabalhando em Campo Grande. Tinha Silbene, tinha a Luzes e eram lojas muito grandes, agora a Luzes é um pequeno shopping. A Silbene tinha uma loja grande e tinha Ponto Frio, Tele Rio, Casa Pernambucanas, Seda Moderna.

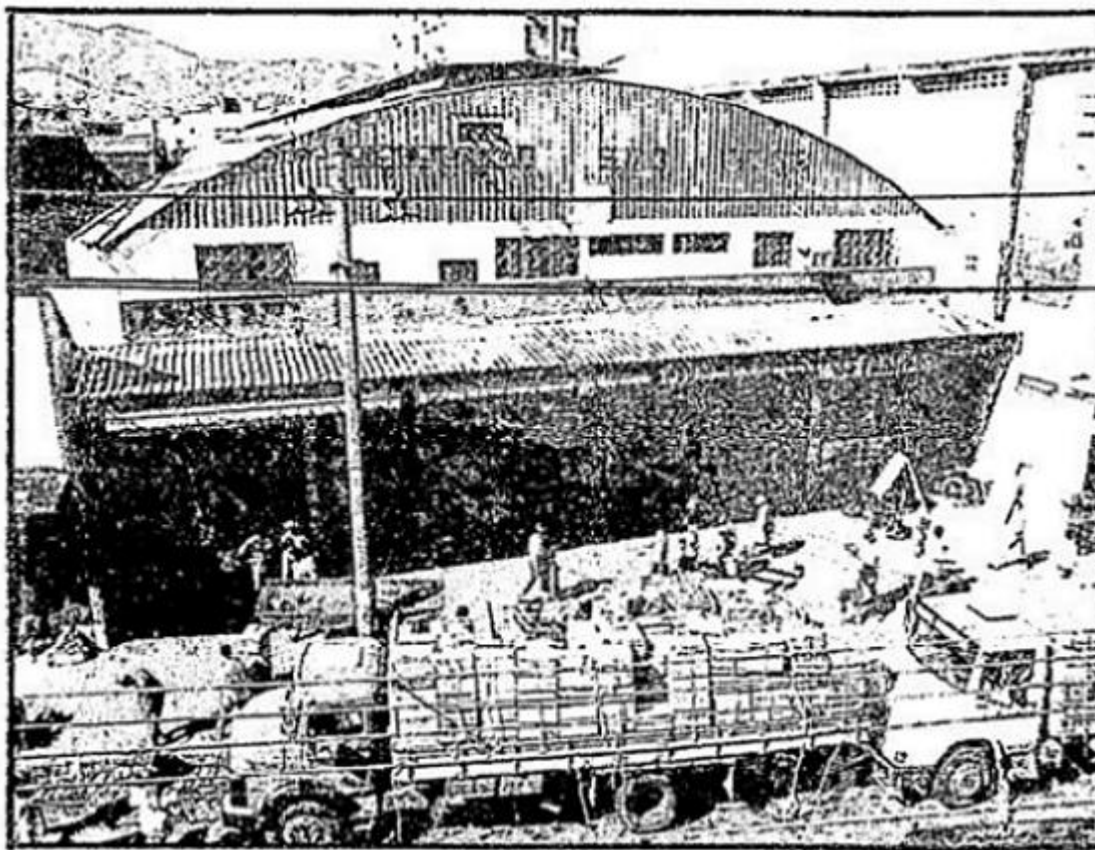


Figura 27. Registro do mercado São Braz localizado no centro de Campo Grande até os dias de hoje. O mercado foi criado na década de 1960, para comercialização de gêneros agrícolas. Registro possivelmente do ano de 1994. Foto: O Globo. Fonte: Acervo Guaraci Rosa.

O depoimento demonstra a presença de uma estrutura urbana no bairro que aos poucos modificou os hábitos dos moradores, uma vez que os verdureiros e granjeiros que vendiam hortaliças e leite na porta das residências foram substituídos pelo comércio local. Sendo assim, segundo Corrêa (1989), o espaço urbano capitalista constitui-se no conjunto de diferentes usos da terra e esses usos definem áreas de concentração industrial, comercial, áreas residenciais distintas na forma e no conteúdo social, lazer e áreas para futura expansão.



Figura 28. Registro do Centro comercial de Campo Grande em junho de 1971.
Foto: Jorge Peter- O Globo. Fonte: Acervo Guaraci Rosa.

O centro de Campo Grande apresentava aspectos urbanos, porém nos loteamentos que surgiram com a repartição das propriedades agrícolas a urbanização se processou de forma lenta. Conforme relembra a senhora Leocadia:

Adriana: Depois colocou luz nas casas, mas a rua continuou sem luz ou colocou tudo ao mesmo tempo?

Leocadia: Não foi só nas casas.

Adriana: A iluminação pública levou anos para chegar?

Leocadia: Água também foi muito tempo pra chegar. Os meninos já estudando fora, Maria já crescida, apanhava água lá na bica, fizeram o poço pra ajudar e a água da bica era pra beber.

Os loteamentos distantes do centro comercial do bairro possuíam uma infraestrutura distinta das áreas residenciais mais próximas ao comércio. Apesar da redução dos espaços vazios com a ocupação de moradores conforme lembrado pela entrevistada Leocadia:

Leocadia: “o corcundinha apareceu loteado, o corcundinha daqui, o corcundinha da Vila Nova. Então não foi ruim, tem muita gente boa que conhecemos nesses bairros”.

A depoente refere-se ao surgimento de outros loteamentos no entorno da Estrada Santa Maria. É notório, segundo Carlos (2007), que a produção espacial ocorre no nível do cotidiano e surge a partir das formas de apropriação, utilização e ocupação de um lugar e demonstra-se como uso da divisão social e do trabalho que produz um espaço fragmentado e hierarquizado. Porém, a paisagem rural com a presença de sítios, bois e carroças nas áreas mais distantes do centro do bairro se perde gradativamente a partir ampliação do distrito industrial do bairro. O senhor Will Tom recorda este fato:

Will Tom: Quando a Michelin se implantou e houve a necessidade de se fazer muitos loteamentos. Aí claro que os especuladores perceberam essa necessidade. Então os Irmãos Araújo e vários outros empreendimentos imobiliários começaram a construir loteamentos e mais tarde casa da Caixa Econômica que se tornava mais fácil o pagamento.

Com isso, Campo Grande se encaixava dentro do contexto que segundo Lago (1999) a cidade do Rio de Janeiro vivenciou na transição entre as décadas de 1970 e 1980, pois a zona oeste da cidade começou a se expandir no final da década de 1970, com a nova forma de produção fundiária associada à incorporação imobiliária. O loteador descapitalizado que predominou na região durante os anos de 1950, 1960 e 1970 cedeu lugar à empresa imobiliária que realizava o retalhamento da terra e a construção da moradia. Dessa forma, a estrutura do bairro se modifica conforme relata o depoente Will Tom:

Will Tom: E muita gente principalmente os trabalhadores começaram a comprar, trabalhar aqui. Campo Grande começou a crescer em muitas coisas. Ele começa a crescer na indústria, no comércio.

Dessa forma, a partir da década de 1980 a urbanização se intensifica a partir da industrialização do bairro. E o entrevistado afirma:

Will Tom: De repente a gente tava vivendo numa roça e agora a gente tá numa cidade.

Neste contexto, a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro avança sobre o Sertão Carioca e o cenário rural do bairro com gados de leite, granjas e plantações de laranja, goiaba, caqui, chuchu e outras culturas começa ceder lugar às cenas da cidade com indústrias, comércio, mercadorias, veículos, desmatamentos e demais questões socioambientais que permeiam a cidade.

Diante disso, segundo Souza (2013), é perceptível que os bairros, suas imagens e seus limites podem ser movidos por intervenções do Estado e pelo capital imobiliário, que pode possuir interesse em “ampliar” os limites de certos bairros, a partir daí criar ou recriar imagens e identidades nesses lugares.

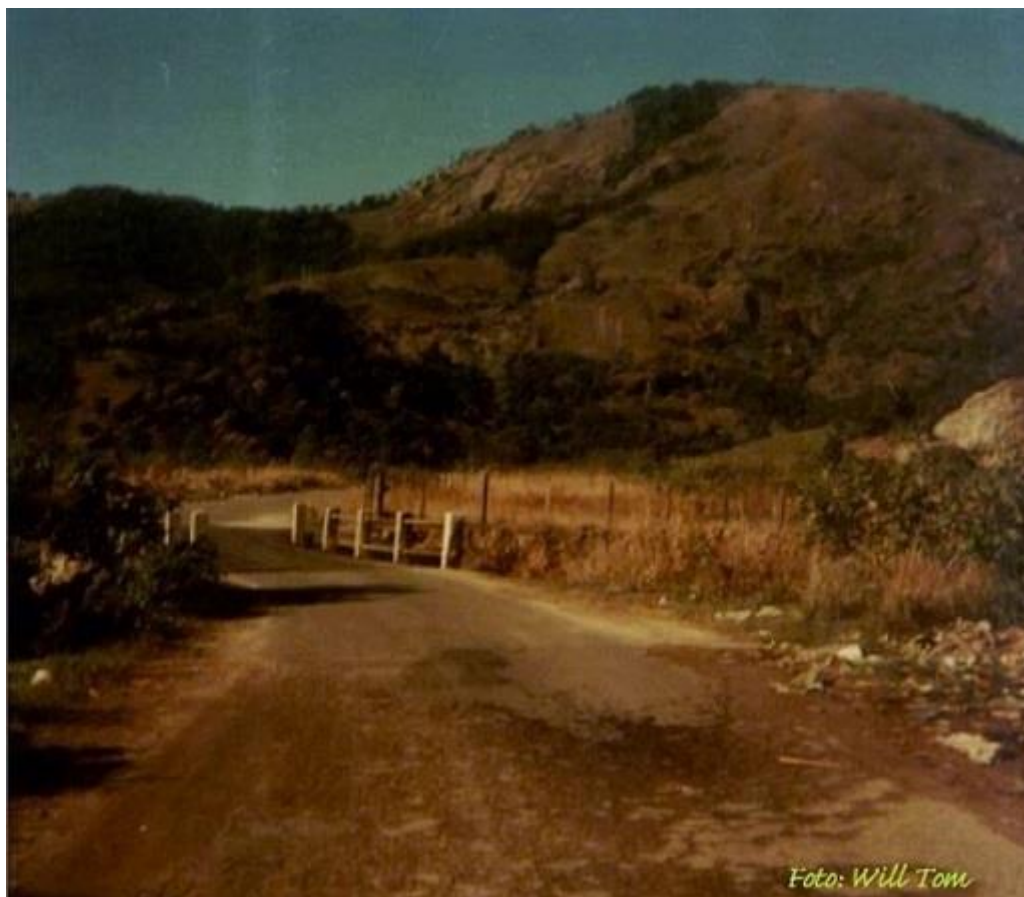


Figura 29. Registro da Estrada do Moinho apenas com os sítios e o rio da Estrada da Cachamorra.
Foto: Will Tom, 1982. Imagem gentilmente cedida pelo entrevistado.

O entrevistado relembra este processo, pois ao mostrar a imagem acima o senhor Will tom afirma:

Will Tom: Hoje, o local está completamente diferente, repleto de casas e condomínios.

A imagem demonstra um solo asfaltado apesar de a paisagem demonstrar o aspecto rural, pois na década de 1980 a urbanização⁴¹ se intensifica com a chegada do asfalto aos loteamentos e áreas rurais ainda existentes no bairro. A senhora Leocadia relatou este processo:

Adriana: Depois foi chegando gente, foi melhorando, a senhora lembra quando asfaltou aqui?

Leocadia: Lembro foi na época do prefeito Marcelo Alencar que veio o asfalto. Era uma benção, a gente ficava numa empolgação, pois era terra e graças a Deus o asfalto chegou.

Adriana: Era barro ou terra preta?

Leocadia: não era aquela terra bem preta, mas também não era barro.

⁴¹ Segundo Lago (1990), em função do pequeno loteador não possuir capital para realização de obras, a Procuradoria Geral do Estado decidiu que a prefeitura seria responsável pela urbanização dos loteamentos. Isso foi possível a partir da política que regularizou o registro dos loteamentos irregulares na prefeitura a partir do ano de 1983.

A entrevistada faz uma referência ao final da década de 1980, época da segunda gestão de Marcelo Nunes de Alencar na Prefeitura⁴² da cidade do Rio de Janeiro (1989-1992). Na década de 1980, o bairro se fragmentava a partir da produção do espaço, e já possuía, naquele tempo, distrito industrial, centro comercial, loteamentos distantes da área central do bairro e com menor infraestrutura de serviços públicos. Dessa forma, segundo Carlos (2007), o espaço surge como mercadoria, pois é produzido e vendido como solo urbano. Com isso, o bairro já apresentava problemas urbanos típicos das cidades como relata o entrevistado Will Tom:

“Então Campo Grande começou a ter os problemas que toda cidade grande tem”.

O entrevistado refere-se às enchentes e aos desmatamentos que começam a surgir no bairro. A senhora Leocadia relembra este fato:

Adriana: Mas aquele rio ali já existia? Ele era aterrado como hoje? Ou não?

Leocadia: Depois fizeram a ponte grande, a outra menor, mas antigamente não tinha nada disso, era conforme a natureza. E agora você vê partezinha de cimento que eles fizeram na parte baixa do rio.

A entrevistada faz referência ao Canal do Mello, afluyente do Rio Campinho que, no ano de 1956, quando a entrevistada se mudou para o bairro, ainda não possuía intervenções urbanas, como pontes ou canalização de rios, conforme afirma a entrevistada Leocadia:

Leocadia: Não tinha nada disso, era no sacrifício mesmo, minha filha! Então eu saía daqui a pé, passava por aqui, passava por ali.

Na década de 1980, com a urbanização avançada, já surgem as enchentes no bairro, pois a entrevistada afirma:

Adriana: A senhora falou sobre aquele rio, lembra se por ali enchia quando chovia?

Leocadia: Olha! Eu ouvi dizer de boato que teve uma enchente que morreu um rapaz levado.

Adriana: Foi na estrada do Tingui?

Leocadia: Foi na Rua Santa Angélica. Parece que ele foi em casa tomar banho e foi levado pela enxurrada. Teve o boato, mas se é ou não, não sou testemunha, mas foi o boato que correu. Porque chove pra valer e o rio vem até aqui em cima que eu já vi. E com a chuva forte enche mesmo.

⁴²Segundo Lago (1990), as associações sindicais oriundas da atuação da Pastoral da Terra na zona oeste pressionavam a administração pública municipal pela regularização e urbanização dos loteamentos. Daí, surgiu na Procuradoria Geral do Estado o núcleo de loteamentos, instância de deliberação sobre o processo de regularização e urbanização dos loteamentos. E, contava com a participação dos procuradores, representantes das associações de moradores e da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.



Figura 30. Registro de localização do Canal do Melo com as ruas no seu entorno e o acesso à Rua Santa Argêlica próxima ao rio conforme relata a entrevistada. Fonte: Data Rio, 2019. Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html> Acesso em: 19/12/2019.

A partir da produção do espaço que se intensificou em Campo Grande entre as décadas de 1970 e 1980 com o processo de ocupação da zona oeste, o bairro foi inserido no contexto que a cidade do Rio de Janeiro vive desde a sua fundação. Segundo Costa, Conceição e Amante (2018), desde a fundação da cidade do Rio de Janeiro, as chuvas de grande altura e elevada intensidade fazem parte do cotidiano da cidade e, se intensificaram a partir do processo de ocupação e crescimento da cidade.

Com isso, segundo os autores citados, é comum a presença de enchentes que geralmente são agravadas com obras de canalização que resultam na concentração de fluxos fluviais e agravam a ocorrência de enchentes urbanas.

Além das enchentes, o processo de ocupação do bairro trouxe para os rios o despejo de esgoto e lixo oriundo das residências que se localizam no entorno destes. O senhor Will, durante sua entrevista, mostrou uma foto do Rio Morto registrada na década de 1980, época em que o entorno da estrada da Cachamorra era ocupado majoritariamente pelos sítios e afirma:

Will Tom: Hoje o rio é um valão de esgoto, infelizmente.

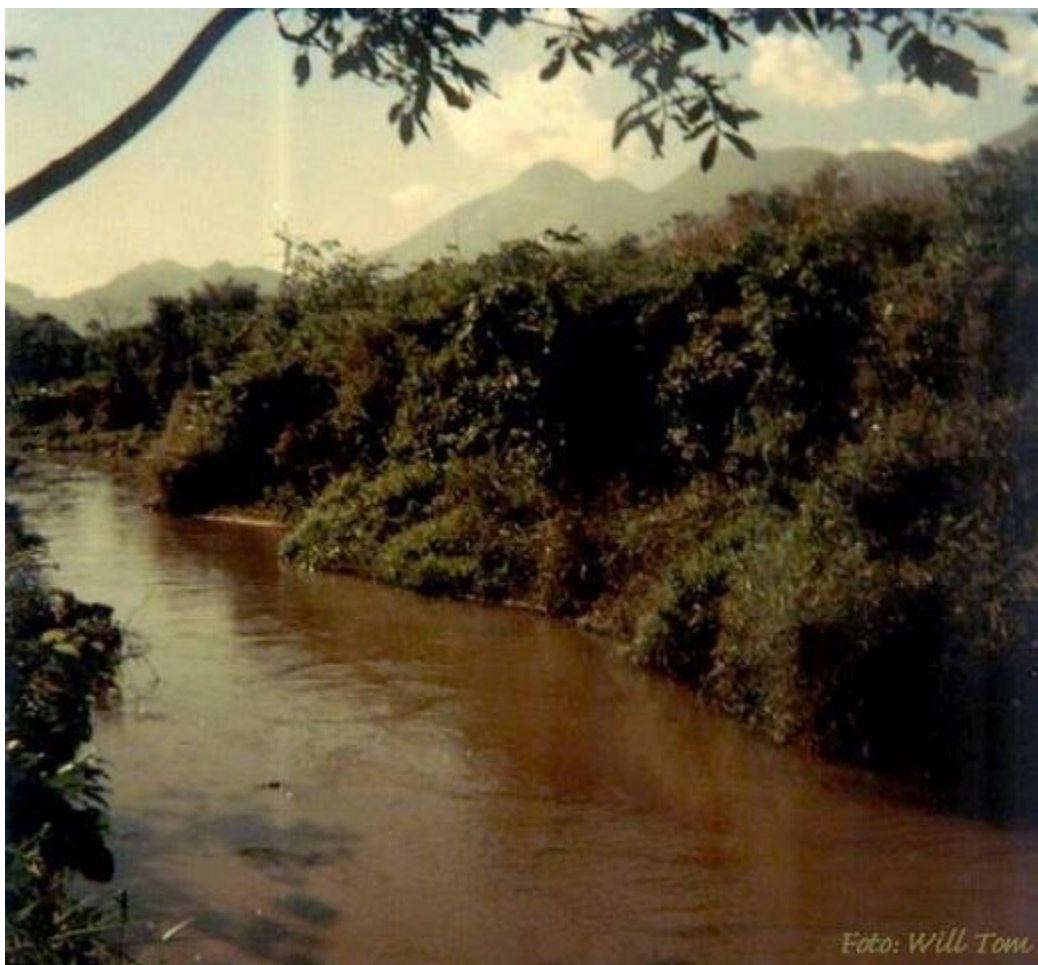


Figura 31. Registro do Rio Morto localizado às margens da Estrada da Cachamorra com a água barrenta que vinha da Estrada do Moinho e uma enorme cobertura vegetal. Foto: Will Tom, 1982. Imagem gentilmente cedida pelo entrevistado.

É importante salientar que as bacias hidrográficas que atravessam o bairro de Campo Grande pertencem à Baía de Sepetiba, que abrange os rios da porção oeste do maciço Gericinó e alguns municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2012). Segundo Montezuma (2012) esta baía há anos recebe rejeitos domésticos na forma de esgoto, lixo e rejeitos industriais constituídos de alta concentração de metais pesados.

Este processo de ocupação e urbanização do bairro provocou a retirada das árvores de rua. O senhor Will Tom relatou este processo:

Will Tom: Faziam os loteamentos e as cresciam as concessionárias porque o carro tava ficando um pouco mais facilitado e com isso as pessoas começaram a tirar as árvores das calçadas. Então se você anda na estrada das Capoeiras do Carrefour ao West Shopping você conta do lado esquerdo duas árvores e do lado direito sete. Era daqui ali, aquela estrada das capoeiras era uma alameda de árvores e faziam um túnel de sombra. Campo Grande era muito fresco e nós percebemos que as famílias começaram a tirar as árvores das calçadas. Então quando a gente percebe cada ano que passa Campo Grande fica mais quente porque nós não temos mais árvores, nós temos cimento e asfalto.

O relato do entrevistado demonstra a retirada de árvores urbanas em função da expansão da urbana da cidade capitalista. Este fato também representa o descaso da cidade com sua memória, pois segundo Farah (2008) as árvores urbanas representam o espaço do passado na cidade do presente⁴³. Isto ocorre porque, segundo Lefebvre (2001), a cidade é uma obra que contrasta na direção do comércio, das trocas e dos produtos.

Na década de 1990, este processo se intensifica com o surgimento de prédios residenciais e comerciais no bairro. O senhor Will Tom relembra este fato:

Will Tom: Hoje, percebemos menos árvores com o assassinato de inúmeras vidas vegetais para dar lugar a prédios comerciais, mas ainda podemos ver os flamboyants.

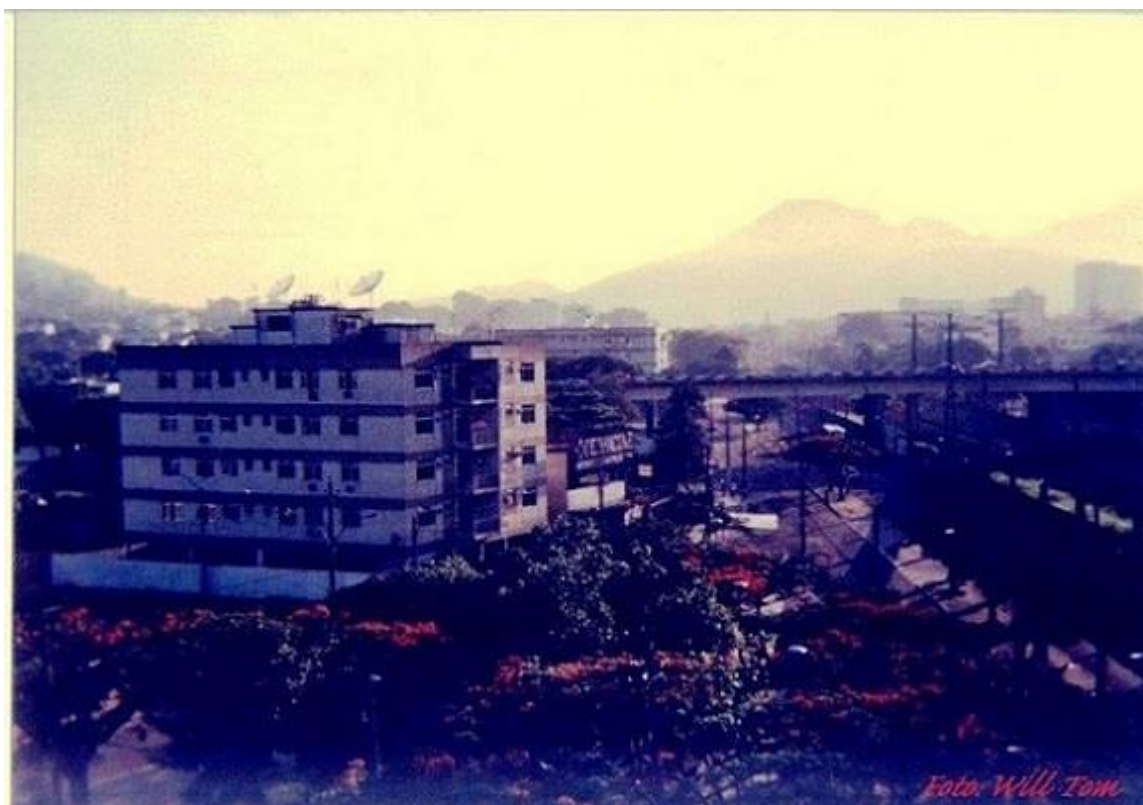


Figura 32. Registro de Flamboyants em frente ao prédio localizado na Rua Campo Grande. Foto: Will Tom, possivelmente no ano de 1993. Imagem gentilmente cedida pelo entrevistado.

Nesta época, o bairro de Campo Grande seguia uma tendência das cidades com o fechamento dos tradicionais cinemas de rua que foram construídos em meados do século XX. O senhor Will lembrou este fato durante sua entrevista:

Will Tom: Então eu lembro que Campo Grande foi inovador na década de sessenta, em vários aspectos um deles foi a questão das salas de cinemas. Todo mundo só se lembra do cine Campo Grande e o Cine Palácio, um virou igreja e o outro virou restaurante popular, mas Campo Grande teve várias salas de projeção ali na pracinha do Comari ainda existe o prédio que tinha uma sala de projeção, o bairro Vila Nova tinha uma sala de projeção, em Campo Grande na Rua Campo Grande tinha uma sala de projeção e na Rua Aricuri foi o primeiro cinema pra as pessoas de carro (drive in).

⁴³ Afirmação feita com base em Sitte (1992).

O relato do entrevistado demonstra duas fases distintas do bairro: o surgimento dos cinemas na década de 1960 e o seu fechamento no ano de 1990. A primeira fase foi no ano de 1962, com a inauguração do Cine Palácio Campo Grande. Segundo Vieira (2009), era um cinema de rua bem localizado, próximo à estação de trem e ao ponto de ônibus, que funcionou até setembro do ano de 1990.

Na época da inauguração do cinema, o município do Rio de Janeiro vivenciava um período de expansão urbana sobre as áreas rurais da cidade. Então o cinema se localizava na Rua Augusto de Vasconcelos, no centro comercial do bairro que se expandia e era uma área de lazer que atendia a população da zona rural. O segundo momento relatado pelo entrevistado foi a década de 1990, quando o fim deste cinema representa outro período na Geografia Histórica da cidade.

Pois seu fechamento não representa a sua simples transformação em um templo evangélico, mas o início de um movimento posterior das salas de cinema como atrativo em direção aos espaços do consumo dos shoppings centers, que chegou ao bairro em um período posterior ao recorte temporal desta pesquisa (1950-1990). O primeiro Shopping em Campo Grande, o West Shopping Rio, foi inaugurado no ano de 1997.

No tocante à memória da cidade, pretende-se destacar que o Cine Palácio Campo Grande (figura 33) teve o seu imóvel tombado através do decreto municipal nº 9862-A, emitido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no ano de 1990, com preservação de sua arquitetura e das características que o identifiquem como espaço cinematográfico. E sua transformação em patrimônio cultural da cidade não impediu a transformação do cinema em igreja após o seu fechamento. Com isso, segundo Carlos (2007) o habitar na cidade tem um sentido diverso, com mudanças de hábitos, comportamentos, das formas de apropriação dos espaços públicos, além da dissolução de antigos modos de vida.



Figura 33. Registro do Cine Palácio Campo Grande S/d. Seu formato de cinema permanece preservado, porém cedeu lugar à Igreja Universal do Reino de Deus desde a década de 1990. Foto: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Historiador Guaraci Rosa.

E, na transição entre as décadas de 1980 e 1990, os loteamentos do bairro já apresentavam aspectos urbanos bem diferentes se comparados à sua fase rural, pois a senhora Leocadia afirma:

Leocadia: Foi difícil, mas valeu a pena e depois a casa ficou pronta, foi fazendo aos poucos. Você vê que chegou a nossa família que é os vizinhos. A família da gente é os vizinhos mesmo. Já tem uma igrejinha, tem dois colégios, vem o mercado, a peixaria. Então isso aqui pra mim é uma cidade. Tem até conforto que não tinha aquela época.



Figura 34. Registro dos loteamentos no ano de 2016. Fonte: Acervo da autora.

O relato da entrevistada demonstra a importância do lugar para compreensão do modo, no qual a dinâmica capitalista da cidade modela um bairro e conseqüentemente o modo de vida dos moradores que foram levados a novos hábitos de vida a partir do fim das hortas e granjas predominavam no bairro. Segundo Carlos (2007) o lugar permite pensar a articulação do local com o espaço urbano que surge como horizonte. E daí nasce a perspectiva da análise do lugar, pois o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana.

O depoimento dos moradores demonstrou a urbanização do bairro com base nas vivências daqueles que presenciaram esse processo. A partir dos hábitos de vida foi possível perceber o modo que a autoconstrução de casas nos loteamentos direcionados às classes populares impulsionou a segregação socioespacial existente no bairro desde o período de produção agrícola.

É possível perceber, através da Geografia Histórica da cidade do Rio de Janeiro, que a expansão urbana no bairro de Campo Grande através dos loteamentos possui dois momentos distintos. O primeiro⁴⁴ momento engloba as décadas de 1950 a 1980, pois nessa época não havia um mercado imobiliário consolidado na zona oeste. Uma vez, que a divisão e venda dos terrenos era feita pelos próprios lavradores (donos das terras) ou por um terceiro que comprou o sítio durante a crise da citricultura. E, as residências surgiam de forma lenta a partir da autoconstrução pelos moradores.

O segundo momento surge a partir da década de 1980, quando surge o processo reestruturação fundiária a partir das empresas imobiliárias⁴⁵. Neste período, cada vez mais o uso do solo caminhou na direção da mercadoria a partir do aumento de sua ocupação, da instalação de indústrias e do consumo capitalista que não poupou os danos ao meio ambiente.

⁴⁴Paralelamente aos loteamentos dos sítiantes existiam no bairro os conjuntos habitacionais dos Institutos de previdência que foram mencionados durante as entrevistas e os loteamentos promovidos pelas Companhias de terras (SILVA, 1958). Esses loteamentos das companhias de terras não foram mencionados pelos moradores durante as entrevistas. E, não se localizam dentro do recorte adotado para viabilizar esta pesquisa, portanto menciona-se em nível de informação.

⁴⁵ É importante ressaltar que empresas como ECIA-Irmãos Araújo promoveram loteamentos de terras que deu origem a diversos loteamentos como Jardim Letícia, Alessandra e outros que não são mencionados nesta pesquisa, pois não faz parte do recorte espacial adotado. A exceção a este recorte são os loteamentos mencionados pelos depoentes durante as entrevistas, uma vez que estes auxiliam na compreensão do contexto histórico trazido pelos depoentes.

Dentro deste cenário, ocorreu também a comercialização do cinema de rua, que foi decretado patrimônio cultural do bairro no ano de 1990.

Percebe-se que memória proporciona a reconstrução dos lugares do passado com a singularidade de quem viu a paisagem do bairro se transformar a partir da produção do espaço e consegue enxergar o passado a partir das ideias do tempo presente. A memória urbana demonstra não apenas a vivência dos moradores, mas a importância do passado detalhado para compreender seus traços no espaço atual.

CONCLUSÕES

Ao retornar às questões propostas no início desse trabalho é possível perceber que, até a década de 1950, o bairro de Campo Grande possuía nítidos aspectos urbanos. E, a partir da crise da citricultura, surgem os loteamentos a partir da divisão das chácaras e dos sítios. Os loteamentos influenciaram esta expansão urbana de forma gradativa, pois a pesquisa demonstrou que no bairro havia áreas pouco povoadas, com terrenos vazios (antigos sítios), sítios, hortas e granjas que perduraram por bastante tempo. Nesse cenário, as residências foram surgindo de forma aleatória e com isso, os verdureiros, as hortas e as granjas foram aos poucos substituídos pelo comércio do bairro.

Verificou-se que, entre as décadas de 1950 e 1980, o bairro se dividia entre a área urbana localizada no centro do bairro e a zona rural, que concentrava os loteamentos em meio às propriedades agrícolas que resistiram durante esse tempo. Os loteamentos surgiram com força a partir do encerramento completo da produção de laranja, que se encerrou gradativamente ao longo das décadas de 1960 e 1970. E, a expansão industrial que ocorreu no bairro na década de 1980 acelerou a urbanização a partir do aumento dos loteamentos destinados aos trabalhadores.

Nesse período, o pequeno loteador foi substituído pela empresária imobiliária. E, partir daí, o comércio se expandiu para as áreas mais distantes do centro do bairro e a urbanização se consolidou nos antigos loteamentos a partir das obras de pavimentação. E, no ano de 1990, a produção agrícola não possuía a representatividade do passado e o bairro seguia a tendência da cidade com o fechamento dos cinemas de rua.

Essa expansão urbana trouxe impactos observados ao longo do tempo e da vivência dos moradores, pois foi possível identificar o aumento da segregação socioespacial a partir das residências próximas ao centro do bairro que possuíam água, luz e as residências dos loteamentos da zona rural sem infraestrutura de serviços.

E, com o passar dos anos, identificou-se que a partir da urbanização os rios que atravessam o bairro passaram a receber o esgoto das residências em uma proporção maior a partir do crescimento da população. Foram realizadas obras de canalização e aterramento nesses rios. Com isso, os moradores observaram as enchentes urbanas. E, à medida que o comércio do bairro se expandiu para localidades próximas ao centro de Campo Grande, iniciou-se um movimento de retirada das árvores de rua para conceder espaço ao estacionamento irregular de veículos nas calçadas e aos prédios comerciais.

A pesquisa demonstrou, ainda, que a memória urbana é importante para a Geografia Histórica, à medida que o estoque de lembranças do modo de vida urbano vai além dos estilos arquitetônicos e dos acervos oficiais. E, envolve também um passado não registrado em livros ou documentos, mas sim um passado vivido com a singularidade do registro da memória viva. Dessa forma, a Geografia Histórica da cidade surge dentro da pesquisa enriquecida com diversos detalhes percebidos somente pelo morador que circula diariamente pelo espaço, que é constantemente produzido e que possui peculiaridades locais, embora esteja inserido dentro do contexto geral da cidade.

Através da memória dos moradores, foi possível perceber um modo de vida urbano que foi disseminado ao longo do tempo, uma vez que a memória capta os elementos históricos presentes na paisagem e espaço e demonstra a importância de buscar a memória das cidades visando a sua melhor compreensão no tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 3º ed. Rio de Janeiro: IPLAN RIO, 1997.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série**, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97. Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf> Acesso em: 30/06/2016.

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século, XVII. **Revista Geosp**, São Paulo, n.7, p.13-25, 2000.

ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, nº10, maio - ago. 2003. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-MauricioAbreu.pdf Acesso em: 07/12/2018.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar. Textos em História Oral**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. V.1-194 p.

ALMEIDA, Rita de Cássia. A memória dos idosos como instrumento de avaliação dos impactos da urbanização sobre os recursos hídricos. In: FELICIDADE, Norma; MARTINS, Rodrigo Constante; LEME, Alessandro André. **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil**. São Paulo: Editora RIMA, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 1º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Olhares Geográficos: Modos de ver e viver o espaço**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016, V.1. P.102-131.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Tradução de Paulo Neves. 2º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1939].

BERNARDES, Lysia M. C. A expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro. In: BERNARDES, Lysia M. C; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. (Orgs). **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. Rio de Janeiro: Secretaria municipal de cultura: Departamento Geral de informação e informação cultural, 1990. P.81-104.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Tradução de Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006 [2000].

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. Tradução de J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1969.

BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva; QUINTILSR, Suyá. Políticas e programas para esgotamento sanitário na metrópole do Rio de Janeiro: um olhar na perspectiva das desigualdades ambientais. **Revista Caderno Metrópole**, São Paulo, V. 22, n. 48, p. 435-456, maio/ago., 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edi oes, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no / do mundo**. São Paulo: Labur edi oes, 2007.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **História da Cidade do rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e informa o cultural, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A Inven o do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3  Ed. Petrópolis: Vozes, 1998 [1990].

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

CORRÊA, Magalhães. **O Sertão Carioca**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1936.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora  tica, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito - chave da Geografia. In: CASTRO, In  Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2  Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, Alexander Josef Tobias da; CONCEI O, Rodrigo da Silva; AMANTE, Fernanda de Oliveira. As enchentes urbanas e o crescimento da cidade do Rio de Janeiro: Estudos em dire o   uma cartografia das enchentes urbanas. **Revista GEO UERJ**. n. 32, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/issue/view/1872/showToc> Acesso em: 26/02/2020.

DATA RIO/ ARMAZENZINHO. Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=9843cc37b0544b55bd5625e96411b0ee> Acesso em: 16/05/2019.

DELGADO, Luc lia de Almeida. N. História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidade: **Revista História Oral**, V.6, p.10, jun., 2003.

DELGADO, Luc lia de Almeida Neves. **História Oral: Memória, Tempo, Identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEMBICZ, Andrzej. Espaço-Memória-Identidade. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; BAHIA, Luiz Henrique Nunes; DEMBICS, Andrzej (Org.). **América Latina – fragmentos de memória**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

ERTHAL, Rui. Geografia Histórica – Considerações. **Revista Geographia**. Ano V, n. 9, 2003.

FARAH, Ivete. **A poética das árvores urbanas**. 1ª Ed. Mauad X: Rio de Janeiro, 2008.

FERNANDES, Renata Sieiro. A memória dos lugares, dos objetos e os guardiões da memória da educação não formal. **Revista História Oral**, v. 8, n.2, p.169-193, Jul/Dez, 2005.

FOSTER, Jonathan K. **Memória**. Tradução de Camila Werner. Porto Alegre: L& P M, 2011 [2009].

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Arquivos paroquiais e História Social na América Lusa, Séculos XVII e XVIII: Métodos e Técnicas de Pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. 1º ed.- Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FREIRE, Américo. A fusão: notas bibliográficas e comentários (críticos) sobre uma nova intervenção na cidade do Rio de Janeiro. In: Seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade. Rio de Janeiro, 23 a 26 de outubro de 2000. **Anais**. AZEVEDO, André Nunes de. (org.). Rio de Janeiro: Departamento Cultural NAPE/DEPEXT/SR-3/UERJ, 2002.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidade e procedimentos**. 2º ed. São Paulo: Humanitas, 2002.

FRIDMAN, Fania. **Donos do rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond, 1999.

GEIGER, Pedro Pinchas; DAVIDOVICH, Fany. Aspectos do fato urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. , ano XXIII, n.2, p.263-362, Abr./Jun.1961 Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1961_v23_n2.pdf> Acesso em: 11/07/2017.

GEIGER, Pedro Pinchas. **A Metrópole e cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Portal GEO, 2002. Disponível em: <portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/texto_cidade.htm> Acesso em 03/02/2016.

GEIGER, Pedro, ARUEIRA; Luís Roberto; ALEM, Adriano. **Mapa Social do Rio de Janeiro**. Coleção de Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: PMRJ, agosto de 2001. Disponível em: <portalgeo.rio.rj.gov.br/estudos Cariocas/> Acesso em 03/02/2017.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMIDE, Thiago. Campo Grande completa 416 anos. No aniversário do bairro mais populoso do Rio de Janeiro, a coluna relembra a história de um importante morador. **Jornal O DIA**, Rio de Janeiro, 18 nov. 2019. Coisas do Rio. Disponível em:

<https://odia.ig.com.br/colunas/coisas-do-rio/2019/11/5828015-campo-grande-completa-416-anos.html> Acesso em: 18/11/2019.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006 [1968].

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HASENCLEVER, Lia; LOPES, Rodrigo; PIMENTEL, Vitor; LINS, Luiza. Desenvolvimento econômico local da zona oeste do Rio de Janeiro e seu entorno: diagnóstico socioeconômico do local. In: LA ROVERE, Renata Lébree; SILVA, Mauro Osório da. **Desenvolvimento econômico local da zona oeste do Rio de Janeiro e seu entorno**. Rio de Janeiro: PoD, 2010.

IBGE: **Estudos de Estatísticas Teórica e Aplicada: Características Demográficas e Sociais do Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81046.pdf> Acesso em: 30/06/2020.

IBGE: **Sinopse do Censo Demográfico**. Brasil: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/> Acesso em: 30/06/2020.

LAGO, Luciana Corrêa do. **O movimento de loteamentos do Rio de Janeiro**. 1990. Dissertação (Mestrado)–Instituto de Pesquisa e planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdade socioespacial e mobilidade residencial: a metrópole do rio de Janeiro nos anos 80. **Cadernos Metrópole** (PUC SP), São Paulo, V. 2, p. 149-189, 1999.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Geografia, 1948.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 4ª Edição. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Fábio Souza. Instituto de Educação Sarah Kubitschek: as origens da “Brasília de Miécimo”. **Revista Contemporânea de Educação**. V. 14, n. 30. mai/ago. 2019.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na História Oral Contemporânea. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

MENDES, Renato da Silveira. Cultura e comércio da laranja na região da Guanabara. **Revista Boletim Paulista de Geografia**. Nº1, São Paulo, Mar. 1949.

MENEZES, Dilson de Alvarenga. **Desastre ecológico na Baía de Sepetiba**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2000.

MONTEZUMA, Patrícia Ney de. Análise de prováveis fatores causadores do processo de assoreamento na Baía de Sepetiba - RJ. In: FILHO, Décio Tubbs; ANTUNES, Júlio César

Oliveira; VETTORAZZI, Janaina Silva (Orgs). **Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim-Experiências para a gestão dos recursos hídricos**. Rio de Janeiro: INEA, 2012, P.21-42. Disponível em: <<http://www.comiteguandu.org.br/conteudo/livroguandu2013.pdf>> Acesso em: 21/08/2017.

MOTTA, Marly Silva da. **O Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

NERI, Anita Liberalesso. **Palavras-chaves em Gerontologia**. 3º Edição. Campinas, SP: Editora Alinea, 2008.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara AunKhoury. **Revista Projeto História**, São Paulo, (10), dez. 1993.

OLIVEIRA, Márcio. **“Bangu: De fábrica-fazenda e cidade – fábrica a mais uma fábrica da cidade”**. 1990. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1990.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. **Zona Oeste Revisitada: memória, patrimônio e identidade**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2016.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: Entre o urbano e o rural. **Revista Iuminuras**. Porto Alegre, V.18, n.45, p. 325-349, ago/dez, 2017.

PAES, Maria Tereza Duarte. As cidades coloniais brasileiras: ideologias espaciais, valores histórico, urbanístico e cultural. **Revista Geographia**. V.17, n.33, 2015.

PEDROZA, Manuela. **Engenhocas da Moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (Freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, Século XIX)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: [s.n.], 2008.

PEDROZA, Manuela. **Engenhocas da Moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

PERNAMBUCO, Ruy José de Almeida; MELO, Luís Eduardo Cunha; PITANGA, Jane Fonseca de Souza; ALBUQUERQUE, Joaquim José Sombra de; MEIRA, Paulo Figueiredo. Diagnóstico dos desmatamentos nos maciços da Tijuca, Pedra Branca e Gericinó- Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, n.3, 1979, p.81,83. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201979%20v41_n3.pdf> Acesso em: 28/06/2017.

PHILO, Chris. História, geografia e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, Derek et. al.(org.). **Geografia Humana – Sociedade, Espaço e ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Reflexões sobre a contribuição da Geografia Histórica e da Geohistória na renovação dos pensamentos geográfico e histórico no século XX**. In: I

Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico, 2008. Uberlândia: UFU, V. 1, p. 01-20. 2008.

Disponível em: http://www.cibergeo.org/artigos/ICBHG_2008_hindenburgo.pdf Acesso em: 07/02/2019.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques (org.); Tradução Dora Rocha. **Jogo de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Tradução de Annie-Marie Milon de Oliveira. **Revista Brasileira de Educação**. V.15, n.45, Set/dez, 2010.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 9862-A de 28 de novembro de 1990. **Poder Executivo**. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121860/070DECRETO9862ACinePalacioCampoGrande.pdf> Acesso em: 28/02/2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei complementar nº 16 de 04 de junho de 1992. **Poder Executivo**. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/> Acesso em: 16/04/2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Descrição e Mapa da Área de Planejamento-5. In: Contrato de Concessão 001/2012. **Secretaria Municipal de Obras**, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105682/06.AnexoVIDescricaoMapadaAreadePlanejamento5.pdf> Acesso em: 27/02/2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 39232 de 24 de setembro de 2014. **Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4151421/322DECRETO39232ArquiteturaArtDeco.pdf> Acesso em: 03/07/2020.

SANTOS, Leonardo Soares dos. A cidade está chegando: Expansão urbana na Zona Rural do Rio de Janeiro (1890-1940). **Revista Crítica História**. Ano II, n.3, jul., 2011.

SANTOS, Leonardo Soares dos. Onde se trabalha, também se bebe e se conversa: o cotidiano dos pequenos lavradores do sertão Carioca. **Revista de História Regional**. Inverno, 2011.

SANTOS, Leonardo Soares dos. Expansão Urbana, Mercado Imobiliário e Conflito de terras no Sertão Carioca. **Revista Confluente**. V. 4, n.1, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Noronha. **Meios de Transporte no Rio de Janeiro: história e legislação**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1996.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **Urbanização e Fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro**

do Limão. 2003. 408 f. Tese (livre docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SEEMANN, Jorn. O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da casa de Geografia de Sobral**, V. 4/5, p. 43 –53,2003. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/77> Acesso em: 07/12/2018.

SILVA, Hilda da. Uma zona agrícola do Distrito Federal – O Mendanha. **Revista Brasileira de Geografia**, V. 20 n.4, Out/ Dez, 1958. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1958_v20_n4.pdf Acesso em: 14/0/2019.

SILVA, Jorge Paulo Pereira da; GAMARSKI, Ellen Araújo B. Campo Grande: Algumas considerações sobre seu desenvolvimento, Porto Alegre. In: Encontro nacional dos Geógrafos Crise práxis e autonomia: espaço de resistência e de esperanças Espaço de diálogos e práticas, XVI, 2010, Porto Alegre. **Anais.** São Paulo: AGB, 2010. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download> Acesso em: 03/07/2015.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, n.3, 1965, p.50. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n3.pdf> Acesso em: 11/04/2019.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. In: BERNARDES, Lysia M. C; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. (Orgs). **Rio de Janeiro: Cidade e Região.** Rio de Janeiro: Secretaria municipal de cultura: Departamento Geral de informação e informação cultural, 1990. P. 105-120.

SOARES, Maria Therezinha Segadas. Bairros, Bairros Suburbanos e Subcentros. **Revista Espaço Aberto**, PPGG – UFRJ, V.1, N.1, p.143-154, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2038>> Acesso em: 13/10/2015.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Bairros, Bairros Suburbanos e Subcentros. **Revista Espaço Aberto**, PPGG – UFRJ, V.1, N.1, p.143-154, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2038>> Acesso em: 13/10/2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** 1º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, v.51, n.2, p.180, abr/jun. 1989. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n2.pdf Acesso em: 02/06/2019.

TAUNAY, Afonso d' E. **Pequena história do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1943.

VIEIRA, William de Souza. **Cenas da cidade: De cinema à igreja, a memória do Cine Palácio Campo Grande**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Memória Social. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:
<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss254.pdf>Acesso em: 27/02/2020.